



GARY RAINER CHUMACERO VANDERLEI

**TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL: A INSERÇÃO DAS
INTERAÇÕES SINO-BRASILEIRAS E SEUS IMPACTOS**

João Pessoa

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GARY RAINER CHUMACERO VANDERLEI

**TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL: A INSERÇÃO DAS
INTERAÇÕES SINO-BRASILEIRAS E SEUS IMPACTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Federal da
Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Sinézio Fernandes Maia

João Pessoa

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V235t Vanderlei, Gary Rainer Chumacero.

Trajetória do desenvolvimento nacional: a inserção das interações sino-brasileiras e seus impactos./ Gary Rainer Chumacero Vanderlei. – João Pessoa: UFPB, 2015.

111f.:il.

Orientador(a): Prof. Dr. Sinézio Fernandes Maia
Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – UFPB/CCSA.

1.Crescimento econômico. 2. Desenvolvimento nacional.
3. Relações sino-brasileiras. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 327:338(043.2)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 10,0, o Trabalho de
Conclusão de Curso

***"A trajetória do desenvolvimento nacional: a inserção das interações sino-brasileiras
e seus impactos"***

Elaborado por

Gary Rainer Chumacero Vanderlei

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Sinézio Fernandes Maia – UFPB (Orientador)

Prof. Dr. José Antônio Rodrigues da Silva – UFPB

Prof. Dr. Wanderleya dos Santos Farias - UFPB

João Pessoa, 07 de dezembro de 2015.

*Dedico o presente trabalho à minha família,
aos meus amigos e em especial, aos meus
pais, meus principais companheiros no
decorrer desta longa jornada.*

AGRADECIMENTOS

Dedico meus mais sinceros agradecimentos ao meu pai, Edgar Chumacero Braner, e a minha mãe, Ceciliana Medeiros Vanderlei de Chumacero, por todos os momentos de carinho, zelo e companheirismo que tivemos a chance de compartilhar, e também, pelos valiosos conselhos e ensinamentos que eles têm me proporcionado diariamente no decorrer de minha vida.

Aos meus irmãos, Rurick Chumacero Vanderlei e Brian Lucas Chumacero Vanderlei, pelo apoio e atenção prestados no decorrer deste trabalho.

À minha tia, Ana Fabiola de Medeiros Vanderlei, por toda atenção e auxílio durante o processo de desenvolvimento e maturação da organização e metodologia aplicada no estudo.

Aos meus professores, colegas e amigos da Universidade Federal da Paraíba, através dos quais tive a oportunidade de aprofundar e expandir meus conhecimentos sobre o mundo e suas múltiplas dimensões e realidades.

Ao meu professor e orientador, Sinézio Fernandes Maia, pela confiança, paciência e direcionamento na realização desta pesquisa, mas também, nas atividades extracurriculares e cotidianas presentes no decorrer da minha formação acadêmica.

“O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc., repousa sobre o desenvolvimento econômico. Mas reagem todos igualmente uns sobre os outros, assim como sobre a base econômica.” (Friedrich Engels)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo o aprofundamento dos estudos direcionados ao entendimento da evolução da estratégia de desenvolvimento nacional brasileira. Através de uma abordagem teórica e conceitual, a pesquisa visa expor as principais influências e linhas de pensamento político e econômico dentro dos projetos de desenvolvimento e de crescimento econômico no Brasil. Enfatizando um teor exploratório, o trabalho busca evidenciar características políticas e econômicas condicionantes às transformações políticas e econômicas no Estado nacional, assim como, à reorganização e reestruturação das cadeias produtivas domésticas em prol de novos mecanismos de inserção da economia brasileira dentro dos mercados internacionais. A pesquisa encerra suas considerações com uma breve observação sobre o ganho de influência da economia chinesa dentro dos projetos desenvolvimentistas brasileiros e seus impactos e benefícios aos desempenhos dos setores produtivos nacionais nos anos 2000.

Palavras-Chave: Crescimento econômico. Desenvolvimento nacional. Relações sino-brasileiras.

ABSTRACT

This work seeks to deepen the studies directed to understanding the Brazilian national development strategy evolution. Through an initial theoretical and conceptual approach, this research deals with the main political and economic influences in the Brazilian national thoughts about development and economic growth. Emphasizing the political and economic dimensions, this analysis show, through an exploratory content, the domestic factors and cyclical conditions to the Brazilian changes in the national production structure, as well as, the new tries of reinsertion of the country in the international market. The study ends with a brief comment about the rising influence of the Chinese economy in the Brazilian development projects, as well its benefits and impacts to the Brazilian productive sectors in 2000's.

Key-Word: Economic growth. National development. Sino-Brazilian relationship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO NACIONAL.....	19
1.1. Considerações iniciais sobre a economia e o desenvolvimento nacional.....	19
1.2. Considerações sobre o comércio internacional e a atuação do Estado na economia....	23
1.3. A estratégia brasileira de desenvolvimento e seus paradigmas.....	26
CAPÍTULO II – A INDUSTRIALIZAÇÃO, O CRESCIMENTO ECONÔMICO E AS NOVAS INSTABILIDADES INTERNACIONAIS.....	30
2.1. O início do desenvolvimento nacional e o processo de industrialização por substituições de importações.....	30
2.2. A condição de subdesenvolvimento industrializado e as fragilidades das novas dependências nacionais.....	39
CAPÍTULO III – A VOLTA DO PRAGMATISMO NO BRASIL E AS AMEAÇAS DOS CHOQUES EXTERNOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL.....	47
3.1. Construindo as bases dos anos 2000.....	47
3.1.1. A reformulação do pensamento desenvolvimentista no Brasil e os limites da proposta de crescimento por endividamento externo.....	47
3.1.2. A ascensão do paradigma do Estado normal e a nova tentativa de estabilização da economia nacional.....	54
3.2. Considerações sobre a reaproximação sino-brasileira e seus efeitos no comportamento brasileiro do século XX.....	58
3.2.1. O processo de retomada das relações bilaterais sino-brasileiras e seus efeitos no II PND.....	58
3.2.2. Um novo parceiro estratégico? As interações sino-brasileiras nos anos 1990....	63
CAPÍTULO IV – AS NOVAS OPORTUNIDADES E OS NOVOS DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.....	66
4.1. O paradigma do Estado logístico e a migração para o mercado chinês.....	66
4.2. Considerações sobre o aprofundamento das relações sino-brasileiras e seus efeitos no Brasil.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	80

APÊNDICE(S).....	87
APÊNDICE A: Os antecedentes do processo de desenvolvimento nacional e o pensamento liberal-conservador.....	88
APÊNDICE B: Documentos oficiais sino-brasileiros coletados do Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores.....	93
APÊNDICE C: Evolução dos acordos bilaterais sino-brasileiros com base em dados coletados do Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores.....	101
APÊNDICE D: Tipos de acordos celebrados entre Brasil e China com base em dados coletados do Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores.....	102
APÊNDICE E: Evolução do comércio brasileiro com os Estados Unidos da América, com a Comunidade Econômica Europeia e com a China.....	103
APÊNDICE F: Exportações brasileiras para os Estados Unidos da América, para a Comunidade Econômica Europeia e para a China.....	104
APÊNDICE G: Importações brasileiras dos Estados Unidos da América, da Comunidade Econômica Europeia e da China.....	105
APÊNDICE H: Balança Comercial sino-brasileira.....	106
APÊNDICE I: Exportações brasileiras para China.....	107
APÊNDICE J: Importações brasileiras da China.....	108
ANEXO.....	109
ANEXO A: Evolução das exportações brasileiras (1964 - 2014).....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Bacen	Banco Central do Brasil.
BEFIEEX	Comissão para Concessão de Incentivos Fiscais e Programas Especiais de Exportação.
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BNH	Banco Nacional de Habitação.
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
CEBC	Conselho Empresarial Brasil – China.
CEE	Comunidade Econômica Europeia.
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
CEXIM	Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
DIT	Divisão Internacional do Trabalho.
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
FOB	Free on Board.
GLF	Great Leap Forward.
GREMIMT	Grupo de Pesquisa sobre Economia Mundial, Integração Regional e Mercado de Trabalho.
IBGE	Instituto Brasileiro de Estatísticas e Geografia.
ISI	Industrialização por Substituição de Importações.
OMC	Organização Mundial de Comércio.
OPA	Operação Pan-Americana.
ORTN	Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo.
PAI	Programa de Ação Imediata.
PCC	Partido Comunista Chinês.
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo.
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento.
PEI	Política Externa Independente.
Petrobrás	Petróleo Brasil S.A.

PIB	Produto Interno Bruto.
PICE	Política Industrial e de Comércio Exterior.
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.
PNB	Produto Nacional Bruto.
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento.
RPC	República Popular da China.
SFB	Sistema Financeiro Brasileiro.
SFH	Sistema Financeiro Habitacional.
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito.
URV	Unidade Real de Valor.
US\$	United States Dolar.

INTRODUÇÃO

Após a constatação de profundas transformações conjunturais, configuradas na observação da Grande Depressão norte-americana, iniciada em 1929, e da eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a maior compreensão do Estado e da sociedade sobre a existência de uma forte assimetria entre as condições de desenvolvimento externo e de subdesenvolvimento doméstico tem influenciado a ascensão de novas linhas de pensamento político e econômico no Brasil como forma de reformular o comportamento estatal ante as sólidas instabilidades e fragilidades presentes na realidade dos países sul-americanos (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Os argumentos liberais tradicionais, pautados na ótica da divisão internacional do trabalho (DIT) e do estímulo ao comércio pelas premissas do modelo ricardiano de vantagens comparativas, começam a perder parte de suas capacidades explicativas dentro dos regimes latino-americanos, de maneira que estes governos têm começado a optar pelo favorecimento de linhas interpretativas alternativas de como se alcançar o desenvolvimento nacional, ao exemplo dos argumentos propostos pelas críticas marxistas e o estruturalismo, a partir da década de 1940 (SOUZA, 1995).

Com a construção da teoria do imperialismo e da teoria da dependência, os formuladores dos projetos desenvolvimentistas estatais têm adquirido maiores consciências sobre a importância da forma de inserção de seus mercados dentro do comércio internacional e do papel do Estado no auxílio ao aprimoramento de sua economia dentro das cadeias produtivas globais, sendo estes dois eventos caracterizados como os principais empecilhos a serem ultrapassados para a concretização das aspirações de desenvolvimento nacional do país (SOUZA, 2007).

Não obstante a intensificação dos debates entre os defensores da teoria da modernização e seus críticos sobre as atribuições desempenhadas pelo Estado e pelo mercado no funcionamento da economia doméstica, a rápida elevação da dinamização dos fluxos e intercâmbios comerciais, financeiros e tecnológicos no mundo, a partir da segunda metade do século XX, tem reforçado a interpretação de que o Estado representaria o principal agente condutor das políticas de desenvolvimento nacional, e de que os mercados atuariam como os fatores centrais do crescimento econômico no âmbito doméstico e internacional (GILPIN, 2002).

Semelhantemente, a maior interdependência dos mercados dentro do sistema internacional tem evidenciado para a sociedade uma influência, recíproca e simultânea, dos fatores políticos e econômicos no direcionamento das ações estatais ao tratar de questões políticas e comerciais sujeitas as divergências de interesses entre grupos domésticos e estrangeiros dentro do território nacional (HAUSER¹, 1937 *apud* GILPIN, 2002).

Para Bonn² (1939), citado por Gilpin (2002), este fenômeno de politização das questões econômicas pelo Estado seria uma forma de reflexo da maior conscientização da sociedade sobre as ações humanas na consolidação dos desequilíbrios socioeconômicos do país, de maneira que os mesmos passariam a serem tratados pelo governo, não mais como consequências de leis imutáveis da economia, mas, como resultados do tratamento preferencial dos interesses de determinados grupos sociais ante outros no sistema nacional.

Nesse sentido, apesar da relevância das ações estatais no estímulo ao desenvolvimento nacional, o comportamento do Estado estaria sujeito a oscilações interpretativas de seus formuladores quanto aos objetivos e interesses nacionais no longo prazo, assim como, aos mecanismos e medidas mais eficientes para alcançá-los e seus efeitos sobre os desempenhos dos setores produtivos domésticos (ARVATE; BIDERMAN, 2006; BRESSER-PEREIRA, 2003).

Dessa questão, Arvate e Biderman (2006) e Krugman e Obstfeld (2010) consideram que, as ações do Estado também deveriam ser condizentes com as mudanças comportamentais de seus atores domésticos e estrangeiros, assim como, com as alterações dos custos de operacionalização exigidos pela implementação de suas políticas no país, sendo estas últimas, monitoradas pela contabilidade nacional e compensadas pelo auxílio da renda extra gerada pelos desempenhos da atividade doméstica no comércio com o mercado internacional.

Através do planejamento governamental e do uso da contabilidade nacional, o Estado poderia ter um maior conhecimento da situação da economia doméstica e da demanda interna por produtos estrangeiros, facilitando a coordenação e observação da viabilidade das estratégias de desenvolvimento nacional, assim como, seus efeitos na estrutura produtiva doméstica e na sociedade local no longo prazo (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

¹ HAUSER, Henri. *Économie et diplomatie: les conditions nouvelles de la politique étrangère*. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1937, p. 10-12.

² BONN, Moritz J. *Wealth, welfare or war: the changing role of economics in national policy*. International Institute of Intellectual Co-operation. Paris: League of Nations, 1939, p. 33.

A constatação de uma estratégia desenvolvimentista eficiente tem passado a ser considerada não mais como fruto das variações de interesses dos atores domésticos e internacionais na economia nacional, mas como o funcionamento das estruturas domésticas do país e o reposicionamento da economia no comércio internacional, visto que através destes seriam consolidados a receita nacional e condicionados os comportamentos dos agentes nacionais e estrangeiros atuantes no território nacional (ARVATE; BIDERMAN, 2006; KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Nesse sentido, a possibilidade do Estado alcançar a superação de sua condição de subdesenvolvimento dentro do sistema internacional tem se vinculado à sua ascensão dentro da divisão internacional do trabalho, assim como, ao aprimoramento de sua capacidade produtiva, pelas quais seriam reduzidas as vulnerabilidades e dependências domésticas ante as constantes oscilações e instabilidades presentes na economia internacional (SANTOS *apud* GREMINT, 1997).

No Brasil, tal percepção tem concretizado, ao longo do século XX, a realização de diversas fases de reestruturação e aprimoramento dos setores produtivos domésticos como forma de estimular a maior competitividade dos produtos nacionais no comércio mundial, sendo algumas das medidas mais relevantes: o processo de Industrialização por Substituições de Importações (ISI), iniciado na década de 1930; o Plano de Metas, nos anos de 1950; o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em meados de 1975 (BRESSER-PEREIRA, 2003; FISHLOW, 2013; HERMANN, 2005b).

Analogamente, através de um processo de diversificação de parcerias no âmbito internacional, a economia brasileira tem conseguido maximizar seus ganhos políticos e econômicos junto aos países em desenvolvimento, minimizando as tradicionais relações de dependência e vulnerabilidade doméstica com os capitais e insumos europeus e norte-americanos na produção nacional (GIAMBIAGI, 2005b; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Com uma postura neoliberal de terceira via, vigente desde meados dos anos de 1990, o Brasil vem tentando conciliar a promoção de políticas sociais favoráveis à dinamização da atividade doméstica com a proliferação de reformas estruturais necessárias ao aumento da competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional; mas também, reavaliar sua postura de alinhamento e dependência aos investimentos dos países industrializados, em prol de uma maior participação do capital chinês na economia nacional (MARTINS, 2011).

Favorecidos pelos seus mercados internos continentais e pela trajetória ascendente da economia chinesa, o aprofundamento do relacionamento bilateral sino-brasileiro nos campos políticos e comerciais vem desempenhando, após a inserção chinesa na Organização Mundial de Comércio (OMC), em 2001, um dos principais estímulos à estabilização da economia brasileira e à elevação dos saldos comerciais no mercado brasileiro durante os anos 2000 (GONÇALVES; BRITO, 2010).

Desse evento, o Brasil tem conseguido beneficiar suas interações com o mercado chinês conseguindo elevar suas transações comerciais com o país de uma margem de US\$ 2,245 bilhões de dólares, em 1995, para valores próximos a 83,329 bilhões de dólares, em 2013 (BRASIL, 2015).

Não obstante os resultados positivos por trás desse fenômeno, questões referentes às assimetrias registradas entre os dois países têm contraposto os ganhos comerciais com uma intensificação da dependência e vulnerabilidade brasileira ante seu parceiro chinês, de maneira que este fator tem justificado a promoção de novos programas de estímulo à competitividade do Brasil, ao exemplo da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em meados de 2004, e da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2008, frente à nova concorrência estrangeira caracterizada pelos produtos chineses no mercado internacional (BRASIL, 2008; BRASIL, 2011; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2009).

A partir do exposto surge o objetivo geral do presente trabalho: analisar a evolução da estratégia nacional de desenvolvimento brasileira e suas principais transformações após a intensificação das relações sino-brasileiras nos anos 2000. Os objetivos específicos são:

- Expor a evolução da estratégia de desenvolvimento do Brasil iniciada a partir do programa de industrialização nacional por substituição de importações;
- Apresentar o papel desempenhado pelas relações sino-brasileiras e seus efeitos nas políticas de desenvolvimento nacional;
- Identificar mudanças nas estratégias de desenvolvimento do Brasil após a maior inserção chinesa na economia brasileira e no comércio internacional.

Nesse sentido, a análise adquire sua justificativa pela crescente necessidade de se aprofundarem os estudos direcionados ao conhecimento do novo papel e influência da China dentro do processo de desenvolvimento brasileiro, assim como, dos impactos e

perigos causados pelas novas assimetrias entre os dois países aos interesses desenvolvimentistas nacionais.

Sua realização apresenta um teor exploratório pelo qual, através da exposição da trajetória histórica da estratégia nacional de desenvolvimento brasileira e da análise de documentos oficiais e literaturas relacionadas às interações político-comerciais sino-brasileiras, será almejado o cumprimento dos objetivos propostos anteriormente.

Portanto, a pesquisa em pauta trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter, também, documental, com abordagem qualitativa que teve como sustentação teórica a análise de material já elaborado como: livros, artigos científicos, acordos internacionais, periódicos, leis, entre outras fontes primárias e secundárias capazes de contribuir para a composição do arcabouço teórico. O método de procedimento adotado foi o comparativo, uma vez que, no decorrer desse estudo realizaram-se comparações entre as principais linhas de influência, política e econômica, atuantes no processo de construção do pensamento desenvolvimentista brasileiro, bem como, no comportamento do Estado dentro do sistema internacional, os quais tiveram por intuito apresentar um panorama mais realista da situação citada e discutida nos parágrafos anteriores.

A estrutura do trabalho é composta por quatro capítulos, sendo o primeiro, destinado à apresentação teórica do papel estatal na condução das políticas de desenvolvimento doméstico, e do mercado no processo de crescimento econômico do país e de expansão da participação dos produtos domésticos dentro do comércio internacional.

No segundo capítulo, é iniciada uma análise da trajetória dos modelos de desenvolvimento brasileiros. Neste, são enfatizados o começo da industrialização brasileira, ocorrida entre 1930 e 1970, a partir da qual, busca-se o entendimento dos principais fatores domésticos e internacionais condicionantes ao comportamento do Estado e ao desempenho da economia nacional nesse período.

A terceira parte da pesquisa corresponde a uma continuação da análise da trajetória dos modelos de desenvolvimento nacional, sendo nesta, adicionados os fatores vinculados à retomada das relações bilaterais sino-brasileiras. Tal capítulo enfoca o período de 1974 a 2000, de maneira que serão observados, a partir de uma leitura crítica, documentos oficiais celebrados entre os dois países e seus efeitos nas políticas de desenvolvimento brasileiras.

No capítulo final deste trabalho é abordado, através do uso de documentos oficiais e de estudos acadêmicos e governamentais, o comportamento do Brasil após o aprofundamento de suas interações com a China em 2001. De forma que, neste capítulo, é

almejada a compreensão das principais mudanças ocorridas no direcionamento dos acordos promovidos entre os dois países, mas também, nas suas áreas de interesses comuns e seus efeitos, positivos e negativos, no projeto de desenvolvimento brasileiro.

Finalizando a estrutura textual do presente estudo têm-se as considerações finais, onde são apresentadas as conclusões a que se chegou e algumas sugestões para o engrandecimento e maior aprofundamento da temática, visando futuros estudos na área.

CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Dada a inexistência de um conceito universal sobre o significado de “desenvolvimento”, este trabalho entende este fenômeno a partir da definição de Bresser-Pereira (2003: 31), como: *“um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”*.

Em vista das limitações presentes ao longo da realização deste estudo, a pesquisa não aborda, equitativamente, todas as dimensões atuantes no processo de desenvolvimento nacional, de forma que, são enfatizados os fatores políticos e econômicos manifestados pelas ideias de crescimento econômico e de inserção econômica do Estado no comércio internacional.

Nesse sentido, este primeiro capítulo se divide em três seções conceituais direcionadas a: exibição das principais tentativas teóricas de se formular uma explicação universal para a eclosão do desenvolvimento e subdesenvolvimento no sistema internacional; análise sobre o papel desempenhado pelo comércio e pelo Estado nas perspectivas teóricas liberais e nacionalistas; apresentação dos paradigmas brasileiros presentes na estratégia nacional de desenvolvimento.

1.1. Considerações iniciais sobre a economia e o desenvolvimento nacional

Conforme observado anteriormente, o entendimento de desenvolvimento nacional remete à manutenção de um processo de transformações contínuas e profundas nas dimensões políticas, econômicas e sociais do Estado. Sua percepção se relaciona à interligação e interdependência de múltiplas estruturas existentes no âmbito estatal e privado, assim como, nos níveis doméstico e internacional.

Embora se mostre um evento complexo, suas interações, de acordo com Bresser-Pereira (2003: 12), podem ser classificadas a fins expositivos em quatro ângulos analíticos, sendo estes: o político; o econômico; o social; e o da autoidentidade nacional.

Neste estudo, é enfatizado o fator econômico, pois, apesar da existência de similaridades entre o fenômeno do crescimento econômico e do desenvolvimento econômico, estes diferem drasticamente em suas atribuições, proporções e repercussões.

No que tange ao entendimento de crescimento econômico, este adquire sua origem na antiguidade a partir da compreensão dos agentes soberanos sobre a importância do estímulo à acumulação de taxas ascendentes de riquezas como forma de se manter as capacidades políticas, econômicas e militares do território, necessárias à sua sobrevivência ante as ameaças de atores exógenos (SOUZA, 1995).

Sua relevância, portanto, decorre da preservação de sua característica acumuladora no pensamento estatal desde o surgimento das perspectivas pré-modernas até os atuais argumentos desenvolvimentistas contemporâneos (SOUZA, 1995).

O desenvolvimento, por sua vez, é configurado sob uma questão mais complexa na qual o Estado busca consolidar uma estrutura nacional capaz de elevar, automaticamente, o bem estar de sua sociedade e expandir a quantidade e qualidade do capital humano e físico existente em seu território (DELFIM NETTO, 2005).

A dinâmica por trás da problemática desenvolvimentista baseia-se no questionamento de como o governo pode utilizar suas capacidades internas de maneira a minimizar suas vulnerabilidades e constrangimentos externos, e aperfeiçoar o aprimoramento de sua estrutura produtiva e social no país (DELFIM NETTO, 2005; SOUZA, 1995).

Para Gilpin (2002), a ideia de crescimento econômico teria se embasado durante séculos na ideologia mercantilista europeia, da qual se consolidariam seus principais defensores nos teóricos liberais. Somado a este fator, a influência dos argumentos smithianos, referente à preservação das vantagens absolutas nas interações comerciais do sistema internacional, resultaria na associação do fenômeno desenvolvimentista com o processo de sobreacumulação de riquezas gerado pela divisão internacional do trabalho (DIT) e pela criação de economias de escala no comércio mundial.

A partir do século XIX, no entanto, a interpretação de desenvolvimento nacional se altera no pensamento liberal. Os efeitos dos trabalhos realizados por David Ricardo, ao propor a alteração dos termos de troca do comércio internacional de valores absolutos para valores comparativos, estavam impactando em uma transformação do desenvolvimento nacional em um sinônimo de crescimento econômico e não intervenção estatal na expansão dos arranjos comerciais (GILPIN, 2002).

Com a eclosão da Grande Depressão norte-americana, em 1929, a capacidade explicativa dos argumentos liberais sobre como se alcançar o desenvolvimento nacional sofre retrocessos, resultando em uma ampliação da atuação estatal na realização de programas de crescimento econômico e um afastamento da postura de livre mercado do país em prol de uma maior ênfase do Estado na promoção de políticas anticíclicas direcionadas à formação de taxas mínimas de crescimento doméstico capazes de atender as demandas internas por políticas redistributivas e de bem-estar social (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Décadas depois, com o fim da Segunda Guerra Mundial, em meados de 1945, a compreensão da existência de um antagonismo entre o desenvolvimento dos países industrializados e o subdesenvolvimento das economias não industrializadas no mundo, expande a realização de análises críticas sobre a história econômica do sistema internacional, estimulando novos pensamentos direcionados à explicação da existência ou ausência da condição de desenvolvimento nos diferentes países e territórios do planeta (SOUZA, 2007).

Dessa influência histórica, os teóricos marxistas formulam a teoria do imperialismo, através da qual atribuem o caráter de subdesenvolvimento das nações à natureza política existente nas interações comerciais assimétricas e injustas promovidas entre as zonas metropolitanas e suas regiões periféricas (SOUZA, 1995).

Contrapondo as críticas marxistas, o pensamento liberal propõe, no final da década de 1950, uma teoria modernizante, onde a condição de subdesenvolvimento dos países passaria a ser considerada como um estado original de suas organizações sociais, e consequentemente, um efeito da preservação de valores psicossociais tradicionais dentro da sociedade doméstica; para os teóricos da modernização, o desenvolvimento seria possível através da adoção de valores e instituições modernas pelo Estado, de maneira que estas seriam capazes solucionar a escassez de capitais do país, incrementar suas transações correntes e estimular o aumento das taxas de poupança interna nacional (DESAI, 2009; MACHADO, 1970).

Apesar de seus esforços, os teóricos da modernização não conseguem manter a influência da teoria das vantagens comparativas ricardiana e dos benefícios da DIT no governo dos países latino-americanos até o final do período citado. A realidade latino-americana demandava por linhas de pensamento alternativas mais condizentes com a realidade da região, ao exemplo das propostas apresentadas pela Comissão Econômica para

a América Latina e o Caribe (CEPAL), favorável a intervenção estatal na economia e a defesa mercado doméstico pelo Estado ante a forte concorrência internacional (SOUZA, 2007).

No que tange ao pensamento estruturalista cepalino, estudos feitos por Fonseca (2000) consideram que, apesar de sua forte semelhança com a ótica keynesiana, sua interpretação sobre o fenômeno do desenvolvimento nacional se diferenciaria desta por divergir quanto às capacidades das políticas governamentais alcançarem o equilíbrio econômico; visto que para Keynes esta se manifestaria no curto prazo, enquanto que para a CEPAL, no longo prazo.

Corroborando com esse debate, Santos ao ser citado pelo Grupo de Pesquisa sobre Economia Mundial, Integração Regional e Mercado de Trabalho (GREMIMT), em 1997, alega que o tratamento dado por Keynes ao seu princípio da demanda efetiva não corresponderia à realidade dos países subdesenvolvidos, visto que neste, ao se considerar o fator tecnológico e a capacidade produtiva do Estado como um fator constante, o estado de dominação política das economias desenvolvidas sobre as subdesenvolvidas seria fundamentado.

Em linhas gerais, o pensamento cepalino focaliza e interpreta o desenvolvimento como um conjunto de transformações qualitativas nas estruturas produtivas, sociais e institucionais, de maneira que estas seriam as principais responsáveis pela conversão de uma economia antiquada e ineficiente, em uma organização moderna e produtiva, capaz de elevar a qualidade de vida da população sem causar o comprometimento da eficiência de seus setores domésticos (SOUZA, 1995).

Pela constatação da existência de uma interdependência entre os setores tradicionais e modernos e da gradual necessidade do governo promover melhorias nas estruturas sociais e produtivas do país, os pensadores da CEPAL consideram que o desenvolvimento nacional não pode ser caracterizado, exclusivamente, como um efeito do crescimento econômico; este seria apenas uma simples variação quantitativa das transformações estruturais realizadas pelo Estado (FONSECA, 2000).

O entendimento do desenvolvimento, nesse sentido, passa a ser caracterizado pela *“existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais per capita”* (SOUZA, 1995:17).

O fenômeno do desenvolvimento seria manifestado através do fortalecimento da economia nacional, da formação de economias de escala, e do incremento da produtividade nacional, de forma que estes seriam os principais determinantes para o aumento do mercado interno e a diversificação das exportações nacionais ao comércio exterior, responsáveis pela elevação dos salários e da renda no país (BRESSER-PEREIRA, 2003; LACERDA *et al*, 2006).

1.2. Considerações sobre o comércio internacional e a atuação do Estado na economia

A constatação de um efeito de expansão econômica, quando não vinculado a transformações políticas e sociais resultantes de uma estratégia de desenvolvimento coerente do Estado, pode representar simples alterações superficiais dentro de um sistema, amplamente, integrado e interdependente (BRESSER-PEREIRA, 2003).

A condução das políticas comerciais do Estado não deve almejar o crescimento econômico como apenas um mecanismo de favorecimento a um delimitado conjunto de setores produtivos domésticos, mas sim, o beneficiamento da sociedade doméstica e o funcionamento da economia nacional como um todo (SOUZA, 1995).

De acordo com Gilpin (2002), o pensamento comercial estatal tem se transformado ao final do século XX. Novas fontes domésticas de financiamento têm surgido e auxiliado o Estado na manutenção da estabilidade das contas nacionais, enquanto que, a participação das tarifas comerciais na composição das receitas governamentais tem deixado de desempenhar tanta relevância nos balanços de pagamentos nacionais.

A disseminação do uso de estratégias de intensificação dos saldos financeiros no âmbito internacional pelos Estados tem estimulado a aquisição de maiores quantidades de insumos para a proliferação de amplos programas de desenvolvimento domésticos, assim como, a ampliação da demanda externa por novos produtos comercializados dentro dos mercados internacionais (GILPIN, 2002).

Através do uso da contabilidade nacional, trabalhos realizados por Carvalho e Silva (2007) e Krugman e Obstfeld (2010) enfatizam a relevância do setor externo no processo de crescimento econômico do país e de desenvolvimento das estruturas domésticas nacionais.

Os resultados do Produto Nacional Bruto (PNB), composto pelo valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país e comercializados em seu mercado durante um delimitado período de tempo, passa a ser interpretado como a própria renda nacional. Os recursos gerados no Estado, por sua vez, são redirecionados em novos tipos de investimentos úteis a proliferação da produção nacional, de forma que os mesmos são categorizados na forma de: consumo; investimento; gasto governamental; e transações correntes (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010: 218).

A participação ou isolamento de uma economia no comércio internacional passa a desempenhar um papel essencial na formação da renda nacional, dado que a ausência de interações transnacionais repercute na restrição da composição do PNB a apenas os resultados adquiridos pelo consumo doméstico e pelas despesas governamentais (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Nesse tipo de economia “fechada”, a limitação de capital internacional restringe a poupança nacional ao grau de investimento estatal, de maneira que esta se configura no próprio saldo gerado pelo PNB no período. Consequentemente, à medida que o consumo doméstico começa a diminuir, a receita do país e os investimentos internos são limitados, inviabilizando a implementação das novas políticas de desenvolvimento nacional (CARVALHO; SILVA, 2007).

Com a inserção da economia no comércio internacional, o Estado consegue uma maior flexibilidade em suas contas nacionais decorrente da possibilidade do país formar déficits e superávits comerciais na economia mundial; os desempenhos do mercado doméstico somados aos resultados obtidos do setor externo passam a refletir um aumento da capacidade governamental de equilibrar sua renda nacional (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Analogamente, a poupança nacional ao ser formada com a participação dos agentes estrangeiros e locais permite uma maior liberdade dos investimentos do Estado nas suas políticas nacionais. Contraditoriamente, esse efeito também resulta em maiores vulnerabilidades e dependências estatais em relação ao capital externo, o qual se torna parte essencial da regularização das despesas nacionais (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Em linhas gerais, a perspectiva liberal do comércio considera que o comércio internacional, ao estimular o aumento dos mercados consumidores aos produtos locais, resultaria em um efeito de demanda keynesiana sobre a economia doméstica, impactando no avanço do crescimento econômico e da eficiência geral da produção interna, os quais

configurariam em um aumento dos retornos sobre os investimentos no país e do nível geral da atividade econômica no território nacional (GILPIN, 2002).

Citando McNeill³ (1954), Gilpin (2002: 194) expõe que o estímulo ao comércio internacional também possibilitaria um desenvolvimento social no Estado, gerado pela intensificação da circulação de informações na sociedade e pelo maior compartilhamento de tecnologias e conhecimentos entre o país e seus parceiros comerciais.

Semelhantemente, os estudos realizados por Keohane e Nye (2001) apontam que o comércio global seria capaz de proporcionar benefícios políticos aos Estados no âmbito internacional, visto que, com o aprofundamento das interações interestatais as interdependências entre as economias dos países se intensificariam, condicionando seus governos a fortalecerem seus vínculos e cooperarem no longo prazo.

Alternativa a perspectiva do mercado liberal, os estudos realizados por Bresser-Pereira (2003) sinalizam, sob uma perspectiva nacionalista, a importância da atuação eficiente do governo no direcionamento e controle das interações entre a economia doméstica e os mercados internacionais para o desenvolvimento interno.

Para Bresser-Pereira (2003), a simples constatação de saldos comerciais, gerados pelas exportações dos produtos domésticos ao exterior, não representaria, necessariamente, um avanço no desenvolvimento nacional. Tal evento, não confirmaria que os excedentes de capital gerados pelo Estado estariam sendo utilizados no aprimoramento da estrutura doméstica, podendo o mesmo, estar se concentrando em pequenos grupos domésticos ou evadindo para países estrangeiros por meio das empresas transnacionais.

A situação de vulnerabilidade dos países subdesenvolvidos, pela ótica nacionalista, seria um reflexo da condição de dependência externa presente nesses países, assim como, da ausência de uma estabilidade financeira doméstica e de uma diversificação tecnológica dentro da produção nacional (SOUZA, 2007).

Dessas considerações, torna-se possível entender que, para as perspectivas marxistas e nacionalistas contemporâneas, as características de fragilidade interna e dependência externa, existentes na estrutura doméstica, seriam moldadas pela preservação da atual organização e inserção dos países subdesenvolvidos na DIT (GILPIN, 2002).

Para Tavares (1972), a condição de desenvolvimento das principais economias industrializadas seria um contraste da capacidade desses países investirem, autonomamente, seus capitais em suas estruturas domésticas e a carência dessa possibilidade nas economias

³ MCNEILL, William H. Past and future. Chicago: University of Chicago Press, 1954.

não industrializadas. Esse evento, por sua vez, daria aos países já desenvolvidos um favorecimento na geração de uma inovação tecnológica necessária ao aprimoramento de sua produção nacional, mas também, uma posição estratégica mais relevante dentro da divisão internacional do trabalho.

Tais críticas, conforme aponta Desai (2009), se mostrariam contrárias aos argumentos dos teóricos liberais neoclássicos de que o comportamento estatal no comércio internacional deveria se fundamentar na busca crescente de lucros para o Estado através da especialização dos mercados pela ótica das vantagens comparativas. Para os argumentos estruturalistas, o Estado deveria, antes de tudo, visar à melhoria de suas estruturas produtivas e sociais para, só então, almejar o avanço do desenvolvimento nacional e o reposicionamento de sua economia na DIT.

1.3. A estratégia brasileira de desenvolvimento e seus paradigmas

Com base nos trabalhos realizados por Arvate e Biderman (2006), é possível constatar que um Estado austero e eficiente economicamente não representa, necessariamente, um sinônimo de Estado mínimo na economia.

O entendimento do primeiro se refere à manutenção de um governo consciente e eficiente nos seus gastos públicos, de forma que seus investimentos se direcionam a áreas estratégicas para o processo de desenvolvimento nacional, comumente, complementares ao funcionamento de seu mercado doméstico. O segundo corresponde a um governo de baixa representação popular e distante das problemáticas vividas pela nação (ARVATE; BIDERMAN, 2006).

Na atuação do Estado sobre a economia duas problemáticas devem ser centrais na atenção estatal, sendo estas: a redistribuição de renda na sociedade; e a complementação e regulamentação do mercado nacional para os produtos domésticos e estrangeiros (ARVATE; BIDERMAN, 2006).

No Brasil, a estratégia nacional de desenvolvimento tem se fundamentado na promoção de políticas e programas governamentais de estímulo à produção industrial e à intensificação das exportações nacionais nos mercados internacionais como forma do Estado alcançar sua autonomia decisória em relação às influências e ações dos agentes estrangeiros (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

De acordo com estudos realizados por Cervo (2003), a estratégia nacional de desenvolvimento brasileira tem conseguido, entre 1810 e 2002, consolidar três paradigmas centrais no pensamento estatal, estando um quarto paradigma ainda em processo de construção desde meados dos anos 2000, sendo estes: o Estado liberal-conservador; o Estado desenvolvimentista; o Estado normalizador; e o Estado logístico.

No que tange ao paradigma do Estado liberal-conservador, sua vigência data do período de 1810 a 1930, sendo sua principal característica ideológica a aceitação da condição de submissão doméstica às economias estrangeiras desenvolvidas. Sua fundamentação adquire um teor liberal clássico pautado na manutenção da DIT e na utilização das vantagens comparativas ricardianas como forma de manter as estruturas político-sociais do país, apesar do quadro de dependência nacional aos interesses e tecnologias estrangeiras (CERVO, 2003; LACERDA *et al*, 2006).

Seu sucessor é o paradigma do Estado desenvolvimentista, o qual vigora a partir da eclosão da Grande Depressão norte-americana, em meados da década de 1930, e intensifica a preocupação estatal com a dependência do país em relação aos fatores exógenos e as instabilidades relacionadas ao setor externo (CERVO, 2003).

Nesse período da história brasileira, o Estado busca, através da promoção de um processo de industrialização da economia nacional com base na substituição das importações do país, romper com a diplomacia agroexportadora e a política de alinhamento automático aos interesses norte-americanos (CERVO, 2003).

Com uma postura mais pragmática, o governo retoma a questão desenvolvimentista sob uma percepção favorável à construção da indústria doméstica, interpretando nesta, a melhor alternativa para o processo de desenvolvimento nacional (BRESSER-PEREIRA, 2003).

A partir da década de 1970, o quadro inflacionário gerado pelo segundo choque do petróleo, em 1979, impacta no comportamento dos países sul-americanos permitindo, nos períodos de 1980 e 1990, a ascensão do pensamento neoliberal na região e a consolidação do paradigma do Estado normal dentro do governo brasileiro (CERVO, 2003).

Os debates entre monetaristas e estruturalistas direcionam a política doméstica a tratar a inflação com base em uma ótica de curto prazo, embasada na formação de choques econômicos destinados ao controle da elevação dos preços dos produtos nacionais; a abordagem do governo altera sua postura nacionalista, direcionando seu comportamento em prol de um tipo de regionalismo aberto (CERVO, 2003).

Até meados dos anos 2000, o pensamento e a prática política do governo brasileiro se sujeita às circunstâncias imperativas de abertura dos mercados domésticos e de adequação às premissas neoliberais propostas pelo Consenso de Washington (BRESSER-PEREIRA, 2003; CERVO, 2003).

A estratégia de desenvolvimento nacional passa a se associar a autonomia nacional, que, por sua vez, passa a ser condicionada a busca de uma participação mais ativa da economia doméstica no nível regional e internacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Conforme relatado por Cervo (2003), o último paradigma constatado no pensamento desenvolvimentista nacional remete a ótica do Estado logístico, o qual corresponderia a uma atuação estatal mais ativa e condizente com o aprimoramento das cadeias produtivas domésticas e da infraestrutura nacional, como forma, de intensificar a competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional.

A necessidade brasileira de se inserir mais ativamente no ambiente internacional condicionaria o Estado a se engajar profundamente nas interações políticas e comerciais com novos mercados estrangeiros, buscando através destes uma maior diversificação e ampliação de parcerias, mas também, uma redução do risco do país concentrar suas vulnerabilidades e dependências em um único ator externo (BRESSER-PEREIRA, 2003; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Não obstante os esforços brasileiros, a importante parceria político-comercial sino-brasileira tem, recentemente, adquirido cada vez mais complexidade no direcionamento da ação estatal do Brasil. As assimetrias entre a competitividade de seus produtos, o tipo de bens comercializados entre si e o grau de participação dos investimentos desses países dentro da economia do parceiro, têm evidenciado a concentração da vulnerabilidade dessa interação no lado brasileiro (CUNHA *et al.*, 2011; JENKINS, 2012).

O paradigma do Estado logístico, nesse sentido, tem se moldado da importância da atuação do Estado na consolidação de programas de estímulo à intensificação da produção de bens de alto valor agregado no país, frente a atual produção de bens de baixo valor agregado presente na atividade nacional (BRASIL, 2008; CERVO, 2003).

A necessidade de uma maior competitividade nacional no setor industrial e tecnológico tem consolidado sua relevância como um contrapeso às fragilidades presentes no setor básico, de maneira que o Estado tem voltado a buscar por melhores posições na divisão internacional do trabalho como forma de controle de suas vulnerabilidades externas

(CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2009; PEREIRA; FERRAZ FILHO, 2005).

Dessas observações, parte a atual compreensão de que as recentes dinâmicas construídas nos níveis domésticos e internacional, configuradas pela intensificação dos fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos no sistema, bem como, pela maior sensibilidade da sociedade local às oscilações do ambiente externo, têm demandado e consolidado uma nova visão do Estado sobre seu papel e atuação; o novo comportamento do Brasil está surgindo de uma junção das experiências e influências adquiridas pelos paradigmas anteriormente citados (CERVO, 2003; GILPIN, 2002; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

CAPÍTULO II – A INDUSTRIALIZAÇÃO, O CRESCIMENTO ECONÔMICO E AS NOVAS INSTABILIDADES INTERNACIONAIS

Visando o aprofundamento dos estudos direcionados ao entendimento das políticas de desenvolvimento brasileiras, este capítulo propõe uma análise da trajetória do desenvolvimento nacional, entre os anos de 1930 e a segunda metade da década de 1970.

Sua realização enfoca, a partir da observação dos principais programas e modelos desenvolvimentistas no Brasil, questões relacionadas à diversificação produtiva da economia nacional e às tentativas de reposicionamento do país na divisão internacional do trabalho através de sua atuação no comércio internacional.

O capítulo se divide em dois tópicos direcionados a: compreensão das conjunturas domésticas e internacionais vivenciadas pelo Brasil no período delimitado; reflexão das fragilidades e vulnerabilidades constatadas no país durante esses períodos; análise do comportamento do Estado no estímulo ao desenvolvimento nacional e à superação da dependência estatal ante os fatores exógenos.

2.1. O início do desenvolvimento nacional e o processo de industrialização por substituições de importações

Após vivenciar uma longa fase de dependência direta dos mercados estrangeiros e de uma alta vulnerabilidade interna às intenções políticas e econômicas dos agentes externos, a influência do paradigma liberal-conservador, apesar de preservar os interesses nacionais na produção agroexportadora cafeeira até o final da década de 1920, tem repercutido em um processo de endividamento estatal evidenciando as fragilidades e problemas existentes na estabilização e desenvolvimento do período. (Ver Apêndice A: Os antecedentes do processo de desenvolvimento nacional e o pensamento liberal-conservador).

A forte evasão de capital estrangeiro privado do país, atribuída à crise econômica dos Estados Unidos e a drástica expansão da atividade cafeeira acima da demanda mundial por commodities, impactam na rápida redução das reservas nacionais de moedas internacionais, de maneira que estas recuam de 31 milhões de libras esterlinas, em 1919, para valores nulos nos primeiros anos da década de 1930 (LACERDA *et al*, 2006).

Fragilizada pela Grande Depressão norte-americana, a renda brasileira se reduz entre 25% e 30%, acompanhando uma elevação de 33% no nível de preços dos produtos importados no mesmo período. As importações nacionais, por sua vez, são reduzidas em 60%, enquanto que a participação dos bens estrangeiros no PIB nacional diminui de 14%, antes da crise, para 8% no decorrer dela (LACERDA *et al*, 2006).

Inserido dentro de um clima de instabilidades econômicas e de escassez de divisas internacionais, o Estado condiciona sua atuação na promoção de políticas anticíclicas destinadas à dinamização dos setores domésticos e à garantia da oferta de bens de consumo carentes no mercado interno brasileiro (BRESSER-PEREIRA, 2003).

De acordo com os estudos feitos por Baer (2002) e Fishlow (2013), a estratégia adotada pelo governo nessa década se pautaria na restrição das importações do país e no estímulo à expansão dos setores domésticos, a partir de um controle cambial. Estas medidas, no entanto, resultam em uma súbita valorização da moeda local ante a libra-esterlina, responsável pela observação de um processo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) decorrente do beneficiamento do acesso dos empresários nacionais a produtos manufaturados e matérias-primas necessárias para a construção e avanço do setor industrial nacional.

Desta forma, a década de 1930, conforme expõe Cervo (2003) em suas obras, representa para o Brasil um momento de transição de um paradigma liberal-conservador no pensamento desenvolvimentista nacional para uma nova ótica estatal pautada no aprimoramento das estruturas domésticas e na atuação governamental na maturação do setor industrial nacional.

No que tange ao setor externo, apesar da conjuntura internacional favorável, as exportações das commodities do país recuam de 5,5 bilhões de cruzeiros, em 1929, para 4,5 bilhões de cruzeiros, nos primeiros anos da década de 1930, refletindo uma redução da produção total agrícola nacional, destinada a exportação, de 70% para 57% (LACERDA *et al*, 2006).

Em contraparte, a atividade industrial, destinada ao consumo doméstico, e o setor básico brasileiro conseguem avançar em 50% e 40%, respectivamente, repercutindo na elevação da renda nacional em 20% e da renda per capita em 7%, entre 1929 e 1937 (LACERDA *et al*, 2006).

Não obstante esses resultados positivos na economia nacional, os trabalhos realizados por Bresser-Pereira (2003) e Lacerda *et al* (2006) indicam a existência de uma

significativa instabilidade doméstica no país entre os anos de 1936 e 1937, sendo esta caracterizada pelo esgotamento das divisas nacionais e pela elevação das importações brasileiras de bens estrangeiros em 40%.

Além desses fatores, a escassez das reservas brasileiras após a crise reforçaria a situação de fragilidade doméstica em relação ao comportamento dos agentes estrangeiros, o qual é exposto pela incapacidade do governo romper a dependência de sua produção nacional em relação aos desempenhos do setor de bens de capital e intermediário estrangeiro (BRESSER-PEREIRA, 2003; LACERDA *et al*, 2006).

Após 1937, o governo nacional busca reestruturar sua organização política e econômica centralizando suas ações na figura do Estado Novo. O novo regime também passa a almejar, a partir do aprimoramento das estruturas domésticas e a intensificação do processo de industrialização nacional, o desenvolvimento da economia nacional e enfraquecimento do poder das oligarquias cafeeiras dentro do país no decorrer do final da década de 1930 (BRESSER-PEREIRA, 2003; LACERDA *et al*, 2006).

Em 1939, no entanto, a eclosão da Segunda Guerra Mundial condiciona o governo brasileiro a retornar a sua política de controle cambial e de restrição de importações. A prioridade do Estado, nesse período, se consolidava na diminuição da deterioração dos termos de troca nacional e na manutenção dos saldos no balanço de pagamentos nacional (FISHLOW, 2013; LACERDA *et al*, 2006).

Analogamente, a nova conjuntura internacional favorecia o dinamismo e desempenho do setor agrícola nacional, em especial a produção cafeeira, nos mercados internacionais. A preservação da renda nacional, após a constatação do novo conflito, voltava a ser beneficiada pelos bons desempenhos dos produtos primários, e a manutenção do programa de desenvolvimento nacional por substituições de importações ganhava seu reforço pelas receitas extras adquiridas pelo setor agroexportador (LACERDA *et al*, 2006).

Desta maneira, através do uso das políticas restritivas o governo, apesar da escassez de insumos e bens de capital, consegue melhorar os resultados de seus indicadores econômicos.

A trajetória de queda da taxa de crescimento da produção industrial, registrada entre 1937 e 1942, dá lugar a um crescimento médio de 9,9% ao ano, entre 1942 e 1945, enquanto que a produção agrícola, antes estagnada, começa a se recuperar apontando taxas médias de crescimento de 8%, entre 1943 e 1945. A consolidação do Produto Interno Bruto

brasileiro, na primeira metade da década de 1940, voltava a ser favorecida com taxas anuais de crescimento em 6,4% (ABREU⁴, 1990 *apud* LACERDA *et al*, 2006: 80).

Corroborando com a análise desse período, dados coletados pela CEPAL citada por Bresser-Pereira (2003: 48) indicam que os termos de troca do Brasil, entre 1937 e 1945, conseguem melhorar em 18%, acompanhando um crescimento de 116% nos preços dos produtos exportados contra uma elevação de 82% registrada nos preços das importações nacionais nesse período. O crescimento dos preços dos bens no mercado interno, por sua vez, subia a 97%, preservando a atividade nacional.

Contrapondo os efeitos positivos gerados pela Segunda Guerra Mundial na dinamização dos setores domésticos brasileiros, os quais são auxiliados pela redução das exportações europeias ao Brasil; a limitação dos bens manufaturados e dos equipamentos enviados ao mercado nacional pelas economias estrangeiras restringe a possibilidade de crescimento do país ao uso pleno e intensivo de sua capacidade industrial instalada ao longo do conflito, elucidando no governo uma visão mais consciente de seu subdesenvolvimento e da dependência nacional às importações de bens de capital estrangeiro presente no país, após 1945 (BRESSER-PEREIRA, 2003).

No pós-guerra, a ascensão norte-americana como a principal economia do sistema internacional faz com que o comportamento do governo brasileiro retome uma postura liberal pautada nos princípios de Bretton Woods e no alinhamento do país às políticas implementadas pelo governo Truman nos Estados Unidos (MOURA, 1990).

Tal evento, por sua vez, condiciona um processo de redemocratização nacional onde o autoritarismo e o nacionalismo, característicos do Estado Novo, são substituídos por uma postura de atração à inserção de capital estrangeiro no país, fundamentada no período como um sinônimo de desenvolvimento nacional (LACERDA *et al*, 2006; MOURA, 1990).

Estudos feitos por Moura (1990) e Viana e Villela (2005), contudo, assinalam que o novo comportamento do Estado brasileiro seria um reflexo de sua percepção ilusória sobre os benefícios gerados da aproximação com a economia norte-americana. Em seus estudos, os autores apontam a manutenção de uma interpretação do governo embasada na consideração de que, por ter colaborado de forma política e econômica com os Estados Unidos durante a guerra e ter adotado políticas de liberalização cambial após o conflito, a

⁴ ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889/1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 94-95.

economia brasileira se tornaria um destino atraente aos fluxos de investimentos estrangeiros diretos na América do Sul, mas também uma economia com abundantes reservas de capital internacional.

Defendendo sua ótica favorável à abertura econômica do país e a compreensão de que o desenvolvimento da indústria de base e o financiamento da indústria nascente poderiam ser estimulados a partir do investimento estrangeiro, o Estado adota uma política de atração de capital internacional e cria a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que através do acionamento de sua Instrução nº 17 extingue o mercado oficial de câmbio, permitindo o crescimento do PIB nacional, entre 1946 e 1950, a taxas médias anuais de 7,3%, superando a média de 4,7% marcada no início dessa década (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Embora a participação da SUMOC tenha desempenhado um papel de significância no processo de direcionamento das políticas governamentais, entre 1940 e 1950, análises realizadas por Moura (1990) e Bresser-Pereira (2003) consideram que a entrada maciça de capitais estrangeiros na indústria nacional durante esse período teria se contrastado com um contexto doméstico de rápido esgotamento dos saldos comerciais com o exterior, o que indicaria que os novos investimentos no Brasil teriam sido estimulados mais pelas articulações das empresas estrangeiras em relação às políticas protecionistas do governo direcionadas à indústria, do que da postura de não intervenção cambial proposta com a SUMOC.

Nesse sentido, apesar das intenções do governo, a política de liberalização cambial alcança seu fracasso com o aprofundamento da escassez de reservas nacionais e uma nova intervenção cambial é realizada pelo Estado visando o controle da evasão de moedas internacionais do país, em especial de dólares (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Inserido em um cenário de crescente instabilidade doméstica, o governo implementa um programa de contingenciamento às importações embasado na criação de uma Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil (CEXIM) que passa a funcionar através do uso de licenças de comercialização com o mercado internacional à taxas de câmbio fixas em dólar, previamente cedidas pelo governo (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Pela utilização da CEXIM, a indústria nacional consegue incorporar maiores parcelas do mercado doméstico, assim como, adquirir uma maior quantidade de equipamentos e insumos estrangeiros a taxas de importação favorecidas pelo governo,

repercutindo em uma elevação dos termos de troca do Brasil com o exterior em 151%, entre 1946 e 1955 (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Com a preservação de uma taxa de câmbio sobrevalorizada e controlada pelo governo a partir da manutenção da oferta de moedas estrangeiras no país, o processo de Industrialização por Substituição de Importações no Brasil é triplamente beneficiado ocasionando uma melhoria na balança comercial que sobe de um déficit de 313 milhões de dólares, em 1947, para um superávit de 18 milhões de dólares, em 1949 (BRESSER-PEREIRA, 2003; LACERDA *et al*, 2006).

Além disso, estudos realizados por Bresser-Pereira (2003) expõem que a trajetória dos investimentos estrangeiros no país, após 1947, se consolida na produção de bens manufaturados, o que pode ser considerado como um incremento da entrada de capital internacional nos setores de serviços públicos e de transportes ocorrida no início da década de 1940 e que se vinculam ativamente ao funcionamento do setor agroexportador e comercial brasileiro; sendo outra interpretação plausível, a aceitação estatal de sua condição de dependência em relação aos capitais estrangeiros amplamente necessários para o avanço do processo de desenvolvimento nacional.

Correlacionando as ideias expostas por Bresser-Pereira (2003) com os pensamentos de Viana e Villela (2005), se torna possível constatar que no período do pós-guerra a postura brasileira enfatiza as questões de teor econômico. De acordo com Viana e Villela (2005), a própria intensificação do quadro inflacionário no país, entre 1945 e 1946, que eleva as taxas de 11% para 22%, condicionaria uma atuação mais ortodoxa do governo com sua economia na segunda metade da década de 1940.

Situada em uma conjuntura doméstica de inflação ascendente e carecendo de novos investimentos estrangeiros o combate à elevação do nível de preços no país é realizado pelo uso de políticas monetárias contracionistas que permitem a redução da inflação a taxas de 2,7%, em 1947, esta, no entanto, retorna a crescer a partir de 1948 e alcança nos primeiros anos da década de 1950 valores anuais superiores a 12,4% (VIANA; VILLELA, 2005).

Nesse contexto, a política externa brasileira passa a ser articulada de forma pragmática e nacionalista. O comportamento estatal na década de 1950 começa a oscilar entre a defesa dos interesses de grupos socialistas e de grupos capitalistas, sendo esta ação interpretada como uma maneira do Estado romper à influência direta exercida pelos Estados Unidos nas políticas brasileiras, mas também, como um acréscimo à capacidade do

país de atrair novos investimentos estrangeiros a partir de uma interação simultânea entre os dois blocos ideológicos (HIRST, 1990; VIANA; VILLELA, 2005).

Apesar da redução da taxa de crescimento do PIB e da produção industrial, entre 1951 e 1955, a primeira metade dessa década é marcada pela criação de instituições de suma importância para o progresso do processo de desenvolvimento da infraestrutura doméstica nacional e a consolidação do modelo de desenvolvimento industrial através da substituição de importações, ao exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Petróleo Brasil S.A. (Petrobras) (VIANA; VILLELA, 2005).

Para Lacerda *et al* (2006), a criação do BNDE, em 1952, teria sido um resultado da maior necessidade estatal de financiar novos projetos destinados ao aprimoramento da qualidade da infraestrutura nacional, em especial nos setores de transporte e energia, amplamente necessários para o avanço da indústria brasileira.

Os primeiros anos da década de 1950 também são caracterizados pela maior presença da SUMOC na formulação das políticas econômicas brasileiras, visto que, em 1953 e em 1955 são acionadas pelo governo as Instruções nº 70 e 113, respectivamente (LACERDA *et al*, 2006).

Não obstante o estímulo dado por essas medidas à entrada de capital estrangeiro no país e ao aumento da capacidade instalada na indústria nacional, tais ações resultam no favorecimento das empresas estrangeiras instaladas no Brasil ante as domésticas, dado que as primeiras passam a poder importar bens de capital complementares à indústria brasileira, sem, no entanto, terem que se comprometer com a internalização de suas divisas às taxas de mercado livre, enquanto que as segundas não adquirem tal subsídio do governo (BRESSER-PEREIRA, 2003; LACERDA *et al*, 2006).

Beneficiado pela conjuntura doméstica favorável e pela expansão da indústria metalúrgica em 172% e química em 608%, entre 1948 e 1955, o governo promove, em 1956, um Plano de Metas destinado à complementação e o aperfeiçoamento da infraestrutura nacional e da indústria pesada no país (BAER, 2002).

A partir desse período o Estado busca, através do uso do BNDE, enfatizar o desenvolvimento dos setores de energia e de transportes, mas também construir um polo industrial automobilístico, naval e aeronáutico no país até o início da década de 1960 (BAER, 2002; LACERDA *et al*, 2006).

Corroborando com os estudos sobre o período, Lacerda *et al* (2006: 98) ao citar Lessa⁵ considera que a política econômica adotada pelo Brasil no final da década de 1950 estaria condicionada à uma priorização do uso do capital estrangeiro para o financiamento dos programas de desenvolvimento nacional, o qual seria constatado pela observação de que, o aprimoramento da infraestrutura doméstica e a expansão e diversificação do setor industrial passa a ocorrer em paralelo a um momento de forte inserção de divisas internacionais na economia doméstica.

Como resultado do Plano de Metas, o Produto Interno Bruto brasileiro consegue crescer a taxas médias anuais de 6%, entre 1956 e 1961, e a produção industrial se expande em 11%, acompanhando um aumento da participação da atividade manufatureira na composição do PIB de 22,6%, em 1955, para 27,5% no início da década de 1960 (BAER, 2002; BRESSER-PEREIRA, 2003).

Em contraparte, Silva (1992) aponta que, apesar dos êxitos do Plano de Metas no desenvolvimento da estrutura doméstica, esta política camuflaria para a sociedade doméstica o início de um cenário de crescentes instabilidades nos balanços de pagamentos do governo, decorrente do elevado grau de endividamento público gerado pelas políticas desenvolvimentistas desse período.

Tal evento é elucidado pelo entendimento de que através do uso de capitais mistos o governo possibilita a aceleração e complementação do modelo de substituição de importações no Brasil, ocasionando um aumento da participação da manufatura na composição da receita nacional, mas também, o aprimoramento da infraestrutura doméstica e dos setores de bens de capital e de bens intermediários do país (SILVA, 1992).

Com sua atuação, no entanto, o governo, ao estimular gastos crescentes do Estado, eleva a participação do consumo estatal na composição da renda nacional de 14,3%, em 1947, para 20,3%, em 1960; enquanto que, o consumo privado no país no mesmo período é reduzido de uma taxa anual de 8,3% para 5,3%, reforçando a situação de instabilidade no balanço de pagamentos nacional nesse período (LESSA⁶, 1981 *apud* LACERDA *et al*, 2006; SILVA, 1992).

Desse contexto, a leve percepção de estabilidade brasileira vivenciada ao final da década de 1950, rapidamente, é substituída por um cenário de desequilíbrios agravado pela constatação de eventos como: a forte elevação do grau de endividamento da economia

⁵ LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 27.

⁶ LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 27.

nacional em relação aos capitais estrangeiros feitos durante a segunda metade da década de 1950; os curtos prazos de vencimento estipulados nos financiamentos estrangeiros às políticas de desenvolvimento nacional do Plano de Metas; o impacto no desempenho da balança comercial brasileira decorrente da deterioração dos termos de troca dos produtos nacionais; e a diminuição dos investimentos norte-americanos na região sul-americana no final dos anos de 1950 (LACERDA *et al*, 2006; SILVA, 1992).

Fragilizado economicamente e politicamente, o governo brasileiro formula, em 1958, a Operação Pan-Americana (OPA), pela qual passa a reavaliar sua atuação dentro do nível regional e global, mas também, redirecionar sua postura em relação às suas relações bilaterais com os Estados Unidos para uma maneira de interação mais autônoma do Brasil (SILVA, 1992).

Através da OPA o país trata de intensificar sua participação no sistema internacional estimulando novos acordos bilaterais e multilaterais com economias alternativas, capazes de compensar a escassez de investimentos norte-americanos no país percebido no início da década de 1960 (SILVA, 1992).

Alguns anos depois, influenciado pela nova postura doméstica proposta pela OPA, o Estado propõe a Política Externa Independente (PEI), a partir da qual estipula uma nova matriz política mais condizente com suas necessidades de ampliação de mercados consumidores e atração de financiamentos para o desenvolvimento nacional (VIZENTINI, 1994).

Em seus estudos, Vizontini (1994) apresenta a PEI em cinco princípios básicos da ação estatal, sendo estes: o aprofundamento e expansão das relações comerciais do Brasil com seus vizinhos sul-americanos através da redução das tarifas comerciais dentro do âmbito regional; a defesa da autonomia nacional no processo de formulação e condução de suas políticas de investimentos e financiamentos internacionais; a não intervenção do país em assuntos internos de outros Estados; a coexistência pacífica no sistema internacional, independentemente de ideologias políticas e econômicas presentes nesse ambiente; o apoio à emancipação de territórios não autônomos.

Da aplicação dessas ações o governo brasileiro almejava uma ampliação dos mercados estrangeiros para seus produtos primários e manufaturados exportados, assim como, a aceitação do sistema internacional de sua capacidade e influência como uma potência média, o que proporcionaria ao Estado uma maior relevância dentro da estrutura

internacional como um agente essencial para a intermediação das interações entre as economias terceiro-mundistas e as desenvolvidas (VIZENTINI, 1994).

Apesar de suas tentativas de minimizar os efeitos negativos gerados pela redução dos investimentos estrangeiros no país ocorrido no final da década de 1950, as tentativas do governo de diversificação parcerias através da PEI não consegue evitar o agravamento da instabilidade política e social no Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Com o aprofundamento da recessão da economia doméstica, em 1963, a influência dos grupos socialistas se intensifica com o aumento das pressões da sociedade por melhorias na qualidade de vida, causando a elevação da insegurança das classes médias e empresariais no Brasil ante uma ascensão da ideologia socialista no governo, a qual resulta em uma nova transformação na estrutura nacional com o rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com os regimes socialistas e a consolidação do regime militar a partir de 1964 (BRESSER-PEREIRA, 2003).

2.2. A condição de subdesenvolvimento industrializado e as fragilidades das novas dependências nacionais

Sintetizando as informações apresentadas pelos tópicos anteriores torna-se possível compreender que, a década de 1950 concretiza na economia nacional o processo de industrialização por substituição de importações (ISI), permitindo uma maior autonomia doméstica em relação às oscilações das economias estrangeiras, mas também, a expansão da diversidade da produção nacional que passa a atuar dentro dos setores de bens básicos, bens de consumo e bens de capital, e resulta na redução do coeficiente de importações do Brasil de 22% para 7%, entre 1930 e 1960 (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Além disso, a rápida expansão da economia nacional, entre 1947 e 1962, expõe a elevação da taxa média real de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a níveis superiores de 6%, sendo o mesmo intensificado a uma média de 7,8% no período do Plano de Metas, ocorrido na transição da década de 1950 para 1960 (BAER, 2002).

Refletindo o avanço da produtividade do setor agrícola em 87% e a dinamização da indústria em 262%, a produção nacional consegue crescer em 128% no período de 1947 a 1961, evidenciando um processo de inversão da participação dos setores domésticos na composição da renda nacional, pois a agricultura passa a compor apenas 18% do PIB desse

período, enquanto que a manufatura representa o resto da atividade doméstica (BAER, 2002).

Dessa temática, estudos realizados por Baer (2002) e Bresser-Pereira (2003) apontam que, não obstante o sucesso do Plano de Metas no aprimoramento das estruturas domésticas e na inserção de novas empresas no território nacional, a estratégia de ISI não repercute no rompimento da dependência nacional ao capital estrangeiro.

A drástica elevação da demanda interna por matérias-primas somada à maior necessidade estatal de financiar seus programas de desenvolvimento através do uso de capital externo teria impactado, no final dos anos de 1950, em desequilíbrios na balança comercial brasileira e no balanço de pagamentos nacional, aumentando a instabilidade econômica e política do país, mas também a diminuição da expansão da economia, a partir da década de 1960 (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Corroborando com os argumentos anteriores Hermann (2005a) considera que os esforços realizados pelo governo para a contenção das crises políticas e econômicas do início da década de 1960 não teriam sido suficientes para a estabilização do país nesse período, dado que a taxa de crescimento do PIB se mantém, em 1963 e 1964, em 0,6% e 2,4%, respectivamente, e a inflação se expande de uma margem de 32,5%, registrada entre 1957 e 1962, para valores superiores a 100%, no começo dos anos 1960, alarmando o governo para o crescente agravamento do quadro inflacionário no país.

Nesse contexto também é possível ser constatado a ocorrência de uma redução da renda global em 3% que impacta no recuo da atividade agrícola nacional em 4,5%, assim como, a desaceleração da indústria brasileira em 0,4%, os quais resultam na elevação do desemprego no país, a partir dos primeiros anos dessa década (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Consequentemente, a demanda interna por bens de consumo começa a recuar, sendo este fenômeno um reflexo da diminuição do avanço da renda per capita e da concentração de renda no país, ocasionando o que Leff⁷ (1968), citado por Lacerda *et al* (2006: 108), considera uma “*subestimação da capacidade competitiva das empresas já instaladas e superestimação das dimensões do mercado nacional*” por parte do governo durante esse momento da história nacional.

Em vista à maior ênfase dada ao combate à inflação nos programas de desenvolvimento nacional medidas restritivas são estimuladas na segunda metade dessa

⁷ LEFF, Nathaniel H. Brazilian capital goods industry. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1968.

década visando o reequilíbrio das contas nacionais e a retomada do crescimento e desenvolvimento nacional; os quais passam a serem associados à necessidade do país atrair maiores investimentos estrangeiros para sua economia, mas também, na urgência do Estado adequar sua estrutura doméstica à nova conjuntura internacional vigente (BRESSER-PEREIRA, 2003; HERMANN, 2005a; LACERDA *et al*, 2006).

Os primeiros anos do novo regime, nesse sentido, são marcados pelas tentativas governamentais de estabilização da economia nacional através do controle de gastos públicos e do aumento da receita nacional, onde os mesmos são esperados a partir da formulação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), em 1964, e da realização de reformas estruturais no país, durante o início da metade da década de 1960 (HERMANN, 2005a; LACERDA *et al*, 2006).

No que tange às políticas do regime militar, estudos produzidos por Hermann (2005a) e Lacerda *et al* (2006) expõem que a principal finalidade do PAEG não se fundamentava na eliminação imediata da inflação no país, mas uma gradual redução da elevação dos preços na economia doméstica, como forma de minimizar os efeitos negativos gerados pelas políticas restritivas da época na sociedade brasileira.

O PAEG, conforme alega Hermann (2005a), também visava o controle do excesso da demanda monetária doméstica no Brasil, sendo tal objetivo almejado a partir da promoção de ações como: a criação de um programa de ajuste fiscal no país embasado em metas de receita e de contenção de gastos governamentais; a elaboração de um orçamento monetário capaz de antecipar as taxas decrescentes dos meios de pagamentos no país; a consolidação de uma política de controle do crédito ao setor privado; e a adoção de mecanismos destinados à correção salarial na economia brasileira.

Sobre as mudanças estruturais ocorridas no período, o referido autor aponta que foram priorizadas pelo governo as dimensões tributárias e financeiras.

No que refere à reforma tributária o governo busca eliminar impostos de pouca relevância financeira para a receita nacional e reordenar o sistema para uma organização capaz de reduzir os custos operacionais do Estado no processo de arrecadação nacional, repercutindo no aumento da carga tributária no Brasil de 16%, em 1963, para 21%, em 1967 (HERMANN, 2005a).

Tal estratégia, contudo, ao se vincular com as políticas monetárias restritivas e à redução da linha de crédito privado nesse período, impacta em um aumento da falência das empresas nacionais, intensificando a elevação do desemprego e a concentração de renda na

sociedade, após 1964, levando o governo a promover ações de estímulo à dinamização da economia através dos setores domésticos; sendo um destes exemplos, a criação do Sistema de Financiamento de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH) que, a partir do financiamento estatal, buscavam gerar novos empregos para a população no setor de construção civil e estimular o consumo doméstico nesse período (LACERDA *et al*, 2006).

Nesse sentido, embora o Estado consiga elevar seu orçamento com a reforma tributária, suas medidas não conseguem resolver a carência do país gerada pela evasão de divisas internacionais constatado no início da década de 1960. Este fator, como mostram as pesquisas desenvolvidas por Hermann (2005a) e Lacerda *et al* (2006), sugere a compreensão de que as transformações na estrutura financeira nacional, promovidas em meados de 1965, teriam seus objetivos na complementação do sistema financeiro brasileiro (SFB) com a construção e consolidação de um segmento nacional de crédito privado de longo prazo.

Assim, com a reforma financeira o governo opta por alternativas favoráveis à manutenção de suas políticas de desenvolvimento, de forma que estas possam ser adotadas sem repercutir na intensificação da inflação e seus impactos no país; sendo algumas de suas principais medidas a criação do Banco Central do Brasil (Bacen), o qual representaria o novo órgão executor das políticas monetárias e financeiras do governo, e do Conselho Monetário Nacional (CMN), como a principal instituição normativa e reguladora do novo sistema nacional (LACERDA *et al*, 2006).

Além dessas novas instituições, Hermann (2005a) considera que a maior abertura brasileira para o capital estrangeiro e a criação de novos mecanismos de proteção do retorno de ativos de alto risco no Brasil, como as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), teriam repercutido positivamente na atração de novos fluxos de investimentos estrangeiros diretos e de empréstimos internacionais para o país, possibilitando que o Estado compensasse sua carência de poupança interna com o capital externo, assim como, uma elevação da eficiência do sistema financeiro nacional devido a maior no setor privado após as novas medidas.

Ainda de acordo com os argumentos apresentados por este autor, embora o PAEG não logre a redução da inflação para as metas estipuladas durante sua elaboração, as políticas restritivas do governo associadas às reformas estruturais teriam permitido uma

elevação da atividade nacional, entre 1964 e 1967, a taxas de crescimentos anuais médios de 4,2% no Brasil.

Em 1967, a conjuntura internacional também volta a melhorar fazendo com que as exportações brasileiras sejam beneficiadas pelo crescimento do comércio mundial e os fluxos de investimentos no país aumentem devido à maior abertura financeira da economia, estes dois eventos, por sua vez, viabilizam o início de um novo ciclo de expansão da economia nacional, a partir de 1968 (BRESSER-PEREIRA, 2003).

No âmbito doméstico, o controle salarial e as políticas de reajuste das contas nacionais começam a se contrastar com a elevação do crédito ao consumidor doméstico e da capacidade de compra doméstica de bens de consumo duráveis, resultante da maior concentração de renda no país, fazendo com a inflação passe a ser interpretada pelo Estado não mais como um efeito da demanda nacional por crédito, mas, como um componente dos custos de produção ocasionados pela grande capacidade ociosa existente no Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2003; LACERDA *et al*, 2006).

Entre 1967 e 1973, a produção nacional volta a avançar a médias anuais de 11,2%, como reflexo da dinamização da indústria de bens duráveis em 23,6% e da atividade de bens de capital em 18,1%. A indústria de bens de consumo não duráveis, no entanto, avança apenas 9,4%, enquanto que, a agricultura sobe 4,7%, no mesmo período (LACERDA *et al*, 2006).

Apesar do aumento das importações de 5,4% para 8,6% do PIB nessa época, a balança comercial se mantém estável em decorrência da maior demanda internacional pelos produtos ofertados pelo Brasil (LACERDA *et al*, 2006).

Em suas análises Baumann (1990) argumenta que o próprio desempenho do comércio brasileiro com o mercado internacional seria decorrente da maior possibilidade das empresas domésticas utilizarem suas capacidades ociosas previamente instaladas na indústria nacional, mas também, da diversificação e ampliação dos estímulos dados pelo Estado para o aperfeiçoamento da infraestrutura e da produção interna.

Não obstante a rápida expansão da economia, a partir de 1968, ter consolidado uma ampliação permanente da capacidade da estrutura produtiva do setor de bens de consumo durável no país, este evento não repercute na viabilidade do Estado usufruir, plenamente e autonomamente, dos avanços gerados por esse departamento, pois, as debilidades na infraestrutura e na matriz energética brasileira condicionavam o país a aumentar suas

importações de petróleo e bens de capital como forma de manter o dinamismo dentro do parque industrial nacional (HERMANN, 2005b).

Desta forma, com base em dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Estatísticas e Geografia (IBGE), citado por Hermann (2005b), é possível observar que a elevação da participação do petróleo na composição da matriz energética nacional se eleva, nos três primeiros anos da década de 1970, de 34,1% para 40,4%, concentrando as importações desse produto de 58,9% do total demandado pelo país, para uma margem de 80,9%, durante o mesmo período.

Inserido nessa conjuntura de vulnerabilidade doméstica, o comportamento estatal passa a ser vinculado à formulação e manutenção de um Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), sendo este embasado nos interesses do Estado de ampliar seu mercado doméstico, aprimorar sua infraestrutura e estabilizar os preços no país, como forma de intensificar a inserção de novas empresas privadas no Brasil sem repercutir na formação de monopólios privados em setores estratégicos para o Estado, como no caso do setor energético (HERMANN, 2005a).

Apesar dos esforços das políticas expansionistas do governo no início dos anos de 1970, a capacidade ociosa da indústria nacional começa a se esgotar, fazendo com que o governo tenha que buscar por novas formas de estimular as exportações dos produtos brasileiros no exterior, assim como, de atrair maiores investimentos estrangeiros para o país, sem que estas medidas impactem em agravamentos no balanço de pagamentos nacional no médio prazo (BAUMANN, 1990).

De acordo com o autor citado, uma das principais medidas adotadas pelo governo durante esse período pode ser observada na criação da Comissão para Concessão de Incentivos Fiscais e Programas Especiais de Exportação (BEFIEEX), em 1972, através da qual o Estado passa a estimular concessões às importações de insumos destinados à produção interna e a reduzir os custos de produção no país, aumentando a competitividade dos produtos domésticos no mercado internacional, mas também, atraindo novos investidores estrangeiros para a economia brasileira nesse período.

Tal evento, porém, como expõe Lacerda *et al* (2006), se contrasta a uma gradual elevação do financiamento do crescimento nacional a partir do endividamento estatal com o capital estrangeiro no final dos anos de 1960.

A dívida externa líquida do Brasil no ciclo de expansão econômica avançava de 3,1 bilhões de dólares, em 1967, para uma dívida de 6,2 bilhões de dólares no ápice do ciclo

em 1973; as reservas nacionais, por sua vez, passavam de 200 milhões de dólares para 6,4 bilhões de dólares, no mesmo período. O endividamento bruto total do país, gerado pela expansão da economia nacional, no entanto, ascendia para uma margem de 12,6 bilhões de dólares, dos quais a metade desse valor era composta por estocagens do governo de reservas internacionais (LACERDA *et al*, 2006).

Paralelamente, a eclosão do primeiro choque do petróleo, em 1973, provoca a elevação do preço do barril de petróleo no comércio internacional de uma média de 2,48 dólares para 11,58 dólares, entre 1972 e 1974, dificultando a formação de superávits na balança comercial brasileira (HERMANN, 2005b).

As políticas do governo, embora tivessem permitido a observação de uma maior inserção das empresas multinacionais no país e um desenvolvimento do setor de bens duráveis, tinham impactado no aumento da participação do petróleo dentro da matriz energética brasileira e no aprofundamento das importações do Brasil desta commodity em ascensão no mercado internacional (HERMANN, 2005b).

Ao se situar em um cenário de crescente dependência externa, a segunda metade dos anos de 1970 dá início a um processo de desaceleração do rápido ciclo de expansão da economia brasileira, ocorrido entre 1968 e 1973 (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Após a constatação de uma taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional de 11,3%, registrado entre 1968 e 1973, a economia nacional passa a avançar a uma média de 5,4%, entre 1974 e 1981, e a produção industrial decai de um patamar de expansão de 12,7% ao ano, vigente até 1973, para valores próximos a 5,4% ao ano, a partir de 1974, reforçando a imagem antagônica de industrialização e fragilidade interna do Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2003).

A precariedade da infraestrutura doméstica, caracterizada pela baixa capacidade interna de financiar seus custos de operacionalização e pela expansão assimétrica ocorrida, entre 1968 e 1973, nos setores de bens de consumo, de bens intermediários e de bens de capital, começava a restringir o crescimento nacional, assim como, a expor a condição de subdesenvolvimento estrutural e social do país, apesar do contrastante avanço do processo industrial, e de maior vulnerabilidade do Brasil aos efeitos provocados pelas ações dos agentes estrangeiros dentro do sistema internacional (BAUMANN, 1990; BRESSER-PEREIRA, 2003; LACERDA *et al*, 2006).

Simultaneamente a estas problemáticas, estudos realizados por Letícia Pinheiro (1993), André Luiz Reis da Silva (2005), Heloisa C. Machado da Silva (2005) e Jennifer

Hermann (2005b) apontam que, embora o início da década de 1970 observe uma manutenção de um quadro recessivo na economia mundial, após 1972, tal fenômeno, a partir de 1974, daria lugar a um retorno do dinamismo das economias europeias no comércio internacional.

Este evento, por sua vez, ao ser somado à maior relevância adquirida pelos países socialistas e árabes nos âmbitos políticos e econômicos globais resultaria em um forte enfraquecimento da exclusividade desempenhada pela influência norte-americana dentro do processo de formulação e direcionamento das políticas desenvolvimentistas do Brasil ao longo da segunda metade dessa década (PINHEIRO, 1993).

A nova conjuntura internacional, caracterizada pela expansão do protecionismo nos mercados internacionais, pela desvalorização dos produtos primários exportados pelo Brasil e pelo encarecimento dos bens manufaturados demandados pelos programas de desenvolvimento nacional, condicionava o Estado a uma maior aproximação com os países produtores de petróleo, mas acima disso, a uma intensificação dos potenciais mercados consumidor para os produtos brasileiros através da retomada dos relacionamentos do país com as economias socialistas (BRESSER-PEREIRA, 2003; PINHEIRO, 1993; SILVA, André, 2005; SILVA, Heloisa, 2005).

CAPÍTULO III – A VOLTA DO PRAGMATISMO NO BRASIL E AS AMEAÇAS DOS CHOQUES EXTERNOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Almejando a continuação do estudo direcionado à compreensão das políticas de desenvolvimento brasileiras, este capítulo propõe uma análise da trajetória do desenvolvimento nacional, entre a segunda metade da década de 1970 e meados dos anos 2000.

Sua realização enfoca, através da leitura crítica de documentos oficiais celebrados pelo governo brasileiro e do estudo dos principais programas e modelos desenvolvimentistas vigentes no país nesse período, questões relacionadas às tentativas nacionais de superar os impactos externos, iniciados nos anos de 1970, pelo uso da política de diversificação de parcerias e, conseqüentemente, pelo retorno das relações diplomáticas e comerciais sino-brasileiras.

Sua divisão consiste na apresentação de duas partes, sendo a primeira direcionada à exposição e entendimento das transformações conjunturais ocorridas entre 1974 e 2000, assim como, das ações e comportamento do Estado brasileiro durante esse período; e a segunda, destinada à compreensão do processo de reaproximação sino-brasileira após 1974, pela qual serão apresentadas as principais áreas de interesses comuns compartilhadas entre os dois países antes do final do milênio, bem como, a gradual evolução da participação chinesa dentro dos interesses brasileiros.

3.1. Construindo as bases dos anos 2000

3.1.1. A reformulação do pensamento desenvolvimentista no Brasil e os limites da proposta de crescimento por endividamento externo

Embora a ideologia desenvolvimentista brasileira tenha se mantido unânime no pensamento estatal desde a década de 1930, o comportamento político do Estado, durante os anos de 1970, tem se alterado em prol de uma readaptação das propostas de desenvolvimento nacional ante as novas conjunturas domésticas e internacionais

consolidadas pelos efeitos dos primeiros choques externos, em meados de 1973 (CERVO, 2003; HERMMAN, 2005b).

A antiga postura do Brasil, configurada pela preservação de uma vinculação entre os projetos de crescimento e desenvolvimento interno e a adequação dos interesses nacionais às vontades estrangeiras, a partir de 1974 começava a ser mudada em prol de um favorecimento governamental ao afastamento das influências norte-americanas no direcionamento das ações estatais e à maior autonomia decisória do país nos campos políticos e econômicos (CERVO, 2003; PINHEIRO, 1993).

A legitimidade do regime militar, pautada na proposta de retomada do crescimento econômico e de manutenção da trajetória ascendente da atividade doméstica, começava a demandar a realização de mudanças estruturais destinadas ao aprimoramento dos setores de bens de capital e energético do Brasil, amplamente, prejudicados pelo primeiro choque do petróleo de 1973 (HERMANN, 2005b; LACERDA *et al*, 2006).

Tal escolha, conforme corroboram os estudos feitos por Hermann (2005b), seria decorrente da constatação de um cenário doméstico desfavorável no início de 1974, o qual teria repercutido na inviabilização da adoção de um ajuste recessivo no país durante a primeira metade da década de 1970.

Para o referido autor, os possíveis riscos e perdas de uma repentina desaceleração econômica no Brasil, nesse período, poderiam corresponder em graves ameaças aos investimentos privados efetuados nas estruturas produtivas brasileiras, entre 1971 e 1974, mas também, em um nítido perigo ao funcionamento das instituições financeiras do país envolvidas nos processos de financiamento desses projetos desenvolvimentistas estimulados pelo Estado.

Além desse fator, um posicionamento mais radical do governo nas esferas políticas e econômicas, naquele contexto, significava uma maior possibilidade das ações estatais acarretarem em um aumento das insatisfações políticas e ideológicas da sociedade civil contra o regime militar, de forma que estas poderiam se configurar em uma aceleração do processo de redemocratização nacional, mas também, em distorções desfavoráveis ao lento e gradual projeto de distensão proposto pelo Estado para a preservação da “economia de mercado” do Brasil e das estruturas internas construídas pelo exército a partir de 1964 (HERMANN, 2005b; LACERDA *et al*, 2006; PINHEIRO, 1993).

Tais fatores, por sua vez, ao condicionarem a estratégia de ajuste externo do governo a um tipo de ajuste estrutural da economia, também reforçavam as percepções

estatais de maneira favorável a um novo programa de substituições de importações pela organização e promoção de um segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em meados de 1975 (HERMANN, 2005b; LACERDA *et al*, 2006).

Com o II PND, o governo procurava não apenas a realização de novas medidas direcionadas ao aumento da produção doméstica no país, mas também, visava reformas na estrutura produtiva nacional pelo maior estímulo do Estado à competitividade dos produtos nacionais nos mercados internos e internacionais, entre os anos de 1975 e 1979, dentre os quais se inseriam projetos de: ampliação da malha ferroviária no território nacional; expansão da rede de telecomunicações brasileira; e aprimoramentos na infraestrutura produtiva do país (HERMANN, 2005b).

A consolidação da primeira fase desta estratégia, no entanto, impactava em uma drástica intensificação da demanda interna por produtos estrangeiros, de forma que estes repercutiam na elevação do déficit comercial nacional, decorrente dos novos gastos relacionados ao processo de substituições de importações, condicionando o Estado a se sujeitar a uma crescente dependência por liquidez de capital internacional, cuja disponibilidade seria direcionada à compensação das medidas propostas pelo II PND (BRESSER-PEREIRA, 2003; HERMANN, 2005b).

Inserido em um contexto doméstico de alta dependência da produção nacional às importações de bens de capital e de insumos estrangeiros e de quase inexistência de mecanismos de financiamentos privados de longo prazo no Brasil, a única opção viável ao governo para a implementação das propostas de ajuste estrutural, na segunda metade dos anos 1970, estava na manutenção de uma política de endividamento estatal ao capital externo, cuja liquidez de crédito se mantinha abundante no sistema financeiro internacional graças à intensificação das emissões de “petrodólares” após 1974 (BRESSER-PEREIRA, 2003; HERMANN, 2005b).

Pelo endividamento externo, o governo conseguia subsidiar com linhas especiais de créditos e juros financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) investimentos nacionais privados vinculados aos interesses propostos no II PND de reestruturação dos setores de bens de produção e energético nacional; mas também, estimular os investimentos públicos no aprimoramento da pesquisa, exploração e produção brasileira nos segmentos de: química pesada; siderurgia; petróleo e derivados; energias alternativas; metais não ferrosos; e minerais não metálicos (BAER, 2002; HERMANN, 2005b).

Como resultado dos primeiros anos dos ajustes externos na economia nacional, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro sobe de 5,2%, em 1975, para 10,3%, em 1976, refletindo um aumento do dinamismo do setor industrial de 4,9% para 11,7% e do setor de serviços de 4,9% para 11,4% no período. A produção agrícola, no entanto, começava a registrar um recuo de 6,6% para 2,2%, nos primeiros anos do novo plano estatal (LACERDA *et al*, 2006).

A maior dinamização da atividade doméstica nacional gerada pelos investimentos idealizados no II PND, contudo, resulta em um fenômeno de intensificação da inflação no país a partir de 1976 de uma margem de 30,1% para 48,2%; assim como, de uma maior deterioração das transações correntes nacionais, em decorrência do aumento dos serviços da dívida externa nacional de uma taxa de 37,9%, em 1975, para 44,2%, em 1976 (BAER, 2002).

De acordo com estudos feitos por Hermann (2005b) e Lacerda *et al* (2006), o novo o contexto doméstico do Brasil, vigente durante a segunda metade dos anos de 1970, condicionava o governo nacional a incentivar o controle inflacionário no país através da adoção de políticas monetárias e fiscais contracionistas, sendo as mesmas, alguns dos principais argumentos para a redução do ritmo de investimento dos projetos desenvolvimentistas do II PND após 1976.

Não obstante o novo posicionamento contracionista do governo, caracterizado pela redução dos gastos diretos da administração pública, a crescente disponibilidade de crédito no sistema financeiro internacional influencia na preferencia estatal pela continuidade das reformas estruturais através do endividamento direto das empresas estatais com o capital estrangeiro, de forma que a participação do Estado na composição da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) sobe de uma média de 33% para 40%, entre 1974 e 1978 (HERMANN, 2005b; LACERDA *et al*, 2006).

Dessa questão, Baer (2002) e Hermann (2005b) consideram que, apesar do relativo déficit comercial causado pelo processo de substituição de importações e do crescente déficit em conta corrente associado ao pagamento das contas dos serviços da dívida externa contraída pelo Estado, a elevação do superávit em conta corrente nacional de uma média de 2,2 bilhões de dólares, entre 1968 e 1973, para uma média de 7,9 bilhões de dólares, entre 1974 e 1978, viabilizaria que o governo mantivesse seu superávit no balanço de pagamento nacional, assim como, controlasse o quadro inflacionário oscilante vigente no Brasil desde 1976.

A partir de 1978, contudo, o controle da demanda agregada doméstica não consegue impedir a aceleração da inflação no país e novas medidas restritivas são criadas pelo governo visando o aumento do controle estatal nos meios de pagamentos e crédito bancário nacional, bem como, a contenção dos gastos governamentais com o financiamento da atividade e produção nacional (HERMANN, 2005b).

Como consequência desses eventos e do lento processo de maturação dos investimentos estatais no aprimoramento das estruturas produtivas nacionais, a taxa de crescimento do PIB, em 1978, recua a uma média de 5%, sendo a mesma, acompanhada por uma perda do dinamismo da atividade industrial, agrícola e de serviços, as quais caem para respectivamente: 6,4%; -2,8%; 6,1% (LACERDA *et al*, 2006).

Visando a minimização do descontentamento dos agentes domésticos e estrangeiros quanto à mudança da política cambial, em 1978, a qual almejava, através da desvalorização da moeda nacional, intensificar as exportações nacionais no mercado internacional, o governo aciona as Resoluções 230 e 432 do Banco Central possibilitando que os riscos cambiais e os custos dos pagamentos das dívidas em dólares no país fossem transferidos ao Estado, permitindo um maior controle estatal da circulação e disponibilidade interna de moedas internacionais ao final da década de 1970 (BAER, 2002; HERMANN, 2005b).

Apesar dessas tentativas governamentais de estabilizar a economia nacional, a constatação de um segundo choque do petróleo, em 1979, e o aumento da competitividade no sistema financeiro internacional após a elevação dos juros norte-americanos, no início dos anos de 1980, fazem com que a capacidade brasileira de atrair novos investimentos estrangeiros seja drasticamente reduzida, refletindo em um processo de deterioração do balanço de pagamentos nacional, assim como, no começo do esgotamento dos programas de desenvolvimento brasileiros através do endividamento com o capital externo (BRESSER-PEREIRA, 2003; HERMANN, 2005b).

As tentativas governamentais de reajustar a economia doméstica, através do uso de políticas não recessivas, embora tivessem permitido a constatação de uma breve sensação de estabilidade nacional, entre 1979 e 1980, não se mostravam eficientes no combate à inflação doméstica. As correções salariais e a intensificação das exportações brasileiras, no período, eram sobrepostas pelas sucessivas elevações dos custos dos bens de consumo e produção no mercado interno, assim como, pelo aumento dos déficits em conta corrente repassados ao governo após os acionamentos das citadas Resoluções do Banco Central (BAER, 2002; LACERDA *et al*, 2006).

Como resultado dessa nova conjuntura internacional, o saldo da balança comercial brasileira consegue subir de um déficit de 4.690 milhões de dólares, em 1974, para um superávit de 1.213 milhões de dólares, em 1981; e a dívida bruta nacional, em contraparte, aumenta de 17.166 milhões de dólares para 61.411 milhões de dólares no mesmo período (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Após a elevação da dívida externa no final da década de 1970, o controle do quadro inflacionário, amplamente, necessário ao equilíbrio das contas públicas e à manutenção do ritmo de crescimento acelerado iniciado em 1975, começava a se tornar inviável ante a nova conjuntura doméstica e internacional; a inflação nacional tinha aumentado de uma taxa de 35%, em 1974, para uma margem de 76,8%, em 1979, e incríveis 110,2%, em 1980 (BAER, 2002; HERMANN, 2005b).

Inserido em um novo ambiente externo desfavorável, marcado por um quadro recessivo nas principais economias industrializadas do sistema internacional e pela consolidação de uma crise financeira latino-americana a partir de 1982, o governo brasileiro passa a adotar um posicionamento restritivo na aquisição de bens estrangeiros dentro do comércio interno, assim como, a estimular medidas de ajustes externos recessivos na economia nacional por meio da elevação da taxa de juros no país (HERMANN, 2005b).

Tal postura, como evidenciado por Hermann (2005b) e Lacerda *et al* (2006), se pautava na interpretação estatal de que através do uso de uma política monetária recessiva, na primeira metade dos anos de 1980, o governo seria capaz de favorecer as exportações nacionais a partir da limitação da demanda interna do país, e consequentemente, gerar superávits comerciais no Brasil, benéficos à estabilização do balanço de pagamentos nacional.

Somada a promoção dessa postura recessiva, as ações do governo passam a defender a elevação da taxa de juros no país como forma de estimular a maior inserção das empresas domésticas nos mercados externos e aumentar os interesses estrangeiros em investir na economia nacional, buscando por meio deste comportamento intensificar a entrada de novos investimentos internacionais no país que deveriam ser compensados apenas no longo prazo (HERMANN, 2005b).

Em linhas gerais, as tentativas estatais de estabilizar suas contas nacionais através da redução dos gastos públicos, do aumento da arrecadação sobre as importações e da contração da liquidez e crédito nacional, conseguem fazer com que o governo registre, ao

longo dos primeiros anos da década de 1980, uma reversão da balança comercial brasileira, de maneira que esta passa de um déficit de 2,9 bilhões de dólares, em 1980, para um superávit de 6,5 bilhões de dólares, em 1983, e incríveis 13,1 bilhões de dólares, em 1984, refletindo a recuperação da economia norte-americana dentro do sistema internacional (BAER, 2002; LACERDA *et al*, 2006).

Desse fenômeno, Castro (2005a) e Lacerda *et al* (2006) corroboram que, apesar das constantes oscilações nos mercados mundiais durante esse período, a manutenção de uma estabilidade entre os desempenhos das exportações e das importações nacionais, entre 1980 e 1985, teria permitido que o Brasil transitasse de uma situação de recessão econômica, vigente entre 1981 e 1983, para um contexto de maior expansão do crescimento nacional, o qual alcançava notórias taxas de 5,4%, em 1984, e 7,8%, em 1985.

Não obstante esta aparente melhoria na situação da economia nacional, com a deflagração da crise fiscal latino-americana, em 1982, os esforços governamentais para o pagamento dos juros da dívida externa brasileira começam a exigir, gradualmente, maiores participações das receitas geradas pelas exportações nacionais, de maneira que, após 1981, mais de 40% da receita formada pela venda de produtos do país no exterior se direcionava as despesas e compensação dos juros da dívida externa do Brasil (HERMANN, 2005b; LACERDA *et al*, 2006).

De acordo com Batista Jr.⁸, ao ser citado por Baer (2002), a condição de fragilidade estrutural vivida pela economia brasileira ante os choques externos, tinha resultado em um drástico aumento do endividamento externo líquido do país, de forma que este se eleva de 6.156 milhões de dólares, em 1974, para 40.215 milhões de dólares, em 1980, e incríveis 81.452 milhões de dólares, em 1985.

No que tange a inflação, os primeiros anos de 1980 marcam um profundo avanço dos preços no mercado interno. Embora o PIB no país tivesse conseguido aumentar e a atividade doméstica tivesse oscilado em momentos de retração e expansão, a inflação se mantinha em uma trajetória ascendente e linear nesse período; as políticas recessivas do Estado não tinham conseguido evitar que o quadro inflacionário brasileiro subisse de uma margem de 110%, no começo da década, para uma de 235%, ao final de 1984 (BAER, 2002; LACERDA *et al*, 2006).

⁸ BATISTA JR., Paulo Nogueira. International financial flows to Brazil since the late 1960s: an analysis of debt expansion and payment problems. World Bank Discussion Papers, n. 7. Washington: World Bank, mar. 1987.

Após sucessivas tentativas governamentais de sanar as instabilidades políticas e econômicas herdadas do regime militar, a balança comercial brasileira volta a crescer de uma média anual de 5,4 bilhões de dólares, entre 1981 e 1984, para uma média de 13,5 bilhões de dólares ao ano, entre 1985 e 1989, permitindo que o país consiga manter uma taxa média anual de crescimento no PIB de 4,3% ao final desse período (BAER, 2002; CASTRO, 2005a; CASTRO, 2005b).

Apesar desse novo surto econômico, os contínuos anos de crescimento por endividamento externo alcançam seu esgotamento durante a segunda metade dos anos de 1980 e as ações do Estado são amplamente desgastadas e desmoralizadas em decorrência à consolidação de alarmantes desequilíbrios nas contas nacionais e de uma crise financeira no país entre as décadas de 1980 e 1990 (BRESSER-PEREIRA, 2003; CASTRO, 2005a; CASTRO, 2005b).

Com o quadro inflacionário ascendendo a uma margem média anual de 470% ao ano e os serviços da dívida externa corroendo, gradativamente mais, os saldos comerciais gerados pelas exportações nacionais, a década de 1990 passava a representar um momento de cisão com a ideologia nacional desenvolvimentista estrutural, vigente no Brasil desde meados de 1930 (BAER, 2002; CASTRO, 2005a; CERVO, 2003).

Uma nova mentalidade e organização governamental, mais condizente com os novos princípios neoliberais em expansão dentro do sistema internacional ao final do século XX, se fazia necessária no Brasil. O paradigma do Estado normalizador começava a ganhar suas formas e seu espaço dentro do pensamento e comportamento estatal brasileiro. (CASTRO, 2005a; CERVO, 2003).

3.1.2. A ascensão do paradigma do Estado normal e a nova tentativa de estabilização da economia nacional

O paradigma do Estado normal foi a grande invenção da inteligência política latino-americana da década de 1990. Irrompeu com tamanha força, coerência e convergência regional entre os países, que nada lhe compara em outras partes do mundo. As origens não foram apenas externas [...], ou seja, a miragem de uma globalização benigna e as recomendações do centro do capitalismo. Uma vertente do pensamento latino-americano sobreviveu à prevalência do estruturalismo cepalino e aflorou ao final do século XX. (CERVO, 2003, p. 15).

Como visto no decorrer desta pesquisa, após mais de meio século de influência ideológica estrutural-nacionalista, a transição da década de 1980 para 1990 dá início a um

período de rápidas transformações políticas e econômicas dentro do pensamento estatal brasileiro.

Bem como observado no caso do paradigma desenvolvimentista, em meados de 1930, o final dos anos de 1980 vivencia uma reinterpretação do entendimento governamental sobre o fenômeno do desenvolvimento no Brasil. O comportamento estatal, antes centrado no processo de industrialização e de crescimento doméstico, passava a se afastar de suas tradicionais propostas de intervenções assertivas na economia nacional em prol de uma postura mais condizente com a manutenção do funcionamento e equilíbrio do balanço de pagamentos do mercado nacional (BAER, 2002; CERVO, 2002; CERVO, 2003).

Desse evento, as ações do governo são reavaliadas e direcionadas em favor da aproximação com o capital estrangeiro e beneficiamento da participação dos agentes privados dentro do processo de aprimoramento dos setores produtivos e tecnológicos do país, de maneira que o papel desempenhado pelo Estado, ao longo dos anos de 1990, se manteria na “normalização” dos desequilíbrios econômicos e sociais domésticos, caracterizados pelo descontrole inflacionário e a rápida evasão de investimentos internacionais do território brasileiro (CASTRO, 2005b; CERVO, 2003; LACERDA *et al*, 2006).

De acordo com estudos produzidos por Castro (2005b) e Lacerda *et al* (2006), além da nítida ascensão da influência neoliberal na região sul-americana, o novo comportamento do governo brasileiro, a partir de 1990, era um reflexo da compreensão estatal dos perigos da condição de estagflação brasileira, sendo esta condizente com a necessidade do Estado promover medidas de: contenção de gastos públicos no país; incentivo à maior inserção dos produtos locais nos mercados internacionais; e favorecimento da entrada de mercadorias e investimentos externos no Brasil.

Da mesma maneira, para os citados autores, a escolha do governo brasileiro para a estabilização da situação econômica nacional e a retomada da dinamização da produção nacional se centrava na realização de uma nova estratégia de liberalização e abertura do mercado interno, configurada na implementação da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), no início de 1990.

Pela PICE, o Estado buscava promover medidas favoráveis à competitividade e inovação tecnológica brasileira, bem como, a adequação da estrutura nacional aos princípios neoliberais manifestados pelas doutrinas norte-americanas e pelo conjunto de

recomendações proposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial para a normalização das economias sul-americanas ante o ambiente precário vigente na década de 1990 (CASTRO, 2005b; LACERDA *et al*, 2006).

Corroborando com essa questão, Lacerda *et al* (2006) considera que o principal objetivo do governo com o PICE era o aumento da eficiência comercial e produtiva dos bens e serviços nacionais através da reestruturação e modernização da indústria do país e da manutenção de um modelo de integração competitiva entre as empresas brasileiras e as instituições estrangeiras no mercado nacional.

Auxiliado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo incentivava medidas destinadas à elevação da qualidade do capital humano e físico por um vetor direto privado atuante no território brasileiro, sendo tais ações exemplificadas na promoção de políticas de: progressiva redução e eliminação de tarifas protecionistas e subsídios a produtos locais; geração de mecanismos de apoio e coordenação à melhoria da infraestrutura tecnológica industrial; protecionismo e especialização em segmentos de alto teor tecnológico-industrial (LACERDA *et al*, 2006).

Em paralelo à PICE, os primeiros anos da década representam uma priorização do governo à promoção de um programa de desestatização da economia como forma de diminuir a participação e gastos do Estado no mercado interno, bem como, ampliar a modernização e capacidade produtiva do país, em especial nos setores energéticos, de transportes e logística (BAER, 2002; LACERDA *et al*, 2006).

Analogamente, em 1993, o Estado passa a adotar um programa de estabilização econômica de três etapas, configurado no Plano Real; sendo a primeira dessas etapas a eliminação do quadro inflacionário e o equilíbrio das contas públicas e do balanço de pagamentos nacional (LACERDA *et al*, 2006).

Com a criação de um Programa de Ação Imediata (PAI), no mesmo ano, o Brasil concentrava seus esforços na diminuição dos gastos orçamentários da esfera pública, mas também, no avanço do projeto de privatização da economia e no maior acompanhamento e fiscalização da arrecadação tributária no território da União (BAER, 2002; LACERDA *et al*, 2006).

O gradual processo de privatização das empresas estatais passava a desempenhar uma função fundamental na elevação da liquidez do sistema financeiro brasileiro de reservas internacionais que, ao serem somadas aos resultados adquiridos pela renegociação das dívidas brasileiras com o Plano Brady, tornavam-se indispensáveis aos interesses

governamentais de estabilização e desindexação da economia brasileira (BAER, 2002; CASTRO, 2005b; LACERDA *et al*, 2006).

Tais ações, no entanto, não previnem o aumento do quadro inflacionário no país, após 1993, e não obstante a rápida elevação dos gastos estatais em pesquisa e desenvolvimento, entre 1989 e 1994, de uma margem de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 1,3%, os constantes aumentos do déficit em conta corrente no balanço de pagamento do país impactam na elevação das vulnerabilidades externas do Brasil (CASTRO, 2005b).

Para Lacerda *et al* (2006), a primeira metade da década de 1990 seria encerrada pela tentativa estatal de promover uma desindexação dos preços dos bens e serviços no território nacional através da implementação da Unidade Real de Valor (URV), em 1994. Com esta, o governo buscava substituir as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) gerando uma maior estabilidade monetária e o fortalecimento da capacidade de compra do Brasil, amplamente, desgastada pela inflação.

Apesar de um breve crescimento da atividade nacional, em 1994, a qual cresce uma margem de 5,6%, sendo acompanhada pela intensificação da produção industrial em 7%, da básica, em 7,6%, e dos serviços, em 4%; a primeira metade dessa década fica marcada pelo aumento da terceirização na produção nacional e pela redução da diversidade produtiva no país, visto que os investimentos passam a se concentrar em poucos setores internos, considerados mais competitivos, repercutindo no aprofundando do quadro recessivo da economia brasileira e na rápida expansão do desemprego dentro do território nacional (BAER, 2002; CASTRO, 2005b; LACERDA *et al*, 2006).

Com a constatação de uma crise fiscal no México, em 1994, os países em desenvolvimento, em especial, as economias da América do Sul, sofrem graves reduções de liquidez de capital externo, as quais inferem em constantes aumentos nos déficits de serviços e renda desses países durante a segunda metade dos anos de 1990 (GIAMBIAGI, 2005a).

No caso do Brasil, tal fenômeno se manifesta em um desequilíbrio duplo dentro da balança comercial e da disponibilidade brasileira de reservas internacionais. A sobrevalorização cambial e a abertura econômica do país, ocorridos entre 1993 e 1997, estavam repercutindo em um efeito vigoroso de avanço da demanda interna por produtos estrangeiros, de maneira que as importações, no período, subiam em 143%, de um total de 25,8 bilhões de dólares, em 1993, para 61,5 bilhões de dólares, em meados de 1997; a

média de crescimento das exportações, em contraparte, ao registrar uma intensificação de 38,7 bilhões de dólares para 53 bilhões, se manteve em uma alta de apenas 37%. O superávit comercial do país tinha caído, aproximadamente, 158%, em quatro anos (BAER, 2002; LACERDA *et al*, 2006).

Como resultado dos esforços do governo, a inflação no Brasil consegue ser estabilizada ao final da década, mas, não obstante as tentativas governamentais de “normalizar” a economia nacional às perspectivas neoliberais do sistema internacional, a vulnerabilidade externa aumenta e a instabilidade interna, configurada pela deterioração dos indicadores socioeconômicos e pelo aumento do desemprego no país, se aprofunda (GIAMBIAGI, 2005a; LACERDA *et al*, 2006).

A intensa política de privatização dos setores produtivos domésticos, embora tivesse proporcionado um relativo aumento dos investimentos privados no país, também tinha impactado na precarização dos serviços domésticos, no começo de um ciclo de concentração da produção brasileira em setores de baixo valor agregado, e em uma ascendente deterioração das contas brasileiras, decorrente do aumento das despesas financeiras geradas pela manutenção do câmbio sobrevalorizado (GIAMBIAGI, 2005a; LACERDA *et al*, 2006).

3.2. Considerações sobre a reaproximação sino-brasileira e seus efeitos no comportamento brasileiro do século XX

3.2.1. O processo de retomada das relações bilaterais sino-brasileiras e seus efeitos no II PND

Antes de retomar a análise da trajetória do desenvolvimento nacional ao longo da segunda metade do século XX, cabem algumas breves observações sobre a evolução e comportamento das relações bilaterais sino-brasileiras no direcionamento e planejamento das políticas desenvolvimentistas a partir de 1974.

Como visto nos capítulos anteriores, o período do pós-guerra representa dentro da história mundial e brasileira um momento de crescentes instabilidades e transformações, internacionais e domésticas, condizentes com a nova realidade refletida pelo contexto de

bipolaridade do sistema internacional, vigente desde meados de 1945 (HOBSBAWM, 1995).

No decorrer do presente trabalho tem sido exposto os principais impactos e efeitos desse fenômeno dentro da realidade brasileira. O novo cenário externo, além de confirmar a constatação de uma crescente dependência da economia brasileira aos bens de capital e insumos estrangeiros, também evidenciava as mudanças no comportamento e na estrutura do Estado nacional ante a maior necessidade do país por investimentos externos essenciais à manutenção e financiamento do processo de industrialização por substituições de importações, iniciado nos anos de 1930 (BRESSER-PEREIRA, 2003; VIANA; VILLELA, 2005).

Simultaneamente, a nova conjuntura externa, pautada na ascensão da hegemonia norte-americana dentro do sistema capitalista ocidental, começa a condicionar o regime nacionalista e autoritário do Brasil a uma readequação aos princípios liberalizantes propostos por Bretton Woods e às influências norte-americanas dentro do território nacional, sendo algumas de suas principais consequências o Plano de Metas, em 1956, e a consolidação do regime militar, em 1964, conforme apresentado anteriormente (BAER, 2002; MOURA, 1990).

De maneira semelhante ao caso brasileiro, a economia chinesa, ao final da década de 1940, também sofre drásticas influências externas que resultam na reorganização de suas estruturas políticas, econômicas e sociais, sendo as mesmas, evidenciadas pela consolidação da República Popular da China (RPC) e da ascensão do Partido Comunista da China (PCC), em 1949 (EBERHARD, 2005; FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

Tais eventos, conforme apontam os estudos feitos por Pinheiro (1993) e Eberhard (2005), teriam impactado, significativamente, no comportamento do Estado chinês e na sua atuação diplomática e comercial dentro do sistema internacional, visto que, após 1950, estes passariam a serem condicionados pela maior centralização política chinesa em torno do PCC e conseqüentemente, com a intensificação da aproximação do regime chinês com as ideologias socialistas soviéticas.

Nesse sentido, para Pinheiro (1993), o início dos anos de 1950 representaria o começo de crescentes indefinições e incertezas entre as economias capitalistas e o novo governo chinês dentro do âmbito político e econômico do sistema internacional.

Ainda de acordo com Pinheiro (1993), as crescentes instabilidades domésticas no território chinês, após a Revolução de 1949, tornavam evidentes os nítidos desgastes das relações do governo comunista chinês ante os países capitalistas ocidentais.

No que tange as interações com o Brasil, tal fenômeno pode ser observado pelas divergências de posicionamentos entre os dois países quanto à legitimidade da soberania de Beijing sobre o território de Taiwan, no qual o Estado brasileiro se mostrava mais favorável à autonomia dessa região ante os interesses manifestados pela capital chinesa (PINHEIRO, 1993).

Analogamente a esses novos atritos vividos pela China, a ascendente influência soviética dentro da região da Ásia Oriental observada após 1945 começava a exercer uma rápida transformação no pensamento desenvolvimentista do Estado chinês, de maneira que este, a partir de 1952, passa a estimular, através de políticas de redistribuição de terras, a expansão da produção agrícola do país como forma de intensificar o seu processo de industrialização nacional (EBERHARD, 2005).

Para Eberhard (2005) e Fairbank e Goldman (2006), não obstante as tentativas chinesas de formular uma estratégia capaz aumentar a liquidez do governo pela conciliação dos princípios operacionais da produção industrial com a realidade da atividade agrícola, as sucessivas falhas do Estado em replicar o modelo soviético e a constatação de uma crise climática, em 1956, teriam impactado na reavaliação do regime sobre suas políticas e na consolidação de um plano de aceleração da produção doméstica, em 1958, configurado no “Great Leap Forward” (GLF) e na planificação quinquenal da economia pelo Estado chinês.

Tal evento se mostra relevante para o entendimento da futura evolução das relações sino-brasileiras porque, a partir dele, o pensamento e atuação da RPC começa a divergir das ideologias da União Soviética, tendo a mesma, alcançado seu ápice, em 1959, com a constatação da política de *détente* entre a hegemonia comunista e a norte-americana; a diminuição dos atritos entre os Estados Unidos e a União Soviética, representava ao Estado chinês, não apenas um rompimento com as posturas soviéticas, mas também, uma necessidade do regime chinês alternar seu comportamento frente os agentes estrangeiros em favor de uma postura mais nacionalista e isolacionista do país na década de 1960 (EBERHARD, 2005; FAIRBANK; GOLDMAN, 2006; PINHEIRO, 1993).

Com o maior isolamento do governo chinês e a proliferação das instabilidades políticas no território brasileiro, vinculadas aos temores da sociedade de que o socialismo se expandisse no país em 1963, as incertezas político-comerciais sino-brasileiras impactam

no rompimento das relações entre os dois países, a partir de 1964 (BRESSER-PEREIRA, 2003; PINHEIRO, 1993).

Assim como na história brasileira, a segunda metade da década de 1960, marca na China um momento de amplas divergências ideológicas sobre a organização do regime nacional, de maneira que, nesse período, massivos combates bélicos dentro da sociedade chinesa e debates políticos dentro do Partido Comunista Chinês resultam na criação do neocomunismo no país, em meados de 1968 (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006; PINHEIRO, 1993).

Desse evento, Harvey (2008) e Martins (2008) consideram que, não obstante a manutenção de uma postura centralizadora, isolacionista, sistematizada e planificada dentro do Estado chinês após os conflitos do final dos anos 1960, os efeitos desses embates domésticos na China teriam transformado o pensamento e o comportamento estatal a partir dos primeiros anos da década de 1970.

Com a sucessão de diversos membros do Conselho do Partido Comunista Chinês nos altos cargos do regime, em meados de 1973, as percepções do governo sobre o comportamento estatal começavam a mostrar indícios mais favoráveis a uma modesta e controlada abertura da economia do país aos capitais internacionais na década de 1970 (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006; HARVEY, 2008; MARTINS, 2008).

Paralelamente às mudanças no posicionamento chinês, ocorridas nos anos de 1970, a política externa brasileira, a partir de 1974, se rearticula de maneira pragmática. A nova postura brasileira, mais direcionada à manutenção do desenvolvimento nacional e à ampliação não discriminatória de parcerias para o país, passava a encontrar na China um potencial mercado consumidor aos produtos brasileiros, mas também, um valioso parceiro no campo do desenvolvimento científico e tecnológico (Ver Quadro 01, Apêndice B) (BRASIL, 1974; HARVEY, 2008; PINHEIRO, 1993).

Como consequência do reestabelecimento das relações diplomáticas e comerciais sino-brasileiras, em 1974, o Estado brasileiro reavalia sua postura ante o território de Taiwan em prol de um reconhecimento à legitimidade da República Popular da China sobre esse território, e em troca, o Estado chinês passa a estimular a transferência de matérias-primas e tecnologias chinesas ao Brasil, auxiliando o processo de implementação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) brasileiro (BRASIL, 1974; PINHEIRO, 1993).

Em vista de uma dupla incerteza política na China, decorrente da transferência da liderança do Partido Comunista Chinês, em 1976, e da manutenção de um quadro de estagnação econômica no país nesse período, o novo governo do regime promove uma reformulação do “Great Leap Forward” visando o desenvolvimento e aprimoramento de seus setores domésticos e de suas pesquisas nas áreas de: agricultura; indústria; educação; ciência; e defesa (HARVEY, 2008; MARTINS, 2008).

Desse redirecionamento do pensamento estatal chinês, ao longo da segunda metade da década de 1970, consolida-se o Acordo Comercial sino-brasileiro de 1978, o qual, celebrado na cidade de Beijing em 7 de janeiro, expunha os interesses de ambos os países de: aprofundar suas interações comerciais; incorporar o tratamento recíproco de nação mais favorecida no comércio entre Brasil e China; e expandir, gradualmente, as exportações de bens manufaturados e semimanufaturados nos mercados chineses e brasileiros, através do comércio bilateral entre os dois países (BRASIL, 1978).

Como reflexo da reaproximação sino-brasileira e das intenções desses países de ampliarem e dinamizarem seus mercados consumidores, também surge, em 1979, o Convênio sobre transportes marítimos entre Brasil e China, sendo o mesmo, um dos principais catalizadores para a normalização e a intensificação do comércio entre as duas economias no decorrer da década de 1980 (BRASIL, 1979).

Somado a esses eventos, as constantes transformações na conjuntura internacional, característica da transição dos anos de 1970 para 1980, condicionam os interesses brasileiros e chineses a convergirem em um entendimento comum sobre a necessidade de seus Estados estimularem a intensificação do desenvolvimento científico e tecnológico de seus territórios, de maneira que, em 1982, é assinado o primeiro Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o governo brasileiro e o governo chinês (Ver Quadro 01, Apêndice B) (BRASIL, 1982).

Através desse acordo, ambos os países se comprometem com o estabelecimento de uma Comissão Mista Brasil-China de Cooperação Científica e Tecnológica, sendo a mesma coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministério das Relações Exteriores e Comércio da China e destinada à discussão e deliberação, periódica, de ajustes complementares e recomendações benéficas às interações entre os dois países (BRASIL, 1982).

Analogamente, após a consolidação da Comissão Mista Brasil-China de Cooperação Científica e Tecnológica, a estratégia de desenvolvimento nacional brasileira

consegue, através da cooperação e do uso de investimentos mistos com a China, complementar e reforçar, ao longo da década de 1980, o processo de aprimoramento da infraestrutura doméstica e dos setores de bens de produção, energético e de exportação nacionais; em especial, nos segmentos de siderurgia, geociências e hidrelétrico, os principais objetivos almejados pelo II PND, em meados de 1975 (Ver Quadro 01, Apêndice B) (BRASIL, 1984; BRASIL, 1985; BRASIL, 1988a; BRASIL, 1988b; HERMANN, 2005b).

3.2.2. Um novo parceiro estratégico? As interações sino-brasileiras nos anos 1990

Conforme analisado anteriormente, após um breve momento de afastamento das relações bilaterais sino-brasileiras na década de 1960, o retorno das interações entre os dois países, ao longo da década de 1970 e de 1980, resulta na inserção de novos estímulos e recursos estrangeiros na economia brasileira necessários à manutenção e complementação dos projetos de aprimoramento dos setores produtivos domésticos, configurados pelo Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.

Com a gradual junção do pragmatismo da diplomacia brasileira e o novo comportamento do regime comunista chinês no ambiente externo, caracterizado pelo começo de uma tímida inserção dessa economia no sistema internacional, a segunda metade dos anos de 1970 representava um período de superação conjunta das divergências ideológicas entre os dois países, bem como, de aprofundamento do relacionamento entre o Brasil e a China nos eixos políticos e econômicos (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006; HARVEY, 2008; PINHEIRO, 1993).

Dessa reaproximação diplomática e comercial do Brasil com novos parceiros e do seu não alinhamento dentro dos grandes debates sistêmicos, o governo nacional visava à preservação da autonomia decisória do país ante suas constantes dependências externas e fragilidades internas vinculadas à forte influência norte-americana no processo formulação e implementação das políticas desenvolvimentistas estatais no período da Guerra Fria (GONÇALVES; BRITO, 2010; LEITE, 2011; VIGEVANI; OLIVEIRA, 2004).

De acordo com estudos realizados por Cervo (2002) e Lacerda *et al* (2006), a própria postura reativa da agenda internacional brasileira e o seu comportamento estatal assertivo na promoção de novas parceiras e na condução da industrialização e crescimento

nacional, entre 1960 e 1980, seriam reflexos da ascendente e sólida participação das ideologias nacionalistas e estruturais dentro do pensamento desenvolvimentista brasileiro; os interesses e aspirações do regime militar, nesse período, demandavam tais linhas de ações por parte do governo nacional como forma de limitar e superar as sucessivas dificuldades domésticas e externas encontradas no território nacional.

A partir do final da década de 1980, com a expansão dos ideais neoliberais no mundo, e do começo dos anos de 1990, com a extinção da União Soviética, o Estado nacional passa a reavaliar e reformular seu engajamento e atuação dentro do âmbito global (HOBSEBAWM, 1995; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; VIGEVANI; OLIVEIRA, 2004).

Com o colapso da hegemonia soviética, a condição de bipolaridade dentro dos grandes centros decisórios e de poder mundiais se diluía em favor da construção de uma nova estrutura multilateral condicionada com a inserção de novas problemáticas e participantes, não tradicionais, dentro da sociedade internacional do período pós-Guerra Fria (HOBSEBAWM, 1995; LEITE, 2011; VIGEVANI; OLIVEIRA, 2004).

No caso do Brasil, essa nova transformação conjuntural ocorre simultaneamente a um momento de reorganização das estruturas políticas, econômicas e sociais do país. O contexto de globalização ascendente no final do milênio implicava em uma crescente necessidade do país adaptar seu pensamento desenvolvimentista frente às novas dinâmicas em formação na estrutura internacional, assim como, atualizar suas tecnologias e produção interna ante a aceleração e intensificação dos fluxos financeiros e comerciais no mundo (CASTRO, 2005b; CERVO, 2002; CERVO, 2003; GIAMBIAGI, 2005a; LACERDA *et al*, 2006).

Além dessa reavaliação comportamental doméstica, a qual passa de uma intervenção assertiva para uma posição liberalizante dos mercados comerciais e financeiros, os novos arranjos externos dos anos de 1990 evidenciavam ao recém-formado regime democrático brasileiro uma urgência de reformular sua atuação dentro do âmbito internacional (GIAMBIAGI, 2005a; LACERDA *et al*, 2006; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

A antiga política externa brasileira reativa e pragmática ao alinhamento direto com os Estados Unidos durante o período da Guerra Fria, após 1991, dava lugar a uma posição proativa e participativa do Brasil nos grandes fóruns mundiais e nas negociações com os agentes estrangeiros dentro do sistema internacional (CERVO, 2002; VIGEVANI; OLIVEIRA, 2004).

A consolidação de um tipo de integração competitiva da economia nacional junto às economias da região e às grandes potências industrializadas se tornava a nova solução do governo para a questão dependência e vulnerabilidade nacional ao ambiente externo, bem como, para o subdesenvolvimento do território nacional (CERVO, 2002; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; VIGEVANI; OLIVEIRA, 2004).

O aprofundamento das interações brasileiras com os Estados Unidos e os países europeus se tornava prioridade das ações estatais, visto que, através destes, o país almejava: a intensificação da atração de novos capitais internacionais no país; a inserção de novas tecnologias estrangeiras capazes de aumentar a competitividade do país e dinamizar a produção nacional; elevar sua capacidade de negociação dentro de fóruns de alta relevância aos interesses brasileiros (LEITE, 2011).

No que tange ao relacionamento sino-brasileiro, não obstante a nova preferência do Brasil pelo relacionamento com as grandes potências ocidentais e o âmbito regional, a longa trajetória das interações com a China e a diversidade de áreas de interesses comuns compartilhadas pelos dois países resultam em um reforço do governo chinês sobre o papel estratégico do governo brasileiro como um aliado operacional importante aos interesses chineses nos eixos políticos, econômicos e científico-tecnológico da década de 1990 (GONÇALVES; BRITO, 2010).

Tais argumentos, contudo, não refletem um aprofundamento simétrico das três dimensões no relacionamento sino-brasileiro ao final do milênio. A constatação de articulações políticas conjuntas dentro dos grandes fóruns de decisão internacionais e a estipulação e realização de acordos de cooperação econômica e tecnológica entre os dois governos nas áreas de energia, agroindústria, exploração mineral, transportes e telecomunicações, indicam que apenas os âmbitos políticos e científico-tecnológicos têm sido enfatizados nesse período; as interações comerciais só conseguiriam adquirir maior destaque entre os países a partir dos anos 2000 (Ver Quadro 01, Apêndice B) (BRASIL, 1990; BRASIL, 1993a; BRASIL, 1993b; BRASIL, 1993c; BRASIL, 1994a; BRASIL, 1994b; BRASIL, 1994c; GONÇALVES; BRITO, 2010).

CAPÍTULO IV – AS NOVAS OPORTUNIDADES E OS NOVOS DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Direcionado a discussão sobre a trajetória do desenvolvimento nacional após os anos 2000, este capítulo busca evidenciar as fundamentais mudanças ideológicas do Estado brasileiro e suas transformações estruturais entre os anos de 2001 e 2014.

Sua realização é pautada na análise dos principais programas de incentivo à competitividade das cadeias produtivas domésticas no mercado internacional, bem como, na observação do rumo das interações sino-brasileiras e seus efeitos nas aspirações desenvolvimentistas do Brasil no período delimitado.

O capítulo se divide em dois tópicos direcionados, primeiramente, a reflexão do comportamento estatal na conjuntura do novo milênio e suas propostas para a dinamização dos setores produtivos nacionais; e, posteriormente, a análise da evolução do comércio sino-brasileiro, no qual serão expostos seus benefícios e empecilhos ao desenvolvimento brasileiro.

4.1. O paradigma do estado logístico e a migração para o mercado chinês

Tomando como base estudos realizados por Baer (2002) e Lacerda *et al* (2006), pode-se entender que a inserção da economia brasileira no novo milênio ocorre em um contexto de elevada descredibilidade do país perante os principais investidores estrangeiros atuantes no sistema internacional.

De acordo com Giambiagi (2005b) e Lacerda *et al* (2006), após a constatação de duas crises financeiras, decorrentes da moratória russa, em 1998, e do colapso da economia argentina, em meados de 2000, a desconfiança dos grandes credores mundiais na estabilidade dos países em desenvolvimento teria se intensificado, fazendo com que a disponibilidade de crédito no sistema financeiro internacional fosse reduzida e a aquisição de novos investimentos e financiamentos estrangeiros pelos mercados nacionais amplamente dificultada durante a transição de 1990 e 2000.

No Brasil, tal evento se manifesta em um rápido esgotamento das reservas cambiais nacionais, levando o governo a negociar novos financiamentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ao final da década de 1990, bem como, a lidar com o problema da

deterioração da infraestrutura e dos setores produtivos domésticos através do comprometimento estatal com o cumprimento dos preceitos neoliberais e a construção de superávits primários necessários ao pagamento da dívida externa com o mercado internacional (CERVO, 2003; LACERDA *et al*, 2006; LEITE, 2011).

No tocante a desvalorização da moeda nacional ocorrida no final da década de 1990, estudos feitos por Baer (2002) apontam que, apesar da observação desse fenômeno, o crescimento da economia brasileira não teria sido restringido, de maneira que, entre 1998 e 2000, o país consegue ascender de uma taxa de 0,22% para 4,4%.

Analogamente, as importações nacionais, nesse período, apresentam uma forte queda dentro da balança comercial, ocasionando uma gradativa melhoria no comércio brasileiro, o qual passa de um déficit de 6,5 bilhões de dólares, em 1998, para um superávit de 2,6 bilhões de dólares, em 2001; o resultado, contudo, não consegue incentivar o crescimento do Produto Interno Bruto mantendo o mesmo em uma taxa de 1,5%, inferior as expectativas para o ano e abaixo da média de 4,5% registrada em 2000 (BAER, 2002; LACERDA *et al*, 2006).

A partir de 2002, no entanto, com o novo cenário externo decorrente da maior inserção chinesa no comércio internacional e da recuperação da economia mundial, a junção da desvalorização cambial com o aumento dos preços dos produtos agrícolas no ambiente internacional faz com que o Brasil forme significativos saldos comerciais, favorecendo a estabilização de seu balanço de pagamento nacional (BAER, 2002; LACERDA *et al*, 2006).

Não obstante esse efeito positivo, a nova desvalorização da moeda nacional, nesse momento, também tinha impactado na elevação da dívida pública nacional em 50%, estimulando o Estado a reavaliar seu comportamento intensamente liberalizante por um novo posicionamento menos centrado na formação dos superávits primários e mais ativo na promoção de projetos e incentivos ao desenvolvimento produtivo e social no território nacional (CERVO, 2003; GIAMBIAGI, 2005b).

É nesse novo cenário, interno e externo, que, da associação do liberalismo capitalista com o desenvolvimentismo estruturalista, surge a ideia do paradigma do Estado logístico, assim como, suas principais relevâncias e influência dentro do pensamento e direcionamento das ações governamentais no século XX (CERVO, 2003).

Para Cervo (2003), diferentemente dos paradigmas anteriores, o pensamento logístico seria capaz de agregar as principais qualidades e fragilidades inerentes nas demais

ideologias previamente apresentadas, visto que, embora seus argumentos se assemelhem às recomendações desenvolvimentistas e normalizadoras, sua singularidade seria evidenciada pelas novas possibilidades do Estado romper com sua vulnerabilidade externa através da intensificação de seus investimentos na inovação produtiva e tecnológica, bem como, no estímulo à maior participação da sociedade dentro do processo de desenvolvimento nacional.

Sua influência irrompe no comportamento estatal, a partir dos novos governos dos anos 2000 e da ascendente necessidade governamental de expandir suas interações e parcerias no mundo sem sacrificar sua autonomia decisória e se sujeitar às dependências e limitações externas, resultantes da preservação de relacionamentos, excessivamente, assimétricos e prejudiciais aos interesses brasileiros (CERVO, 2003; PECEQUILO, 2008; LEITE, 2011).

No âmbito externo, os efeitos da nova ideologia no governo reforçam a diversificação de parcerias no Brasil, de maneira que novas interações são priorizadas com os países emergentes (BRICS) e antigos relacionamentos, já consolidados com os grandes mercados internacionais e com a região sul-americana, são preservados refletindo uma nova postura de inserção do país pautada na promoção de eixos combinados capazes de proporcionar melhores condições políticas para o governo almejar seus interesses dentro do sistema internacional (PECEQUILO, 2008; LEITE, 2011).

Na esfera econômica, a participação do paradigma logístico dentro do pensamento estatal se manifesta na implementação de novos programas de incentivo à inovação e desenvolvimento tecnológicos direcionados à gradual diminuição e eliminação das assimetrias tecnológicas do Brasil com os demais países do mundo, tal qual a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em 2004, orientada aos setores de bens de capital, softwares e industrial (CERVO, 2003; SUZIGAN; FURTADO, 2006).

Como resultado dessas medidas, entre 2003 e 2005, a economia brasileira consegue estimular suas exportações de bens manufaturados, as quais sobem de 54,26%, do total geral exportado, para 55,06%; ao passo que a participação dos produtos básicos, no mesmo período, sobe de 28,98%, do total geral, para 29,35% (ver Quadro 08, Anexo A).

Analogamente, o novo cenário externo, consolidado pela maior inserção da economia chinesa e pela recuperação do dinamismo dos mercados internacionais, possibilitam que o país registre taxas ascendentes de superávits comerciais em sua balança nacional, dentre os quais, em função da valorização dos preços das commodities no

período, o comércio sino-brasileiro adquire destaque ao aumentar de 2,3 bilhões de dólares, em 2000, para 12,1 bilhões de dólares, em meados de 2005 (Ver Quadro 02, Apêndice E)(BACHA, 2013).

Tais eventos, por sua vez, permitem que o país vivencie uma fase de maior estabilidade em seu balanço de pagamento nacional vinculada à expansão da disponibilidade de crédito e capital no mercado interno e internacional, os quais beneficiam a formação das reservas nacionais de moedas estrangeiras (BRASIL, 2011⁹).

Nesse ambiente propício, o Brasil consegue implantar medidas de incentivo ao bem-estar social, como também, aprofundar seus investimentos, privados e estatais, em projetos de capacitação e inovação no campo científico e tecnológico (BRASIL, 2011¹⁰).

Apesar dessa conjuntura doméstica e externa mais favorável, o governo começa a evidenciar, a partir de 2007, uma redução gradual da participação dos produtos manufaturados na exportação brasileira, de forma que este declina a 52,25%, contrapondo uma elevação da porcentagem dos bens básicos no índice a 32,12% (Ver Quadro 08, Anexo A).

De maneira que esse fenômeno colabora com a adoção de novas articulações governamentais, aprofundando a participação estatal nos programas de desenvolvimento nacional, onde a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em 2008, passa a ganhar destaque pelas suas ações coordenadas nos níveis sistêmico, estratégico e estruturante (BRASIL, 2011¹¹; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2009).

Pela PDP, o Estado passa a objetivar a promoção de medidas destinadas ao auxílio à participação de suas empresas nacionais, de grande a pequeno porte, no âmbito regional e internacional, buscando, através destas, o fortalecimento de suas exportações no exterior, bem como, o aprofundamento da integração de seu mercado com as economias emergentes, pelas quais passa a almejar por novos insumos e capitais úteis ao funcionamento da economia doméstica (BRASIL, 2011¹²).

Como resultado das novas ações do Brasil ao longo da segunda metade dos anos 2000, o panorama comercial se mantém em uma tendência ascendente favorável, que, a exceção do período de 2008 e 2009, aponta para ganhos expressivos nas interações do Brasil no comércio mundial, os quais incentivam a elevação dos investimentos públicos de

⁹ Slide nº 5 disponibilizado no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

¹⁰ Slide nº 6 disponibilizado no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

¹¹ Slides nº 12 e 13 disponibilizados no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

¹² Slide nº 12 e 13 disponibilizados no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

uma margem de 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2003, para 5,0%, ao final da década; e dos investimentos totais, de 15,3% do PIB para 20,9%, no mesmo período (Ver Quadro 02, Apêndice E)(BACHA, 2013; BRASIL, 2011¹³).

As propostas de diversificação de parcerias, ao direcionar a intensificação das relações do Brasil com as economias emergentes, em especial a China, possibilitava que o país não fosse gravemente impactado pelas instabilidades externas iniciadas entre 2007 e 2008. A participação do comércio chinês tinha conseguido se ampliar de uma margem de 12,1 bilhões de dólares, em 2005, para 56,3 bilhões de dólares, em 2010 (Ver Quadro 02, Apêndice E)(CUNHA *et al*, 2011).

Diante do exposto, a economia chinesa, ao final dos anos 2000, passa a desempenhar um papel essencial no comércio brasileiro, tornando-se, desde 2009, o principal destino das exportações nacionais superando as interações brasileiras com a economia norte-americana; entre 2000 e 2010, os produtos enviados aos Estados Unidos tinham subido de 13,1 bilhões de dólares, para 19,3 bilhões, enquanto que os bens exportados para a China se elevavam de 1 bilhão de dólares, para 30,7 bilhões de dólares (Ver Quadro 03, Apêndice F).

Analogamente, o consumo brasileiro de mercadorias advindas do mercado norte-americano tinha, no mesmo período, aumentado de 12,8 bilhões de dólares, para 27 bilhões de dólares, contrapondo um aumento da demanda nacional por produtos de origem chinesa, de 1,2 bilhões de dólares, para 25, 5 bilhões de dólares (Ver Quadro 04, Apêndice G).

A sensação de estabilidade nacional, no entanto, quando analisada junto à evolução da participação da composição das exportações brasileiras no comércio mundial, indicam que, não obstante a melhoria dos balanços comerciais no Brasil e a maximização das parcerias do país no novo milênio, o período de 2000 a 2010 sinaliza tendências de redução do dinamismo nos setores industriais e uma expansão nas atividades dos setores básicos e de serviços (BACHA, 2013; PASTORE; GAZZANO; PINOTTI, 2013).

Tais considerações, por sua vez, podem ser observadas na composição das exportações brasileiras no comércio mundial por fator agregado, onde, na última década, os indicadores têm apontado para um rápido aumento da participação dos bens básicos, de 22,8% do total geral, no início dos anos 2000, para 44,58%, ao final do período; enquanto que os produtos semimanufaturados e manufaturados caem, respectivamente, de 15,43% e 59,05%, para 13,97% e 39,40%, no mesmo período (Ver Quadro 08, Anexo A).

¹³ Slide nº 7 disponibilizado no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Destes resultados, pode-se entender que, no que tange ao desenvolvimento nacional, apesar da bonança externa gerada pelos esforços governamentais, a gradual perda da participação e da qualidade dos produtos nacionais no comércio exterior estão se configurando como um grave empecilho à manutenção da estabilidade doméstica e da redução da vulnerabilidade externa do país; ou seja, às aspirações de desenvolvimento nacional (Ver Quadro 08, Anexo A)(BACHA, 2013).

4.2. Considerações sobre o aprofundamento das relações sino-brasileiras e seus efeitos no Brasil

No que tange as interações bilaterais sino-brasileiras no novo milênio, cabem, inicialmente, algumas observações sobre os estímulos e impactos da China no Brasil após sua inserção na Organização Mundial de Comércio (OMC), em 2001.

Como analisado nos capítulos passados, após a reaproximação entre os dois países, ocorrida em 1974, o relacionamento diplomático e político sino-brasileiro tem sofrido um rápido aprofundamento, de maneira que, no último quarto do século XX, os países têm celebrado cinquenta e cinco documentos bilaterais de teor oficial entre si, dos quais vinte e seis se originam do período anterior à década de 1990 e trinta e nove são assinados no novo regime democrático brasileiro (Ver Gráfico 01, Apêndice C).

Ainda com base nos dados apresentados no referido apêndice, pode-se averiguar que, desde 2001, o relacionamento entre as duas economias têm avançado aceleradamente, como constatado a partir das cinquenta e uma observações presentes no mesmo; com o ano de 2004 adquirindo maior destaque ao registrar vinte duas celebrações.

Tal fenômeno, conforme apontam os estudos realizados por Jenkins (2012), seria possível graças à ocorrência de um redirecionamento das preferências brasileiras e chinesas na época, as quais, apesar de priorizarem suas ações nos níveis regionais e com as grandes potências industrializadas do sistema, passam a direcionar seus esforços na promoção de novos investimentos e interações com os países emergentes, e consequentemente, entre si.

Nesse contexto, os eixos de cooperação Brasil – China são reforçados nos campos políticos, econômicos e científico-tecnológicos, de maneira que ambos passam a desfrutar benefícios mútuos nas áreas de negociações multilaterais, pesquisa e desenvolvimento produtivo e social (GONÇALVES; BRITO, 2010; LEITE, 2011).

Através de uma breve análise da composição dos documentos bilaterais firmados entre os dois países, constata-se uma prevalência da realização de acordos vinculados à temática de pesquisa conjunta, o que indica uma preferência sino-brasileira no eixo científico-tecnológico; enquanto que, o campo político, fica inserido como o segundo maior estímulo às interações dos dois Estados. Além disso, os dados apontam que temáticas comerciais, embora sejam tratadas no âmbito bilateral, ainda preservam sua ênfase no domínio multilateral e na atuação dos agentes privados coordenados pelos seus respectivos governos (Ver Gráfico 02, Apêndice D)(CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL – CHINA, 2013; GONÇALVES; BRITO, 2010).

Ainda no que tange ao comércio, a partir da análise da evolução do relacionamento entre estas duas sociedades, percebe-se que, no campo econômico, a evolução da balança comercial sino-brasileira tem mantido uma trajetória ascendente desde o início dos anos 2000; suas transações conseguiram subir de uma margem de 2,3 bilhões de dólares para 77,9 bilhões de dólares, em apenas quatorze anos (Ver Quadro 05, Apêndice H).

Sobre o referido quadro no apêndice, também pode-se observar que as exportações do país ao mercado chinês, entre 2000 e 2014, apresentam uma projeção de 1 bilhão de dólares para 40,6 bilhões de dólares, a qual, ao ser contraposta com a expansão das importações nacionais de um total de 1,2 bilhões de dólares para 37,3 bilhões de dólares, confirmaria uma transição favorável de um posicionamento deficitário para um cenário superavitário estável no Brasil.

Na esfera financeira, os investimentos chineses no Brasil seguem quatro fases, ocorridas entre 2007 e 2012, sendo estas: a inserção nos setores básicos, ao exemplo, da mineração, petróleo e gás, além da comercialização de commodities agrícolas; a atuação na infraestrutura doméstica nos setores de telecomunicações, produção e distribuição energética; a participação na atividade industrial, tais como, veículos e eletroeletrônicos, e de bens de capital; e serviços (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL – CHINA, 2013).

No que se refere às críticas ao relacionamento sino-brasileiro, estudos realizados por Cunha *et al* (2011) e Jenkins (2012) evidenciam a constatação de crescentes problemas vinculados aos setores focos dos investimentos chineses no Brasil e à composição das exportações nacionais e importações com o mercado chinês.

Para Cunha *et al* (2011) e Jenkins (2012), um dos principais fatores desfavoráveis observados no relacionamento financeiro com a China decorre do elevado grau de assimetria existente na participação dos investimentos das duas economias nos mercados

de seu parceiro. A atuação brasileira na economia chinesa é, amplamente, inferior à inserção do capital chinês no Brasil.

Semelhantemente, outra crítica que tem adquirido maior relevância se manifesta nos setores alvos dos investimentos do país asiático na economia nacional, pois, embora os Estados compartilhem diversas áreas de interesses comuns e tenham expandido sua cooperação em temas relacionados à promoção de pesquisas conjuntas, a segunda metade dos anos 2000 é marcada por uma concentração de estudos direcionados a setores prioritários aos interesses da China de reduzir suas dependências e vulnerabilidades externas dentro do sistema internacional (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL – CHINA, 2013; CUNHA *et al*, 2011).

Os principais setores priorizados pelos investimentos desse país no território brasileiro têm se situado no aprimoramento da exploração e do comércio de commodities agrícolas e energéticas necessárias ao dinamismo do mercado chinês dentro do mercado mundial, nos quais se destacam os segmentos de: mineração extrativa; agricultura exportadora; produção energética; e, recentemente, alguns setores de bens manufaturados e de capital (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL – CHINA, 2013).

Somado a esses argumentos, um novo fato que desperta a atenção dos estudiosos sobre os impactos das interações com a China no desenvolvimento nacional remete ao direcionamento do seu eixo comercial (PEREIRA; FERRAZ FILHO, 2005).

Embora a maior inserção chinesa no comércio mundial tenha permitido a geração de saldos superavitários ao país, o evento exposto também repercutiu em uma maior dificuldade dos produtos brasileiros competirem com as mercadorias chinesas em terceiros mercados, o que estimula a concentração da produção do Brasil no mercado chinês e, conseqüentemente, em um direcionamento da especialização nacional em produtos de baixo valor agregado no comércio mundial (CUNHA *et al*, 2011; JENKINS, 2012; PEREIRA; FERRAZ FILHO, 2005).

Observando a composição das exportações de origem brasileira para o mercado chinês durante a última década, pode-se perceber que o posicionamento do Brasil fundamenta-se, majoritariamente, na comercialização de bens básicos, os quais conseguiram subir de uma margem de 739 milhões de dólares, no começo do milênio, para 34,2 bilhões de dólares, em 2014; ao passo que a participação da produção industrial, relacionada aos produtos manufaturados e semimanufaturados, apresenta um crescimento

bastante inferior no mesmo período, de 344 milhões de dólares para, aproximadamente, 6,3 bilhões de dólares (Ver Quadro 06, Apêndice I).

Em contraparte, no que se refere às importações nacionais, a dependência dos bens industrializados advindos da China se mantém em uma trajetória ascendente desde o novo milênio. Em 2000, a demanda brasileira por produtos chineses era da ordem de 1,2 bilhões de dólares, sendo, aproximadamente, 100 milhões de dólares em produtos básicos e 1,1 bilhões de dólares em bens manufaturados; quatorze anos depois, o total das importações brasileiras de China se intensificou para 37,3 bilhões de dólares, dos quais, 36,6 bilhões correspondiam à aquisição de bens de alto valor agregado do mercado chinês (Ver Quadro 07, Apêndice J).

Dos dados apresentados é possível concluir que, não obstante a relevância do comércio sino-brasileiro na formação dos superávits comerciais nacionais, os quais permanecem inferiores apenas em relação à comercialização com a Comunidade Europeia, a forma como as interações entre os dois países está evoluindo deve concretizar como um alvo de urgência e prioridade nos debates políticos e econômicos governamentais, visto que, dependendo do comportamento estatal sua manutenção pode incidir benéficamente ao desenvolvimento nacional ou se transformar em um significativo entrave ao mesmo (CUNHA *et al*, 2011; GONÇALVES; BRITO, 2010; JENKINS, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma abordagem de teor exploratório e documental, a presente pesquisa teve como objetivo a análise da evolução da estratégia de desenvolvimento nacional e suas principais transformações após a intensificação das relações sino-brasileiras nos anos 2000.

Tal escolha se fundamentou na observação da crescente relevância política e econômica adquirida pelo governo chinês no contexto pós-Guerra Fria, a qual tem estimulado um posicionamento brasileiro favorável ao aprofundamento do relacionamento entre as duas economias como uma alternativa à tradicional relação de dependência e vulnerabilidade nacional aos insumos e capitais norte-americanos e europeus.

Não obstante esse novo direcionamento do Brasil, as contrastantes assimetrias expostas entre os dois países têm evidenciado fatores positivos e negativos das interações com a China no processo de desenvolvimento nacional, de maneira que o entendimento dos mesmos fez parte dos objetivos específicos almejados na realização deste estudo.

Além dessa questão, o trabalho visou à exposição da evolução da estratégia de desenvolvimento brasileira, a qual, iniciada em 1930, se pautou inicialmente no Programa de Industrialização por Substituições de Importações.

Para a concretização desses escopos, foram utilizados no trabalho métodos mistos, onde, através da leitura de fontes primárias e secundárias, buscou-se, por meio de um procedimento comparativo, compreender as principais linhas de influências políticas e econômicas atuantes no processo de construção do pensamento desenvolvimentista brasileiro, bem como, o comportamento estatal no âmbito internacional.

Estruturado em três partes, no primeiro capítulo foram realizadas breves considerações sobre as interpretações ideológicas relacionadas à temática do desenvolvimento, de maneira que foram contrapostos os principais argumentos das teorias liberais e estruturalistas, no campo econômico, e liberais e nacionalistas, no campo político.

Após uma ponderação básica, foi considerado e justificado o entendimento do fenômeno do desenvolvimento sob uma visão reducionista, como: *“um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”* (BRESSER – PEREIRA, 2003: 31).

Tal percepção, no entanto, foi fundamentada e considerada em conjunto com a constante necessidade da existência de uma austeridade nas contas públicas e de uma

linearidade dentro do pensamento e das ações estatais, de forma que os projetos de desenvolvimento nacional, promovidos pelo Estado, deveriam condizer com as capacidades de investimentos do país, bem como, estimular o aprimoramento dos setores produtivos e tecnológicos, pelos quais o país ascenderia à condições menos vulneráveis e dependentes dentro do ambiente internacional.

Embasado nos paradigmas propostos por Cervo (2003), caracterizados na figura do Estado liberal-conservador, do Estado desenvolvimentista, do Estado normal, e do Estado logístico, a pesquisa incentivou a compreensão das conjunturas e contextos históricos exibidos em cada caso, assim como, mostrou as singularidades de cada momento no que tange as interpretações governamentais sobre desenvolvimento, crescimento, e posicionamento internacional.

No segundo capítulo, observou-se que as constantes instabilidades externas, vinculadas à crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial, repercutem um estímulo ao processo de industrialização do país, visto que, apenas a partir desse período as condições domésticas tornam-se favoráveis ao rompimento com a cultura agroexportadora cafeeira e à manutenção de uma postura mais direcionada à melhoria das estruturas produtivas e dos mercados nacionais.

Nesse contexto, apesar da existência de um melhor entendimento sobre a condição de subdesenvolvimento do Brasil, o pensamento desenvolvimentista mantém seu alinhamento aos interesses e posturas das grandes potências estrangeiras, pois, tal atitude era considerada essencial à captação de novos recursos direcionados aos projetos e programas de construção e aprimoramento dos setores produtivos locais.

Com o cerne da Guerra Fria, no entanto, apesar dos constrangimentos norte-americanos e da dependência doméstica por insumos e financiamentos, o comportamento do governo brasileiro começa a oscilar entre uma postura reativa aos Estados Unidos e uma posição temerosa à ascensão da influência socialista no país; esta conduta do Estado, porém, em função dos interesses desenvolvimentistas e da manutenção da proposta de industrialização passam a favorecer o lado ocidental, de forma que os relacionamentos comerciais e diplomáticos do país com as economias socialistas são rompidos durante o período.

Ainda no capítulo foi mostrado como a ascensão do regime militar em 1964 impacta em um denso momento de reformas estruturais no Brasil, onde são reorganizados

os sistemas tributário e financeiro nacional como tentativa de proporcionar um ambiente mais propício à inserção do capital estrangeiro e à formação de uma poupança interna.

Analogamente, também foi evidenciado que, embora os primeiros anos desse regime tenham sido marcados por uma forte expansão da economia nacional e da industrialização no país, estes eventos não refletiam uma condição de aproximação ao desenvolvimento doméstico. A insuficiência da capacidade estrutural e financeira do governo para sustentar seu ciclo de crescimento sujeitava a nação a um tipo de subdesenvolvimento industrializado e dependente externamente.

No terceiro capítulo, a análise priorizou as transformações políticas e ideológicas no Brasil ao final do século XX. Pelas condições de vulnerabilidade e sensibilidade brasileira buscou-se mostrar como os impactos externos repercutem em um novo posicionamento pragmático do Estado a partir de 1974, bem como, no incentivo à promoção de novas interações com parceiros não tradicionais no âmbito internacional.

Nesse contexto, a conjuntura instável das décadas de 1970 e 1980 impactava na urgência do governo solucionar suas carências de insumos e investimentos por meio da construção de novas parcerias e da inserção em novos mercados não tradicionais ao país até a constatação dos Choques do Petróleo e do aumento dos juros internacionais no período.

Tal evento, também se mostrou importante porque da nova posição pragmática do Brasil, o relacionamento sino-brasileiro é retomado e a cooperação conjunta entre os dois países, após a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, age complementarmente aos interesses estatais de aprimoramento da infraestrutura doméstica e dos setores de bens de produção, energéticos e de exportação do país.

Com as recorrentes crises financeiras e econômicas da década de 1980, contudo, o quadro inflacionário ascendente do Brasil resulta em um rompimento com a política de crescimento acelerado e endividamento estatal, configurada pela ideologia do pensamento desenvolvimentista, gerando um ambiente propício ao fortalecimento das ideias liberais.

Somado a esse evento, a extinção da União Soviética, em meados de 1990, possibilita a ascensão do neoliberalismo no território latino-americano e o novo regime democrático brasileiro se molda no pensamento do Estado normal, caracterizado pela normalização da economia e instituições aos padrões liberais configurados no Consenso de Washington.

Inserido no novo cenário pós-Guerra Fria a agenda internacional e a atitude brasileira se alteram. O comportamento reativo e assertivo estatal, atuante na limitação dos constrangimentos externos ao desenvolvimento nacional, era substituído por uma postura proativa do Estado dentro dos grandes fóruns multilaterais de decisão mundial e por uma proposta mais favorável do governo à participação dos agentes estrangeiros no aprimoramento dos setores produtivos e tecnológicos.

Paralelamente, as atribuições estatais se concentram na estabilização do quadro inflacionário nacional e no incentivo à expansão do comércio brasileiro no nível internacional e à integração do Brasil no âmbito regional, sendo uma exceção o caso do relacionamento com a China, o qual consegue ser expandido apesar das novas preferências governamentais.

No que tange ao final do milênio, não obstante as pretensões do Estado normal brasileiro, o período é marcado por uma ascendente deterioração da diversidade e qualidade dos produtos brasileiros, assim como, por uma diminuição do emprego e dos indicadores socioeconômicos nacionais. Além desses fatores, a constatação de diversas crises entre os países em desenvolvimento, na transição de 1990 para 2000, reduz a confiança dos investidores estrangeiros na economia impactando em um rápido esgotamento das reservas cambiais e desvalorização da moeda brasileira.

No decorrer do último capítulo, o estudo expôs como o novo milênio, ao inserir o Brasil em um ambiente instável e de pouca credibilidade externa, condiciona o Estado a buscar recuperar a confiança dos investidores estrangeiros através da manutenção das principais posturas e princípios consolidados na década de 1990.

Nesse período, a estabilidade econômica permanece como um dos objetivos centrais das ações estatais, assim como, a participação ativa no nível regional e mundial, pelos quais o país consegue, a partir do multilateralismo, favorecer a consolidação de novas parcerias e adquirir maior capacidade de negociação em temas de seu interesse nos fóruns decisórios internacionais.

Associada a esta postura herdada pelo Estado normal, os governos dos anos 2000 resgatam a preocupação desenvolvimentista construída pelo pensamento nacional em meados da década de 1930. A atuação do Estado volta a se encaminhar para o direcionamento dos projetos de intensificação e aprimoramento produtivo e tecnológico do país, e novas políticas de intervenção são propostas pelo governo, sendo sua principal diferença com o paradigma desenvolvimentista a prevalência da participação privada no

processo e a capacidade estatal de beneficiar-se das novas parcerias construídas com as economias emergentes.

Dentre os principais destaques do novo milênio, o relacionamento sino-brasileiro tem, gradualmente, adquirido maior relevância dentro dos interesses nacionais. Após vivenciar um momento de breve afastamento entre os dois países, na década de 1990, o aumento da inserção chinesa no comércio mundial, a partir dos anos 2000, proporciona novos estímulos às interações entre essas nações.

Tal fato é observado pelo papel atual da economia chinesa no comércio brasileiro, a qual, de uma participação inexpressiva na balança comercial com o país, alcança uma posição superior ao comércio nacional com os Estados Unidos, se situando atrás, apenas, da Comunidade Europeia.

Dessas considerações compreende-se a importância do estudo da evolução da parceria Brasil – China, visto que, embora os dois países compartilhem diversas áreas de interesses comuns e aspirações semelhantes no que tange a superação de seus subdesenvolvimentos domésticos, as capacidades brasileiras têm se mostrado, relativamente, inferiores às capacidades chinesas, de forma que o Estado chinês tem conseguido se projetar dentro da interação de uma maneira mais autônoma, ao passo que, o Brasil tem se inserido de uma maneira mais sensível e vulnerável.

REFERÊNCIAS

ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. Vantagens e desvantagens da intervenção do governo na economia. *In*: MENDES, Marcos (Org.). **Gasto Público Eficiente: propostas para o desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Top Books Editora, 2006, p. 45 – 70.

BACHA, Edmar. Bonança externa e desindustrialização: uma análise do período 2005 – 2011. *In*: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica Baumgarten de. (Orgs.). **O Futuro da Indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Cap. 04, p. 97 – 120.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BAUMANN, Renato. Biefex: efeitos internos de um incentivo à exportação. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Economia**, v. 44, nº 2, abril/junho 1990, p. 167 – 190. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/448/6637>>. Acesso em: março de 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Inovar e investir para sustentar o crescimento. **Slides**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/pdp/arquivos/destswf1224095287.ppt>> Acesso em: abril de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Comunicado conjunto sobre o estabelecimento das relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China**. Brasília, 1974. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1974/b_47>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Acordo comercial entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China**. Brasília, 1978. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1978/b_1>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Convênio sobre transportes marítimos entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China**. Brasília, 1979. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_38/>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China**. Brasília, 1982. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_31/>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Memorandum sobre cooperação em matéria siderúrgica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.** Brasília, 1984. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1984/b_101/>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Protocolo de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China em matéria de siderurgia.** Brasília, 1985. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1985/b_59/>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Ajuste complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China em matéria de energia elétrica, incluindo a energia hidrelétrica.** Brasília, 1988a. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b_46/>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Protocolo de cooperação na área de tecnologia industrial entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.** Brasília, 1988b. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b_49/>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Acordo de cooperação econômica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.** Brasília, 1990. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1990/b_13_2011-10-17-15-48-33/>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Ajuste complementar ao acordo de cooperação econômica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.** Brasília, 1993a. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1993/b_10_2011-10-04-15-03-01/>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Protocolo suplementar sobre aprovação de pesquisa e produção de satélite de recursos da terra, entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.** Brasília, 1993b. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1993/b_11_2011-10-04-15-03-01/>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Protocolo de intenções entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre o incremento do comércio bilateral de minério de ferro e a promoção da exploração conjunta de reservas de minério de ferro.** Brasília, 1993c. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1993/b_82_2011-10-04-15-03-24/>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Ajuste no setor de biotecnologia aplicada à agricultura, complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.** Brasília, 1994a. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1994/b_23/>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Ajuste no setor de novos materiais, complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.** Brasília, 1994b. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1994/b_24/>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Memorandum de entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia Elétrica da República Popular da China sobre cooperação tecnológica em combustão de carvão mineral em leito fluidizado.** Brasília, 1994c. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1994/b_64/>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Agenda China: Parte II – Comércio Bilateral Brasil – China.** Brasília, 2008. Disponível em: <<http://desenvolvimento.gov.br/agendachina/index.php/sitio/inicial>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Brasil Maior: Plano 2011/2014.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/cartilha_brasilmaior.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior – AliceWeb.** Brasília, 2015. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula.** 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia Internacional.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989) *In: GIAMBIAGI, Fábio et al. (Org.). Economia Brasileira Contemporânea.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2005a. Cap. 05, p. 116 - 140.

CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, Abertura e Desindexação: a Primeira Metade dos Anos 90 (1990 – 1994) *In: GIAMBIAGI, Fábio et al. (Org.). Economia Brasileira Contemporânea.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2005b. Cap. 06, p. 141 - 165.

CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais do Brasil: Um Balanço da Era Cardoso. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 1, 2002, p. 05 – 35. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a01v45n1.pdf>>. Acesso em: novembro de 2014.

CERVO, Amado Luiz. Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: Enfoque Paradigmático. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, 2003, p. 05 – 25. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a01.pdf>>. Acesso em: novembro de 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Política de Desenvolvimento Produtivo: Avaliação e Perspectivas**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/09/05/235/20121126143920881669u.pdf>. Acesso em: março de 2015.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL – CHINA. **Uma Análise dos Investimentos Chineses no Brasil: 2007 – 2012**. Rio de Janeiro: junho 2013. Disponível: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_investimentos_chineses_2007-2012_-_digital_1.pdf>. Acesso em: novembro de 2014.

CUNHA, André Moreira *et al.* Impactos da Ascensão da China sobre a Economia Brasileira: Comércio e Convergência Cíclica. Rio de Janeiro: **Revista de Economia Contemporânea**, v. 15, n. 3, set/dez 2011, p. 406 – 440. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/blog/REC_15.3_02_Impactos-da-ascensao-da-china-sobre-a-economia-brasileira.pdf>. Acesso em: dezembro de 2014.

DELFIM NETTO, Antonio. Meio Século de Economia Brasileira: Desenvolvimento e Restrição Externa. In: GIAMBIAGI, Fábio *et al.* (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 09, p. 225 – 257.

DESAI, Radhika. Theories of Development. In: HASLAM, Paul A.; SCHAEFER, Jessica; BEAUDET, Pierre. **Introduction to International Development: Approaches, Actors, and Issues**. Ontário: Oxford University Press, 2009. Cap. 03, p. 45 – 65.

EBERHARD, Wolfram. **A History of China**. New York: Cosimo Classics, 2005.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: A New History**. 2. ed. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006.

FISHLOW, Albert. Origens e Consequências da Substituição de Importações: 40 Anos Depois. In: BACHA, Edmar; BOLLE, Mônica Baumgarten de. (Orgs). **O Futuro da Indústria no Brasil: Desindustrialização em Debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Cap. 01, p. 23 – 43.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens e as Vertentes Formadoras do Pensamento Cepalino. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Economia**. v. 54. n. 3, jul/set 2000, p. 333 – 358. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/773/8135>>. Acesso em: dezembro de 2014.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIAMBIAGI, Fabio. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fábio *et al.* (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005a. Cap. 07, p. 166 – 195.

GIAMBIAGI, Fabio. Rompendo com a Ruptura: o Governo Lula (2003-2004). In: GIAMBIAGI, Fábio *et al.* (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005b. Cap. 08, p. 196 – 217.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GONÇALVES, Williams; BRITO, Lana Bauab. Relações Brasil-China: Uma Parceria Estratégica? Porto Alegre: **Século XXI**. v. 01, n. 01, jan/dez 2010, p. 11 – 28. Disponível em: <<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1701/28>>. Acesso em: janeiro de 2015.

GREMIMT. Grupo de Pesquisa sobre Economia Mundial, Integração Regional & Mercado de Trabalho. Texto para discussão nº 22. In: **Desafios da Globalização: uma homenagem a Theotônio Dos Santos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense - Faculdade de Economia, 1997.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973) In: GIAMBIAGI, Fábio *et al.* (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005a. Cap. 03, p. 69 - 92.

HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984) In: GIAMBIAGI, Fábio *et al.* (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005b. Cap. 04, p. 93 - 115.

HIRST, Monica. **O Pragmatismo Impossível: A Política Externa do Governo Vargas (1951-1954)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6594/787.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: outubro de 2014.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX, 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JENKINS, Rhys. China and Brazil: Economic Impacts of a Growing Relationship. **Journal of Current Chinese Affairs**, v. 41, n. 1, 2012, p. 21 – 47. Disponível em: <<http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/jcca/article/view/494/492>>. Acesso em: novembro de 2014.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. 3. ed. New York: Longman, 2001.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LACERDA, Antônio Corrêa de *et al.* **Economia Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em Três Momentos de Política Externa: os Governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

MACHADO, Lia Pinheiro. Alcance e Limites das Teorias da Modernização. **Revista de Administração de Empresas**, v. 10, n. 2, abr/jun 1970, p. 169 - 192.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Jayme. A era Deng, passo a passo. *In*: Ministério das Relações Exteriores. **III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: “O Brasil no mundo que vem aí”**. Seminário China. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008. p. 65 – 85.

MOURA, Gerson. **O Alinhamento sem Recompensa: a Política Externa do Governo Dutra**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6613/792.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: outubro de 2014.

PASTORE, Affonso Celso; GAZZANO, Marcelo; PINOTTI, Maria Cristina. Por Que a Produção Industrial não Cresce desde 2010? *In*: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica Baumgartem de. (Org.). **O Futuro da Indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Cap. 05, p. 121 – 150.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, 2008, p. 136 – 153. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

PEREIRA, Lia Valls; FERRAZ FILHO, Galeno Tinoco. **O Acesso da China à OMC: Implicações para os Interesses brasileiros**. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, dez 2005. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/09/06/332/20121203160336611377a.pdf>. Acesso em: dezembro de 2014.

PINHEIRO, Letícia. Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: Uma Análise do Processo de Tomada de Decisão. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Históricos**, v. 06, n. 12, 1993, p. 247 - 270. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1965/1104>>. Acesso em: outubro de 2014.

SILVA, Alexandra de Mello e. Desenvolvimento e Multilateralismo: um Estudo sobre a Operação Pan-Americana no Contexto da Política Externa de JK. Rio de Janeiro: **Contexto Internacional**, v. 14, n. 2, jul/dez 1992, p. 209 – 239. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Silva_vol14n2.pdf>. Acesso em: novembro de 2014.

SILVA, André Luiz Reis da. As Relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Regime Militar (1964-1985). Porto Alegre: **Ciências e Letras**, n. 37, jan/jun, 2005, p. 251 – 278. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/32018420/SILVA-2005-As-Relacoes-entre-Brasil-e-Estados-Unidos-durante-o-Regime-Militar-1964-1985>>. Acesso em: janeiro de 2015.

SILVA, Heloisa C. Machado da. Da Deterioração dos Termos de Intercâmbio à Consolidação do Modelo Substitutivo de Exportações. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz. **O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. revisada. São Paulo: Atlas, 2007.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política Industrial e Desenvolvimento. São Paulo: **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 2, abr/jun 2006, p. 163 – 185. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/102-1.PDF>>. Acesso em: março de 2015.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**: Ensaios sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VIANNA, Sérgio Besserman; VILLELA André. O Pós-guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, Fabio *et al.* (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 01, p. 21 – 44.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. Rio de Janeiro: **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, jul/dez 2007, p. 273 – 335. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Vigevani_vol29n2.pdf>. Acesso em: outubro de 2014.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. A Política Externa Brasileira na Era FHC: Um Exercício de Autonomia pela Integração. Florianópolis: **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 2, n.1, 2005, p.1 – 44. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/708/10780>>. Acesso em: dezembro de 2014.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Nacionalismo Desenvolvimentista e a Política Exterior Independente. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 37, n. 1, 1994, p. 24 – 36. Disponível em: <<http://ibri-rbpi.org/2006/09/22/sumario-da-edicao-vol-37-n%C2%BA-11994/>>. Acesso em: outubro de 2014.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A

Os antecedentes do processo de desenvolvimento nacional e o pensamento liberal-conservador

Com base nas literaturas escritas por Bresser-Pereira (2003), Furtado (2007), Lacerda *et al* (2006), entre outros, o período vigente entre 1500 e 1900 da história brasileira pode ser entendido em três ciclos econômicos básicos, sendo estes: o da Cana-de-Açúcar; o do Ouro, e o do Café.

Esses ciclos, como expostos nos trabalhos de Cervo (2003), ao serem correlacionados com suas determinadas conjunturas são capazes de elucidar a manutenção de uma ideologia, preponderantemente, liberal-conservadora dentro do país até meados da década de 1930.

O caráter liberal-conservador desse período, por sua vez, passa a ser, amplamente vinculado à constatação de fortes dependências e vulnerabilidades na economia nacional que se relacionam aos interesses políticos e econômicos estrangeiros no país, configurados na adequação e favorecimento do Estado ao setor agroexportador doméstico (CERVO, 2003).

Não obstante essa característica comum nesses três momentos anteriormente citados, suas singularidades justificam o porquê do processo de diversificação produtiva do Brasil, e conseqüentemente, sua tentativa de reposicionamento no comércio internacional e desenvolvimento, apenas ter se iniciado na primeira metade do século XX com o processo de construção da indústria nacional.

De acordo com estudos feitos por Bresser-Pereira (2003), um dos motivos para a viabilização da industrialização brasileira, a partir de 1900, foi o aumento das imigrações estrangeiras para o Brasil e o encarecimento do uso da mão-de-obra escrava no cultivo do café, os quais implicariam na reorganização do trabalho no país para uma forma de produção assalariada, após 1870.

Nesse cenário doméstico, o ambiente teria se tornado propício à formação de um mercado interno brasileiro, visto que a maior distribuição de renda na sociedade teria permitido a expansão da demanda nacional, ocasionando o rompimento da centralização do consumo doméstico nas elites sociais, assim como, o maior estímulo à produção doméstica,

responsável pela minimização da dependência da sociedade à oferta de alguns produtos estrangeiros direcionados ao Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Corroborando com a análise do período, Lacerda *et al* (2006) aponta que, além do surgimento da nova força assalariada, a construção de estradas de ferro, em 1852, também teria repercutido em profundas transformações monetário-mercantis no país, pois ao incorporar mais territórios nas cadeias de produção nacional, a demanda interna e a circulação de moedas no país consegue aumentar de 7 mil-réis, em 1851, para 15 mil-réis, em 1889.

Apesar da elevação da dinamização dos setores domésticos, decorrente do aumento da inserção da sociedade no mercado, ter possibilitado a elevação da demanda brasileira por bens de consumo, a vulnerabilidade e a dependência nacional aos agentes exógenos se mantêm na economia nacional, visto que a intensificação do consumo interno no país passa a ser acompanhada por um drástico aumento das importações nacionais dos mercados estrangeiros (FURTADO, 2007).

Contrapondo com a manutenção da cultura cafeeira no país, vigente nesse período, a formação da renda nacional se condicionava às oscilações dos preços das commodities agrícolas no comércio internacional e às flutuações entre a oferta e demanda mundial de café (FISHLOW, 2013; FURTADO, 2007).

Tal fato torna-se marcante para a análise devido à observação de que, apenas após a deflagração da crise econômica mundial de 1875 e a superprodução de café, entre 1880 e 1886, a ideologia agroexportadora começava a perder sua exclusividade dentro do pensamento desenvolvimentista brasileiro, permitindo que, em 1885, a indústria nacional adquirisse maior relevância nas políticas do governo (LACERDA *et al*, 2006).

Somado a esses eventos, Lacerda *et al* (2006) expõe que o próprio fortalecimento do novo setor industrial e a formação das classes proletárias e empresariais na sociedade teriam impactado na expansão e consolidação da indústria brasileira, de forma que a mesma passa a ser defendida pelos empresários e teóricos como um meio de minimizar as fragilidades e dependências domésticas relacionadas ao setor externo.

Para Baer (2002), a postura nacionalista defendida pela nova burguesia industrial brasileira não condenava a incorporação do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento das estruturas nacionais.

Estas, na realidade, interpretavam a situação de dependência da economia nacional como um fenômeno fundamentado na dimensão das interações comerciais brasileiras com

os mercados estrangeiros, de forma que caberia ao Estado o papel de defender a indústria nascente brasileira da concorrência externa atuante no mercado doméstico, sem que esta ação, no entanto, comprometesse a atração de capitais e investimentos internacionais no país, destinados ao avanço do processo de industrialização nacional (BAER, 2002).

Corroborando com os argumentos apresentados por Baer (2002), Lacerda et al (2006) aponta que, entre 1891 e 1894, o governo nacional estipula duas políticas básicas direcionadas à promoção da industrialização da economia brasileira, sendo estas: o aumento dos impostos às importações de produtos manufaturados concorrentes à produção doméstica, e a redução das taxas de aquisição de matérias-primas e equipamentos estrangeiros utilizados no desenvolvimento do setor industrial do país.

Por meio dessas medidas o Estado almejava a redução dos déficits comerciais, vigentes no final do século XIX, mas também, a formação de um provedor interno para as demandas domésticas por bens de consumo antes importados do exterior (LACERDA *et al*, 2006).

Tais ações em prol das pretensões manifestadas pela indústria manufatureira, no entanto, são revogadas pelo Estado, após 1894, em favorecimento dos interesses dos cafeicultores, principais defensores da postura agroexportadora brasileira, e o governo passa a adotar um comportamento anti-industrial limitando a expansão da indústria nacional até meados de 1930 (LACERDA *et al*, 2006).

Apesar do maior apoio dado pelo governo à cultura cafeeira, a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, beneficia o processo de industrialização no Brasil. Com o novo conflito, a demanda doméstica por bens de consumo, antes importados da Europa, passa a ser suprida pelas empresas nacionais, impactando em um aumento da capacidade industrial brasileira instalada para valores superiores a 55%, entre 1905 e 1919, contra índices inferiores a 25%, entre 1884 e 1894, e 10%, antes de 1884 (BAER, 2002; LACERDA *et al*, 2006).

Com a conclusão da Primeira Guerra Mundial no final de 1918, os investimentos estrangeiros direcionados ao Brasil e a demanda internacional por commodities voltam a se estabilizar, permitindo a expansão da economia cafeeira nacional (BAER, 2002).

Nesse período, a participação das exportações brasileiras na formação do Produto Nacional Bruto (PNB) se eleva de 5,7%, em 1919, para 12,5%, em 1924, sendo este evento possível, graças à intensificação da relevância do café na pauta de exportação brasileira, o

qual sobe de uma margem de 56% do total das exportações nacionais para o exterior, em 1919, para valores superiores de 75%, em 1924 (BAER, 2002: 51).

Embora o melhor desempenho do setor agrícola resulte no aumento da liquidez nacional, o setor manufatureiro do país não consegue se expandir na década de 1920. A média de crescimento anual da indústria brasileira, antes em 4,6%, entre 1911 e 1920, começava a recuar para uma taxa de 3%, entre 1920 e 1929 (BAER, 2002).

Como resultado dessa nova conjuntura doméstica, o governo adquire uma maior consciência do processo de estagnação da economia nacional iniciado em 1923, e reforça a importância do setor agroexportador na formação da renda nacional e manutenção do dinamismo do mercado doméstico brasileiro. A nova postura do Estado, contudo, não consegue evitar que o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), ao longo dos anos de 1920, caia a médias anuais inferiores a 4,5%, evidenciando uma desaceleração da economia nacional em relação aos primeiros anos dessa década (BRESSER-PEREIRA, 2003; FURTADO, 2007; LACERDA *et al*, 2006).

A deflagração da Grande Depressão no mercado norte-americano, em meados de 1929, e o aumento da concorrência internacional na produção de commodities agrícolas, agravam as instabilidades do comércio cafeeiro, fazendo com o que o governo adote uma política de intervenção cambial direcionada à contenção da queda dos preços das sacas de café no mercado internacional (FISHLOW, 2013; FURTADO, 2007).

A nova política cambial, no entanto, não resulta na contenção da queda dos preços do café que já alcançava uma desvalorização de 60% no comércio mundial; assim como, não minimiza os impactos econômicos no país decorrente do crescente endividamento nacional realizado para o financiamento dos custos gerados pela manutenção da produção cafeeira em rápida expansão (FURTADO, 2007).

As exportações da commodity, por outro lado, também não logram o acompanhamento do ritmo de crescimento da produção nacional, visto que esta passa a subir de 15,761 milhões de sacas, em 1925, para 28,492 milhões de sacas, em 1929, enquanto que aquela avança apenas de 14,1 milhões de sacas, em 1927, para 14,492 milhões de sacas, em 1929; configurando em fortes instabilidades na balança comercial brasileira e acarretando em drásticos problemas na equalização do balanço de pagamento nacional (BRESSER-PEREIRA, 2003; FURTADO, 2007).

Nesse sentido, com base nos estudos feitos por Bresser-Pereira (2003), Cervo (2003) e Furtado (2007) é possível compreender que apesar das políticas governamentais

desse período terem estimulado o endividamento público como forma de controlar a oferta doméstica de café e financiar a manutenção da produção agroexportadora nacional, durante a segunda metade da década de 1920; suas ações camuflam uma transferência das perdas da cultura cafeeira para o mercado doméstico e, conseqüentemente, o enfraquecimento da capacidade de compra da sociedade brasileira de produtos estrangeiros devido à desvalorização da moeda nacional em cerca de 40% nesse período.

Essas ações, por sua vez, repercutem em uma inviabilidade do Estado preservar a ideologia liberal-conservadora e os programas de estímulo à produção agroexportadora cafeeira como mecanismo de desenvolvimento nacional, repercutindo na sua superação por um novo modelo desenvolvimentista em meados da década de 1930 (BRESSER-PEREIRA, 2003; CERVO, 2003).

APÊNDICE B

Documentos oficiais sino-brasileiros coletados do Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores

Quadro 01 - Interações bilaterais sino-brasileiras (1974 - 2014)

Ano	Documento oficial
1974	Comunicado conjunto sobre o estabelecimento das relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China.
1978	Acordo comercial entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1979	Convênio sobre transportes marítimos entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1982	Acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1984	<i>Memorandum</i> de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear.
1984	Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no campo da cooperação científica e tecnológica.
1984	Ajuste complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1984	Ajuste de cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Academia de Ciências da China nos campos das ciências puras e aplicadas.
1984	Protocolo adicional ao acordo de comércio entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1984	Acordo para criação de consulados em São Paulo e em Xangai.
1984	Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China para a cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear.
1984	<i>Memorandum</i> sobre cooperação em matéria siderúrgica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1985	Protocolo de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China em matéria de siderurgia.
1985	<i>Memorandum</i> de entendimento relativo a consultas sobre assuntos de interesse comum.
1985	Acordo de cooperação cultural e educacional entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1985	Protocolo de entendimentos.
1985	Protocolo de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China em matéria de geociências.

1988	Acordo, por troca de notas, sobre pesquisa e produção conjunta do satélite sino-brasileiro de sensoriamento remoto.
1988	<i>Memorandum</i> de entendimento para a cooperação no campo da assistência social entre a Fundação Legião Brasileira de Assistência e a China Association for S.O.S. Children Village.
1988	Ajuste complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China em matéria de energia elétrica, incluindo a energia hidrelétrica.
1988	Protocolo de cooperação na área de tecnologia industrial entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1988	Convênio entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre cooperação no domínio da medicina e dos fármacos tradicionais.
1988	Acordo, por troca de notas, sobre vistos de múltiplas entradas em passaportes diplomáticos e de serviço.
1988	Protocolo sobre aprovação de pesquisa e produção de satélite de recursos da terra, entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1988	Convênio de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China na área de fármacos destinados ao combate a grandes endemias.
1988	Acordo, por troca de notas, sobre aumento de lotação de repartições consulares.
1990	<i>Memorandum</i> de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre minério de ferro.
1990	Acordo de cooperação econômica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1991	Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China destinado a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda.
1991	Acordo, por troca de notas, sobre a instalação mútua de consulados-gerais.
1993	<i>Memorandum</i> de entendimento sobre intercambio e cooperação em educação entre o Ministério da Educação e do Desporto da República Federativa do Brasil e a Comissão Estatal de Educação da República Popular da China.
1993	Ajuste complementar ao acordo de cooperação econômica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1993	Protocolo suplementar sobre aprovação de pesquisa e produção de satélite de recursos da terra, entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1993	Protocolo sobre pontos principais para o desenvolvimento adicional dos satélites sino-brasileiros de recursos da terra entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, da República Federativa do Brasil, e a Administração Nacional de Espaço da China, da República Popular da China.
1993	Protocolo de intenções entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre o incremento do comércio bilateral de minério de ferro e a promoção da exploração conjunta de reservas de minério de ferro.

1993	Acordo-quadro sobre cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1994	Protocolo de cooperação no âmbito do Ensino Superior entre a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) da República Federativa do Brasil e o Departamento de Assuntos Exteriores (DAE) da Comissão Estatal de Educação (CEE) da República Popular da China.
1994	Ajuste no setor de medicina tradicional chinesa e fitofármacos, complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1994	Ajuste no setor de biotecnologia aplicada à agricultura, complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1994	Ajuste no setor de novos materiais, complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1994	Acordo sobre serviços aéreos entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1994	<i>Memorandum</i> de entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Recursos Hídricos da República Popular da China sobre cooperação econômica, científica e tecnológica.
1994	<i>Memorandum</i> de entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia Elétrica da República Popular da China sobre cooperação tecnológica em combustão de carvão mineral em leito fluidizado.
1994	Protocolo entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Geologia e Recursos Minerais da República Popular da China sobre cooperação na área de geociências e recursos minerais.
1994	Ata de conversações entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Comitê para Construção do Projeto de Três Gargantas do Conselho de Estado da República Popular da China para cooperação no projeto de três gargantas.
1994	Protocolo entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Geologia e Recursos Minerais da República Popular da China sobre cooperação na área de geociências e recursos minerais.
1994	Acordo-quadro sobre cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1995	<i>Memorandum</i> de entendimento entre o Ministério da Agricultura da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da República Popular da China.
1995	Acordo sobre quarentena vegetal entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1995	Protocolo de entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Recursos Hídricos da República Popular da China sobre cooperação econômica científica e tecnológica em pequenas centrais hidrelétricas.
1995	Ata de entendimento sobre o fortalecimento e a expansão da cooperação tecnológica espacial Brasil-China.

1995	<i>Memorandum</i> de entendimento sobre cooperação nas áreas de rádio e de televisão entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1995	Ajuste complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica e ao acordo de cooperação econômica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China na área de intercâmbio de especialistas para cooperação técnica.
1995	Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre segurança técnica relacionada ao desenvolvimento conjunto dos satélites de recursos terrestres.
1996	Declaração conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre a agenda comum para o desenvolvimento sustentável.
1996	Declaração conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China relativa às aplicações pacíficas da ciência e tecnologia espacial.
1996	Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre a manutenção do consulado-geral do Brasil na região administrativa especial de Hong Kong da República Popular da China.
1996	Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre cooperação em matéria de quarentena e saúde animal.
1997	Ajuste complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China nas áreas da metrologia e da qualidade industrial.
1998	Ajuste complementar entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China ao acordo de cooperação econômica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China para assegurar a qualidade de produtos importados e exportados.
1998	Ajuste complementar ao acordo de cooperação econômica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1999	Declaração conjunta.
1999	Acordo, por troca de notas, sobre a extensão de jurisdição do consulado-geral do Brasil em Hong Kong à região administrativa especial de Macau.
2000	Acordo, por troca de notas, sobre a concessão de vistos de múltiplas entradas, pelo período da missão, aos brasileiros e chineses portadores de passaportes diplomáticos e oficiais.
2000	Protocolo de cooperação em tecnologia espacial entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
2001	<i>Memorandum</i> de entendimento sobre a implementação de medidas sanitárias e fitossanitárias entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Estatal para Inspeção, Qualidade e Quarentena da República Popular da China.
2001	Programa-executivo cultural do acordo de cooperação cultural e educacional entre o governo da República Federativa do Brasil e a República Popular da China para os anos de 2001 a 2004.

2002	Protocolo complementar ao acordo quadro entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior para a continuidade do desenvolvimento conjunto de satélites de recursos terrestres.
2002	<i>Memorandum</i> de entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e a Comissão Estatal para Planificação da Economia da República Popular da China sobre cooperação industrial.
2003	<i>Memorandum</i> de entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Recursos Hídricos da República Popular da China em cooperação técnica e científica no campo dos recursos hídricos.
2004	Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre assistência judiciária mútua em matéria penal.
2004	Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre isenção de vistos para portadores de passaportes diplomático, oficial e de serviço.
2004	<i>Memorandum</i> de entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o estabelecimento da comissão sino-brasileira de alto nível de concertação e cooperação.
2004	Acordo, por troca de notas, para flexibilização da concessão de vistos para empresários.
2004	Comunicado conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China.
2004	<i>Memorandum</i> de entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral para Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China na área de segurança sanitária e fitossanitária de produtos alimentares.
2004	<i>Memorandum</i> de entendimento sobre a cooperação para o desenvolvimento de um sistema de aplicações para o programa do satélite sino-brasileiro de recursos terrestres.
2004	<i>Memorandum</i> de entendimento sobre cooperação entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China.
2004	Acordo de cooperação esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e a Administração Geral do Esporte do Estado da República Popular da China.
2004	Ajuste complementar sobre vigilância de medicamentos e produtos relacionados à saúde ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
2004	Ajuste complementar sobre saúde e ciências médicas ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
2004	Protocolo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China sobre quarentena e condições sanitárias e veterinárias de carne bovina desossada a ser exportada do Brasil para a República Popular da China.

2004	Protocolo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China sobre quarentena e condições sanitárias e veterinárias de carne suína processada termicamente a ser exportada da República Popular da China para a República Federativa do Brasil.
2004	Tratado de extradição entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China.
2004	Acordo de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China para o combate à criminalidade organizada transnacional e outras modalidades delituosas.
2004	<i>Memorandum</i> de entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China em cooperação industrial.
2004	<i>Memorandum</i> de entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre cooperação em matéria de comércio e investimento.
2004	<i>Memorandum</i> de entendimento entre o Ministério do Turismo da República Federativa do Brasil e a Administração Nacional de Turismo da República Popular da China na facilitação de viagens de grupos de turistas chineses ao Brasil.
2004	Protocolo complementar ao acordo quadro entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior para cooperação no sistema de aplicações CBERS.
2004	Protocolo complementar ao acordo quadro entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior para o desenvolvimento conjunto do satélite CBERS-2b.
2004	Protocolo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China sobre quarentena e condições sanitárias e veterinárias de carne de aves processada termicamente a ser exportada da República Popular da China para a República Federativa do Brasil.
2004	Protocolo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China sobre quarentena e condições sanitárias e veterinárias de carne de aves a ser exportada do Brasil para a República Popular da China.
2005	<i>Memorandum</i> de entendimento sobre cooperação na área de proteção ambiental entre o Ministério do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil e a Administração Estatal de Proteção Ambiental da República Popular da China.
2005	<i>Memorandum</i> de entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da República Federativa do Brasil, e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, da República Popular da China, em cooperação industrial.

2005	Memorando de entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil e a Administração Estatal da Silvicultura da República Popular da China sobre cooperação em conservação da biodiversidade florestal.
2005	Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da região administrativa especial de Hong Kong da República Popular da China sobre isenção parcial de vistos.
2005	“Programa Executivo de Cooperação Educacional entre os Ministérios da Educação da República Federativa do Brasil e da República Popular da China para os anos de 2006 a 2008”.
2006	Programa-executivo do acordo de cooperação cultural e educacional entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China para os anos de 2006 a 2008.
2006	Acordo sobre o fortalecimento da cooperação na área de implementação de infraestrutura de construção entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
2006	<i>Memorandum</i> de entendimento sobre o estabelecimento da subcomissão de energia e recursos minerais da comissão sino-brasileira de alto nível de concertação e cooperação entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e a Comissão de Desenvolvimento e Reforma do Estado da República Popular da China.
2009	Protocolo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre cooperação em energia e mineração.
2009	Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre auxílio judicial em matéria civil e comercial.
2009	<i>Memorandum</i> de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre petróleo, equipamentos e financiamento.
2009	Comunicado conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o contínuo fortalecimento da parceria estratégica.
2010	Protocolo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China sobre quarentena e condições sanitárias e veterinárias de carne bovina processada termicamente a ser exportada da República Federativa do Brasil para a República Popular da China.
2010	Protocolo sobre os requisitos fitossanitários para a exportação de folhas de tabaco do Brasil para a China entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China e o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil.
2010	Plano de ação conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China, 2010-2014.
2010	Programa executivo de cooperação cultural entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China para os anos de 2010-2012.
2010	<i>Memorandum</i> de entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China para o estabelecimento de grupo de trabalho sobre propriedade intelectual no âmbito da subcomissão econômico-comercial da comissão sino-brasileira de alto nível de concertação e cooperação.

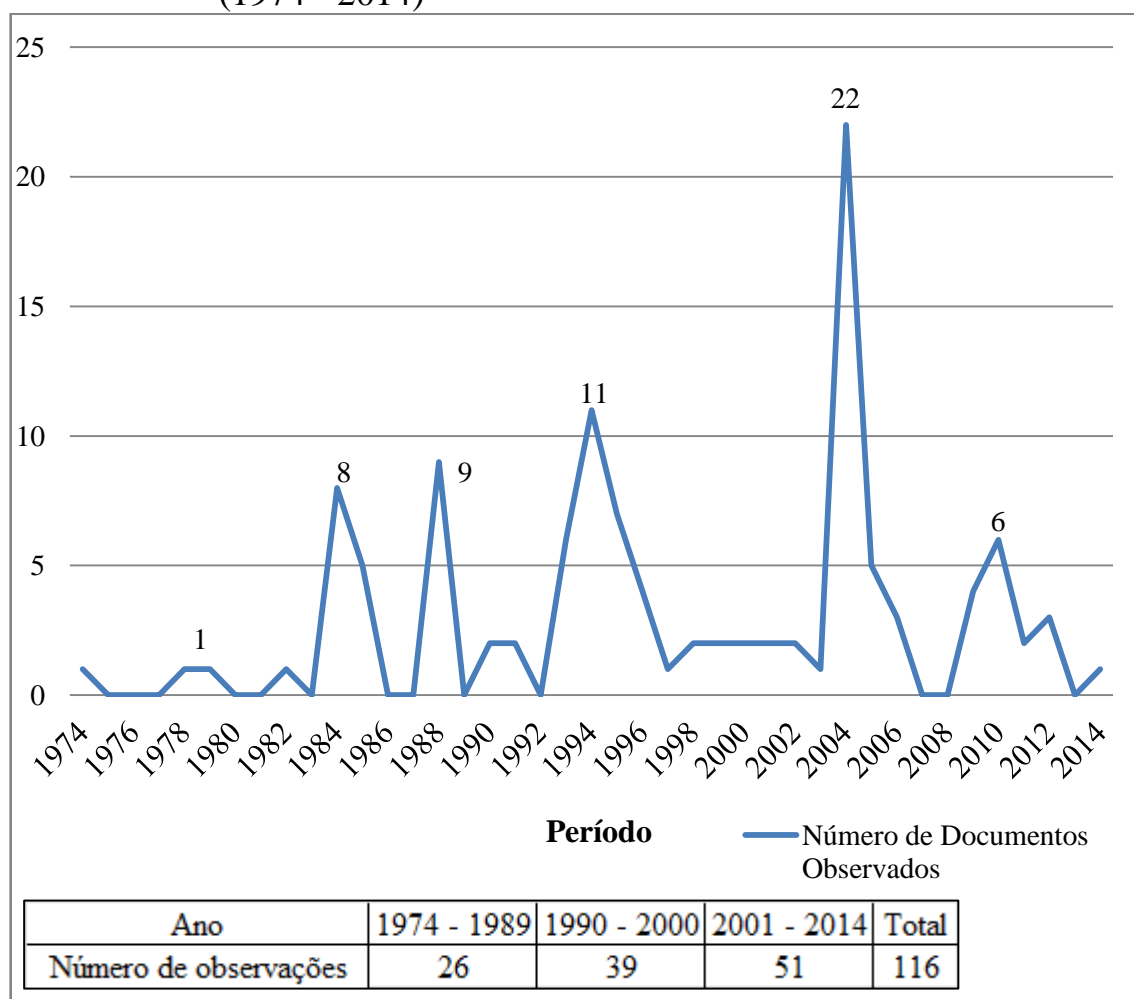
2010	<i>Memorandum</i> de entendimento sobre cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Universidade de Assuntos Estrangeiros da China.
2011	Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre cooperação em matéria de defesa.
2011	Comunicado conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China.
2012	Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China de assistência mútua administrativa em matéria aduaneira.
2012	<i>Memorandum</i> de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre o estabelecimento recíproco de centros culturais.
2012	Plano decenal de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
2014	Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre a facilitação da concessão de vistos para homens de negócios.

Fonte: Baseado em dados divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores (2015). Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais>>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

APÊNDICE C

Evolução dos acordos bilaterais sino-brasileiros com base em dados coletados do Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores

Gráfico 01 - Celebração de documentos oficiais bilaterais sino-brasileiros (1974 - 2014)

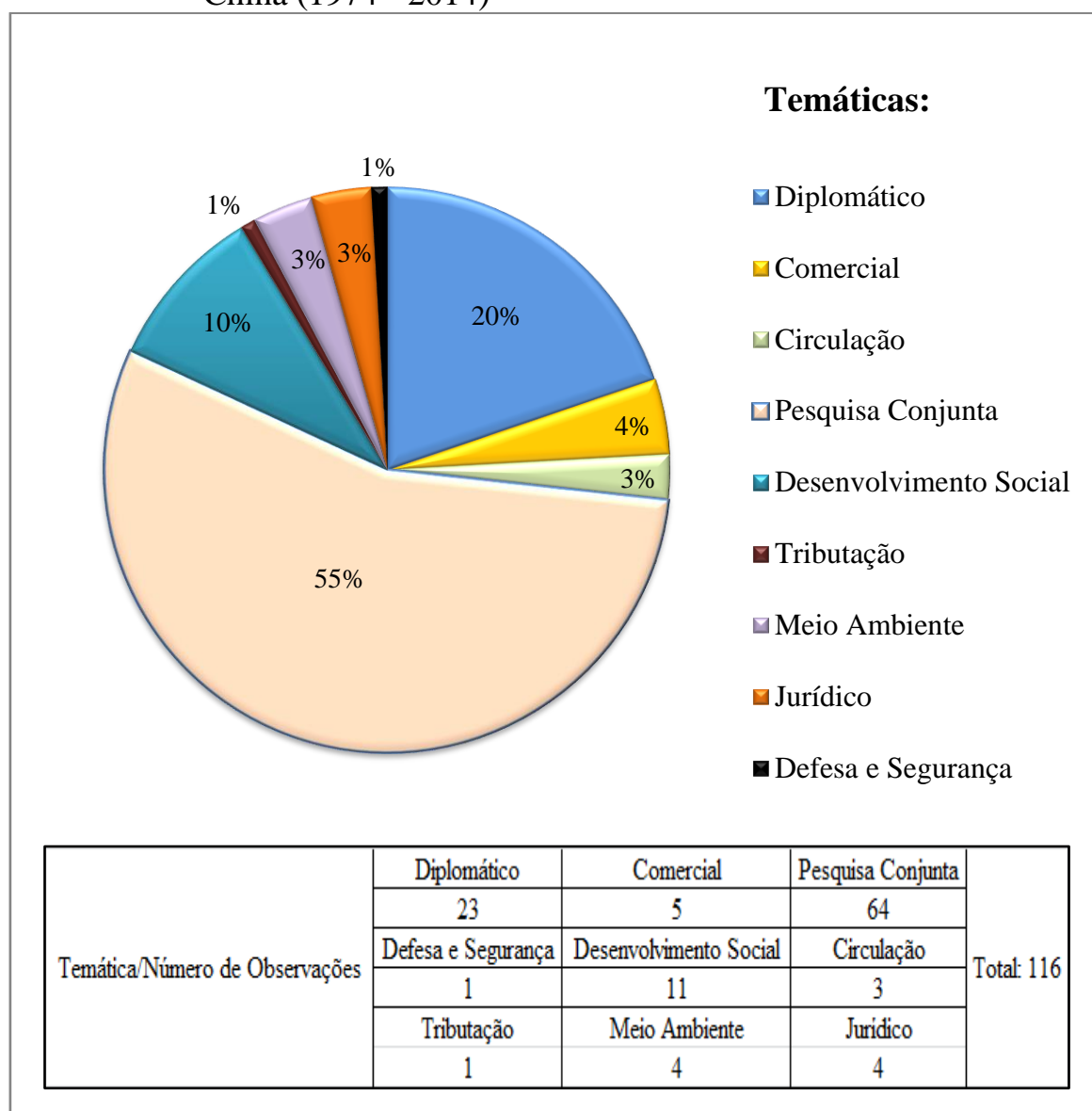


Fonte: Baseado em dados disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores (2015).

APÊNDICE D

Tipos de acordos celebrados entre Brasil e China com base em dados coletados do Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores

Gráfico 02 - Composição dos documentos bilaterais celebrados entre Brasil e China (1974 - 2014)

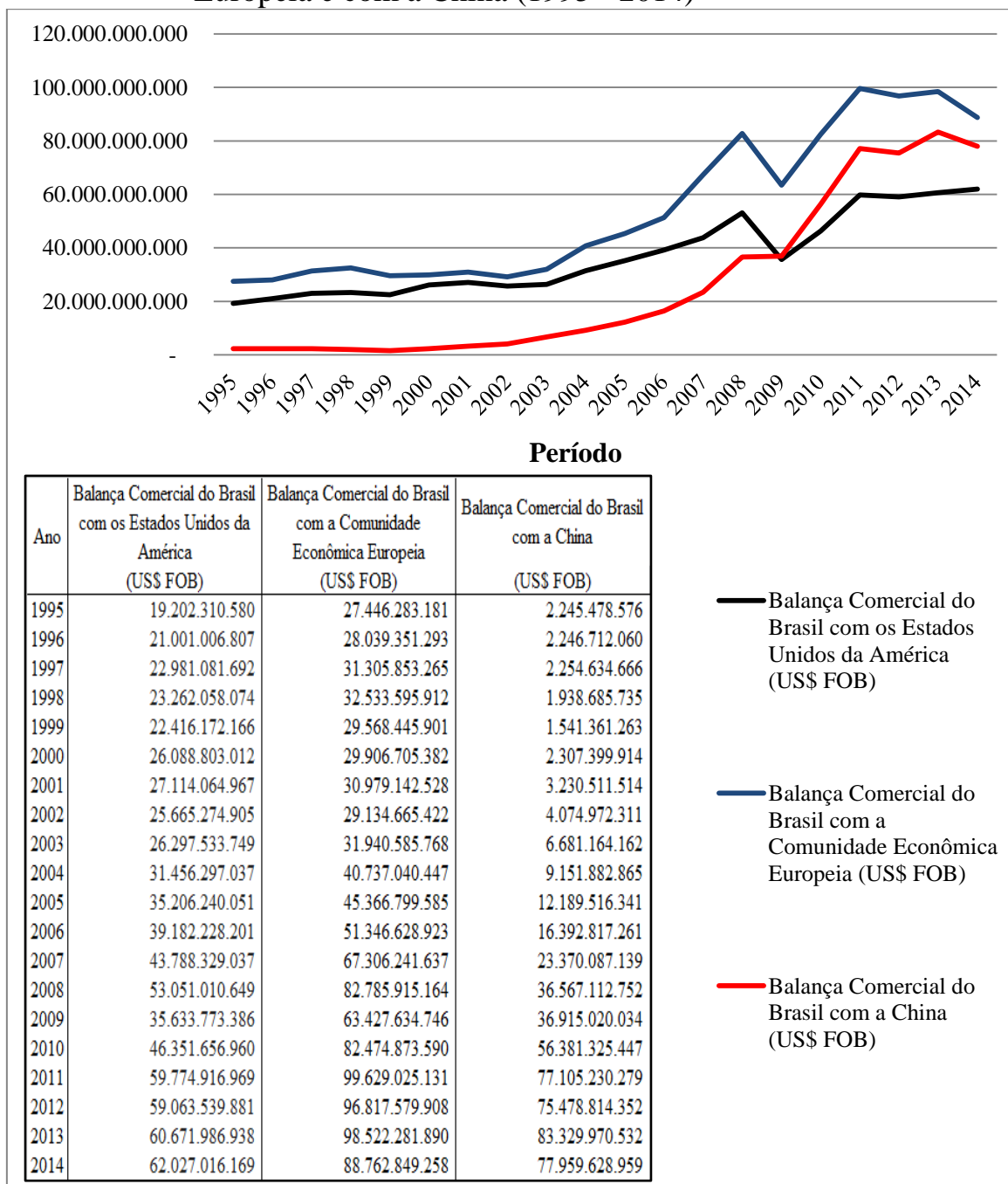


Fonte: Baseado em dados disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores (2015).

APÊNDICE E

Evolução do comércio brasileiro com os Estados Unidos da América, com a Comunidade Econômica Europeia e com a China

Quadro 02 - Comparação da Evolução da Balança Comercial brasileira com os Estados Unidos da América, com a Comunidade Econômica Europeia e com a China (1995 - 2014)

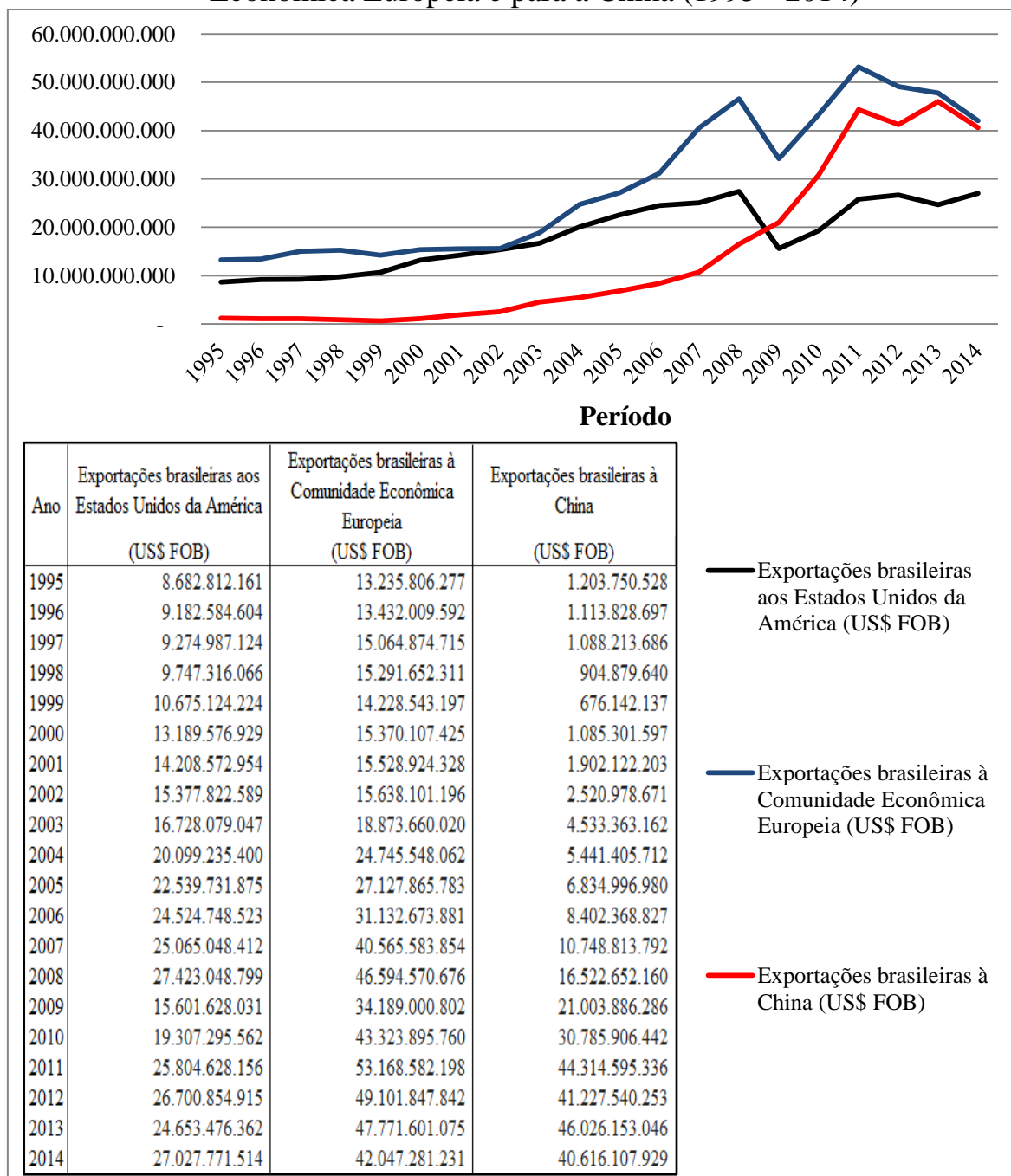


Fonte: Baseado em dados divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores (2015). Disponível em: <<http://www.aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 08 de julho de 2015.

APÊNDICE F

Exportações brasileiras para os Estados Unidos da América, para a Comunidade Econômica Europeia e para a China

Quadro 03 - Comparação da Evolução das Exportações brasileiras para os Estados Unidos da América, para a Comunidade Econômica Europeia e para a China (1995 - 2014)

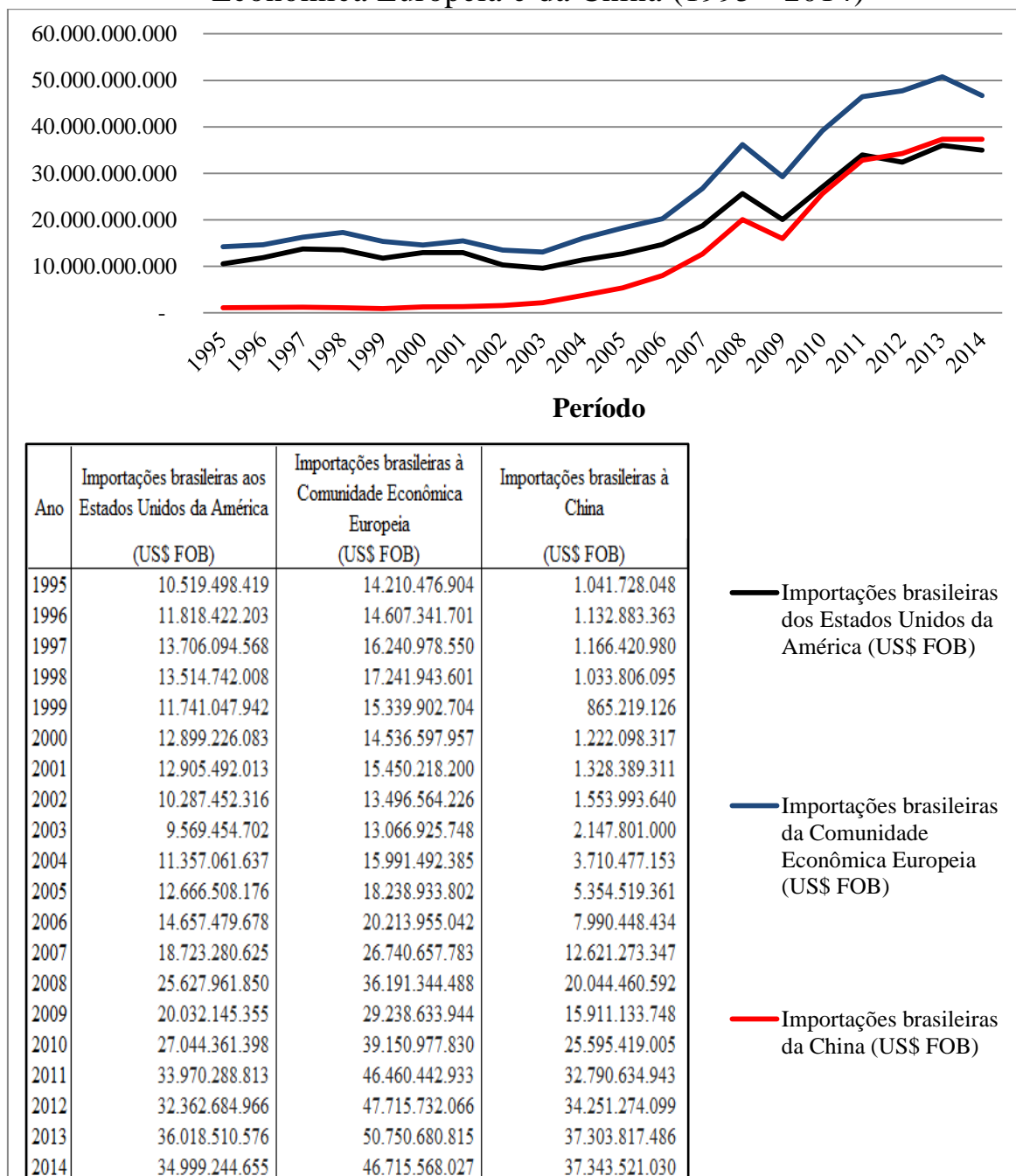


Fonte: Baseado em dados divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores (2015). Disponível em: <<http://www.aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 08 de julho de 2015.

APÊNDICE G

Importações brasileiras dos Estados Unidos da América, da Comunidade Econômica Europeia e da China

Quadro 04 - Comparação da Evolução das Importações brasileiras dos Estados Unidos da América, da Comunidade Econômica Europeia e da China (1995 - 2014)

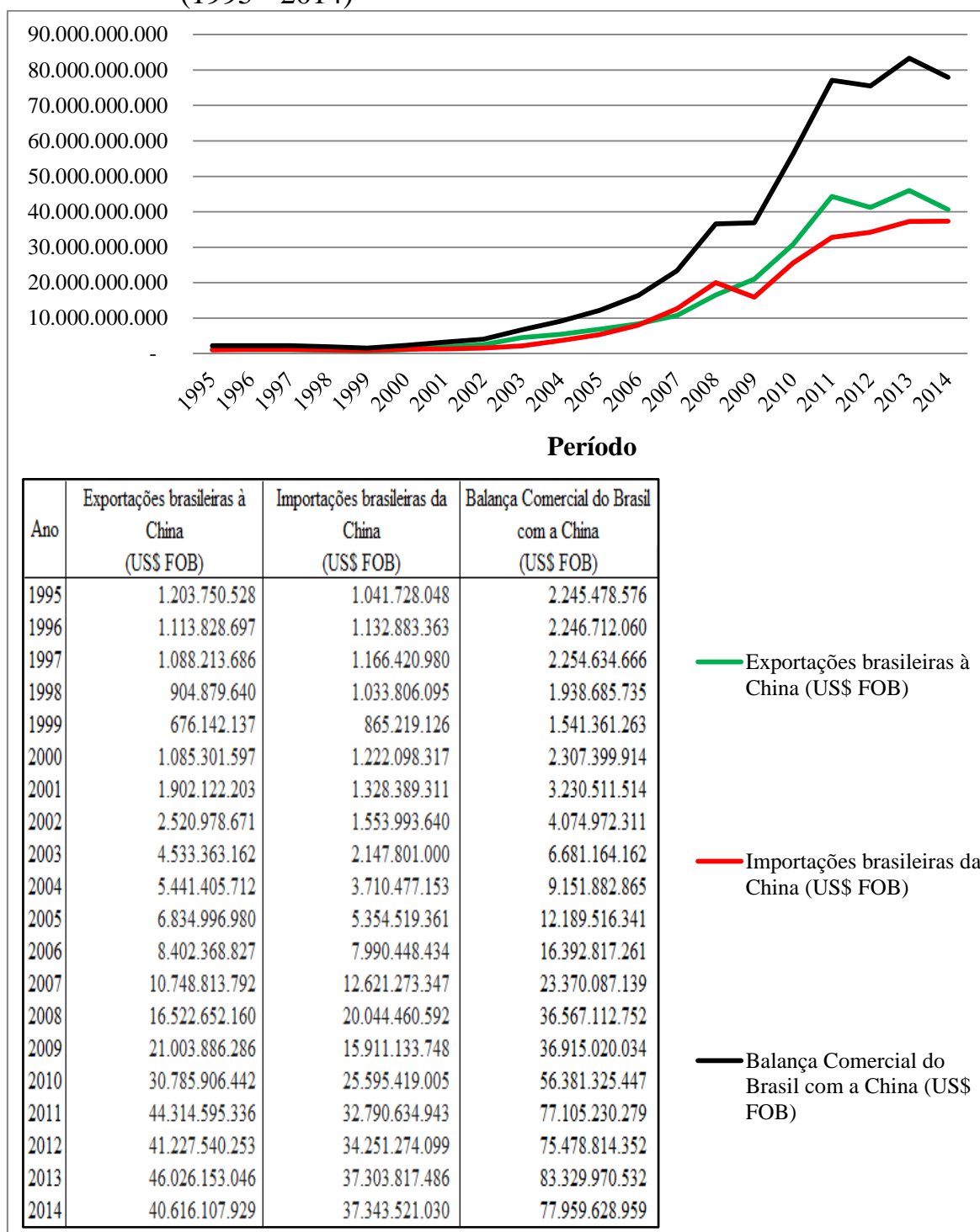


Fonte: Baseado em dados divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores (2015). Disponível em: <<http://www.aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 08 de julho de 2015.

APÊNDICE H

Balança Comercial sino-brasileira

Quadro 05 - Evolução da Balança Comercial entre Brasil e China (1995 - 2014)

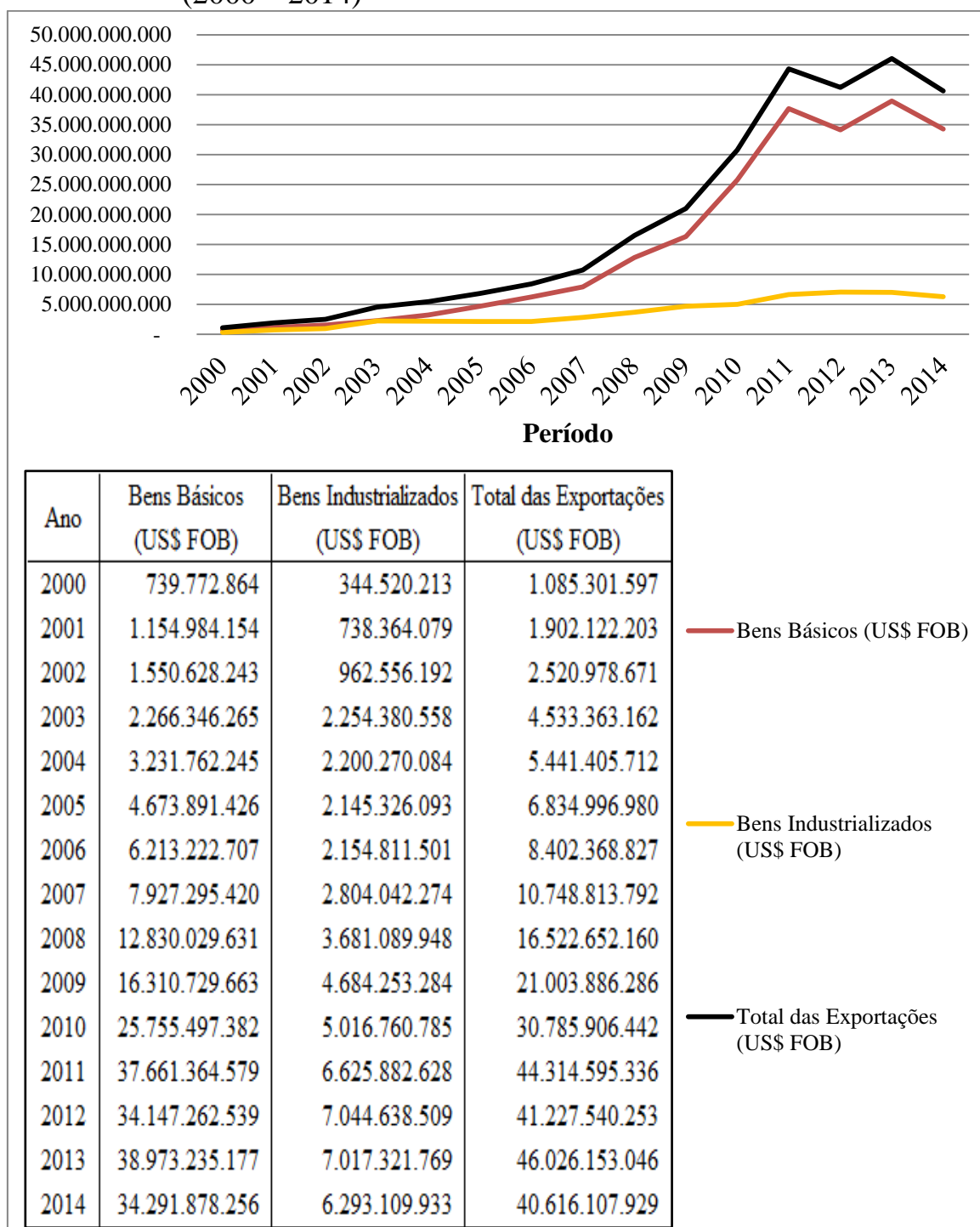


Fonte: Baseado em dados divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores (2015). Disponível em: <<http://www.aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 08 de julho de 2015.

APÊNDICE I

Exportações brasileiras para China

Quadro 06 - Composição das exportações brasileiras para a China
(2000 – 2014)

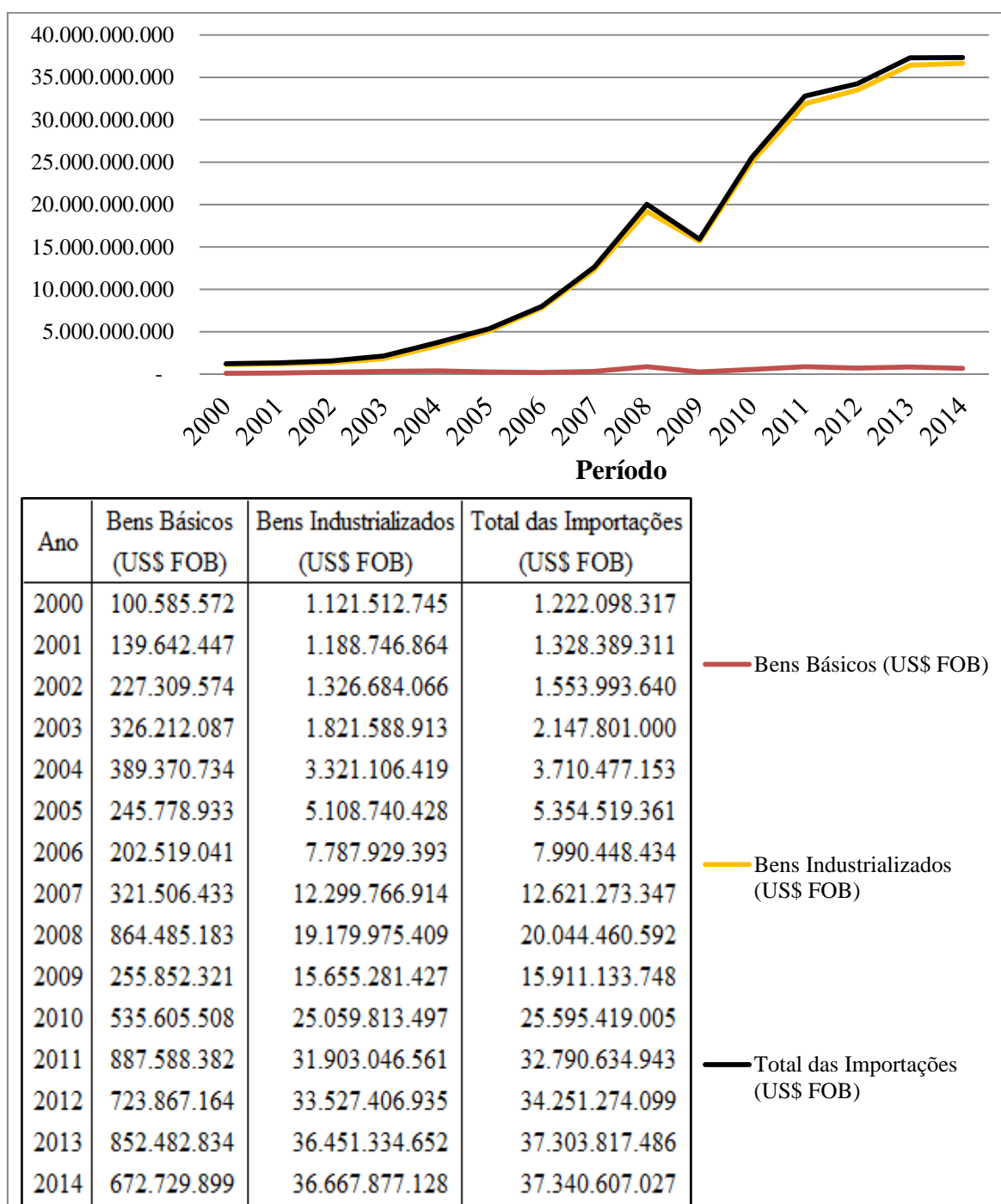


Fonte: Baseado em dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento (2015). Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em: agosto de 2015.

APÊNDICE J

Importações brasileiras da China

Quadro 07 - Composição das importações brasileiras da China
(2000 – 2014)



Fonte: Baseado em dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento (2015). Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em: agosto de 2015.

ANEXO

ANEXO A

Evolução das exportações brasileiras (1964 - 2014)

Quadro 08 – Evolução das exportações brasileiras por fator agregado

Ano	Exportações Brasileiras por Fator Agregado (1964 - 2013)						
	Produtos Básicos		Produtos Semimanufaturados		Produtos Manufaturados		Total Geral
	US\$ milhões FOB	% Total Geral	US\$ milhões FOB	% Total Geral	US\$ milhões FOB	% Total Geral	
1964	1.221	85,38	115	8,04	89	6,22	1.430
1965	1.301	81,57	154	9,66	130	8,15	1.595
1966	1.444	82,94	141	8,10	152	8,73	1.741
1967	1.302	78,72	147	8,89	196	11,85	1.654
1968	1.492	79,32	178	9,46	202	10,74	1.881
1969	1.796	77,72	211	9,13	284	12,29	2.311
1970	2.049	74,84	249	9,09	416	15,19	2.738
1971	1.988	68,46	241	8,30	581	20,01	2.904
1972	2.649	66,37	399	10,00	898	22,50	3.991
1973	4.030	65,01	574	9,26	1.434	23,13	6.199
1974	4.577	57,57	917	11,53	2.147	27,00	7.951
1975	5.027	57,98	849	9,79	2.585	29,82	8.670
1976	6.129	60,52	842	8,31	2.776	27,41	10.128
1977	6.959	57,42	1.044	8,61	3.840	31,68	12.120
1978	5.978	47,22	1.421	11,23	5.083	40,15	12.659
1979	6.553	42,99	1.887	12,38	6.645	43,59	15.244
1980	8.488	42,16	2.349	11,67	9.028	44,84	20.132
1981	8.920	38,29	2.116	9,08	11.884	51,02	23.293
1982	8.238	40,83	1.433	7,10	10.253	50,82	20.175
1983	8.535	38,97	1.782	8,14	11.276	51,49	21.899
1984	8.706	32,24	2.872	10,64	15.132	56,03	27.005
1985	8.538	33,30	2.758	10,76	14.063	54,85	25.639
1986	7.280	32,57	2.491	11,15	12.404	55,50	22.349
1987	8.022	30,59	3.175	12,11	14.839	56,59	26.224
1988	9.411	27,85	4.892	14,48	19.187	56,78	33.789
1989	9.549	27,77	5.807	16,89	18.634	54,20	34.383
1990	8.746	27,84	5.108	16,26	17.011	54,15	31.414
1991	8.737	27,63	4.691	14,84	17.757	56,16	31.620
1992	8.830	24,67	5.750	16,06	20.754	57,98	35.793
1993	9.366	24,29	5.445	14,12	23.437	60,79	38.555
1994	11.058	25,39	6.893	15,83	24.959	57,32	43.545
1995	10.969	23,59	9.146	19,67	25.565	54,97	46.506
1996	11.900	24,92	8.613	18,04	26.413	55,32	47.747
1997	14.474	27,31	8.478	16,00	29.194	55,09	52.994
1998	12.977	25,38	8.120	15,88	29.387	57,46	51.140
1999	11.828	24,64	7.982	16,63	27.329	56,92	48.011
2000	12.562	22,80	8.499	15,43	32.528	59,05	55.086
2001	15.342	26,35	8.244	14,16	32.901	56,51	58.223
2002	16.952	28,08	8.964	14,85	33.001	54,67	60.362
2003	21.179	28,98	10.943	14,97	39.654	54,26	73.084

2004	28.518	29,56	13.431	13,92	52.948	54,88	96.475
2005	34.721	29,35	15.961	13,49	65.144	55,06	118.308
2006	40.285	29,23	19.523	14,17	75.018	54,44	137.807
2007	51.596	32,12	21.800	13,57	83.943	52,25	160.649
2008	73.028	36,89	27.073	13,68	92.682	46,82	197.942
2009	61.957	40,50	20.499	13,40	67.349	44,02	152.995
2010	90.005	44,58	28.207	13,97	79.563	39,40	201.915
2011	122.457	47,83	36.026	14,07	92.929	36,29	256.040
2012	113.454	46,77	33.042	13,62	90.878	37,46	242.578
2013	113.023	46,67	30.526	12,60	93.800	38,73	242.179

Fonte: Adaptado de Ministério do Desenvolvimento, 2015. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>>. Acesso em: setembro de 2015.